

PATRIMÓNIO E CIDADE, UM ESPELHO DA CONTEMPORANEIDADE
Reflexos de um novo paradigma de intervenção na cidade



Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Sob orientação da Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
Departamento de Arquitetura | julho 2017

JOANA FILIPA TAVARES MENDES

PATRIMÓNIO E CIDADE, UM ESPELHO DA CONTEMPORANEIDADE

Reflexos de um novo paradigma de intervenção na cidade

O património não é um simples resíduo do passado; ele supõe a constituição de projectos, uma certa concepção de família e de ritos de sucessão, seja individualmente ou na sociedade, com o poder político. (Jeudy, 1990, p. 107)

O património não é uma palavra neutra. As práticas que ele reúne formam uma questão social, política e ideológica que não são sem repercussões nas relações com o objecto. É portanto indispensável um trabalho de actualização e elucidação do património tendo em conta o destino sociológico de um conceito que foi até agora essencialmente objecto de anulação. (Gotman, 1990, p. 109)

A presente dissertação segue o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e as normas APA para a referência bibliográfica.

As citações diretas de fonte original estrangeira que integram o corpo de texto encontram-se em Língua Portuguesa, por tradução livre da autora, por forma a facilitar uma leitura continuada do texto. Vêm, no entanto, acompanhadas de nota de rodapé onde se transcreve a citação na língua original.

Na impossibilidade de acesso à fonte original de autor, apresenta-se a forma “referenciado por” para mencionar a fonte primária.

AGRADECIMENTOS

À Professora Margarida Relvão Calmeiro, pela paciência, disponibilidade e confiança que sempre depositou neste trabalho desde o início.

Ao Professor Walter Rossa, pela longa conversa ainda durante o período de Erasmus, que suscitou o interesse nestas problemáticas da cidade e do seu desenvolvimento.

Ao Professor Adelino Gonçalves, pelo empréstimo de livros e pelas sugestões ao longo do desenvolvimento do trabalho.

À Professora Luiza Nora, pelo carinho e disponibilidade ao longo de todos estes anos.

A todos os professores e colegas do Mestrado em Reabilitação de Edifícios, pelo testemunho, o crescimento e a motivação para a descoberta de novos horizontes.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e pelo excelente exemplo de dedicação e empenho.

Aos meus tios e primos, pela proximidade e cumplicidade.

Aos meus avós, uns perto e outros já longe, pelo exemplo de vida e pelos ensinamentos, por se fazerem presentes de uma forma tão silenciosa mas tão importante para o meu crescimento.

Aos meus amigos, os de sempre e os de agora, pela força e pelos momentos de pausa, tão importantes para repor energias nas semanas infundáveis de trabalho.

À minha madrinha, Juliana, e à minha caloira, Maria, pelo apoio, cumplicidade e presença amiga que vai muito além do curso, por formarmos uma “família” como se vêem poucas em Arquitetura.

SUMÁRIO

Resumo	I
Abstract	III
Abreviaturas e Acrónimos	V
Introdução	VII
1	
PATRIMÓNIO, UM CONCEITO PLURAL	
1.1. Construção de (uma) identidade	3
1.2. A importância de entender a cidade como património	17
1.3. Da cidade como património ao início da reabilitação urbana	33
2	
CIDADE CONTEMPORÂNEA, A REAÇÃO AO NOVO PARADIGMA	
2.1. Construção da cidade contemporânea	49
2.2. Paisagem Urbana Histórica, um modelo de pensamento	75
3	
CIDADE E PATRIMÓNIO, UMA ARTICULAÇÃO IMPRESCINDÍVEL	
3.1. Repercussões na(s) cidade(s)	91
3.2. Um (último) olhar sobre a HUL na Europa	135
Conclusão	147
Referências Bibliográficas	157
Créditos das Imagens	169

RESUMO

Falar de património implica falar de herança, o que nos remete para o passado, a memória e a história. A questão está em perceber onde começa e termina a história, o que e por que é que a memória guarda e a partir de quando já é passado. Falar de património implica falar da identidade e dos valores que nos definem enquanto indivíduos e atores de um espaço social que não é (só) nosso: a cidade.

O crescimento e desenvolvimento das cidades deve, por isso, pressupor a sensibilidade e a preocupação de transmitir às gerações futuras o que recebemos como herança – só há a tão desejada sustentabilidade quando a gestão do património está integrada na estratégia de intervenção nas cidades.

O conceito e a abordagem da *paisagem urbana histórica* e a estratégia proposta pela UNESCO incluem esta perspetiva, mas importa perceber até que ponto a cidade contemporânea está recetiva e preparada para um desenvolvimento integrado, onde o património é a própria cidade e, portanto, é espelho de contemporaneidade.

Palavras-chave:

Património, Herança, Identidade, Valores, Cidade, Contemporaneidade, Sustentabilidade, Paisagem Urbana Histórica

ABSTRACT

Talking about heritage implies talking about inheritance which sends us back to the past, the memory and History. The question lies in understanding where History begins and ends, what memory keeps and why and from when on do we consider having the past. Talking about heritage implies talking about the identity and the values that define us as individuals and actors in a social space which is not (only) ours: the city.

Thus, the growth and the development of the cities should presuppose sensitivity and the concern in transmitting what we have received as inheritance to future generations - we will only be able to reach the much desired sustainability when the heritage management will be integrated in the intervention strategy in the cities.

The approach and the concept of Historic Urban Landscape and the strategy presented by UNESCO include this perspective, but it is important to understand how far the contemporary city is receptive and prepared to an integrated development, in which the heritage is the city itself and thus the mirror of contemporaneity.

Keywords:

Heritage, Inheritance, Identity, Values, City, Contemporaneity, Sustainability, Historic Urban Landscape

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

CE	Conselho da Europa
CEU	Conselho Europeu de Urbanistas
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIB	International Council for Research and Innovation in Building and Construction
EAHTR	European Association of Historic Towns and Regions
HUL	Historic Urban Landscape
IAIA	International Association for Impact Assessment
ICHMP	Integrated Cultural Heritage Management Plan
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
NSG	Netherlands State Government
ONU	Organização das Nações Unidas
SIM	Serviço Internacional de Museus
TRP	Town Reference Plan
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WHS	World Heritage Site

INTRODUÇÃO

Se património vem do latim *patrimonium* (*patri*, pai + *monium*, recebido), está intimamente ligado com o conceito de herança, remetendo-nos para três dimensões distintas: o passado, que constitui tudo que aconteceu e não pode ser alterado; a memória, operador para a reescrita do que aconteceu, que traduz o que do passado ainda persiste; a história, cuja essência é selecionar o que aconteceu no passado para criar uma narrativa coerente. A questão está em perceber onde começa e termina a história, *o que e por que é que* a memória guarda e a partir de quando já é passado. Esta visão permite-nos acreditar que só é património o que interessa a alguém, o que nos interroga, aquilo em que queremos acreditar. Só é património o que nos faz pensar quem somos e para onde vamos, o que nos identifica. Deste modo, falar de património é falar de identidade e dos valores que nos definem enquanto indivíduos e atores de um espaço social que não é (só) nosso: a cidade.

Nesta linha de pensamento, não faz sentido associar somente património a história ou a monumentos, porque eles próprios já são uma evocação do passado. É necessária uma nova abordagem, que seja concordante com a dinamização dos valores que vão muito além da qualidade estética e arquitetónica do património e que subsistem na integridade e autenticidade de um determinado tecido urbano ou edificado.

A complexidade da escala urbana reveste-se da dificuldade em entender a cidade enquanto contemporânea: com espaços de hoje, pessoas de hoje, ruínas de hoje. Do mesmo modo que um edifício é o resultado de todos os *layers* que compõem a sua história, com os diferentes tempos, usos e funções que lhe são adjacentes, também a cidade é resultado de uma irreversibilidade de intervenções, onde a autenticidade não está subjugada ao estado primitivo do tecido urbano, mas antes ao que de essencial se foi mantendo ao longo de todas as intervenções.

O crescimento e desenvolvimento das cidades deve, por isso, pressupor a sensibilidade e a preocupação de transmitir às gerações futuras a herança recebida, seja ela material (ex: património edificado) ou imaterial (ex: património cultural e urbano), que é ampliada e enriquecida pela vivência das gerações presentes, transmitindo-a com novos *inputs* e permitindo assim a evolução de uma sociedade. Só desta forma pode existir a tão proclamada sustentabilidade, com a gestão do património das cidades integrada na estratégia de intervenção e reabilitação urbana.

O conceito *paisagem urbana histórica* adotado pela UNESCO inclui esta perspectiva, mas importa perceber até que ponto a cidade contemporânea está receptiva e preparada para um desenvolvimento integrado, onde o património é tão espelho de contemporaneidade como a própria cidade. Esta dissertação pretende estudar a forma como a cidade contemporânea considera os valores próprios do local, como as intervenções consideram o espírito do lugar e de que forma é posta em causa a sua autenticidade e integridade no caso de não haver essa preocupação. Sabendo que é na (boa) gestão do património urbano que encontramos a chave para uma relação favorável dos valores e características identitárias do lugar com o seu desenvolvimento, pretende-se refletir, no fundo, como se pensa e intervém hoje na cidade.

As questões que sustentam a dissertação são ***de que forma se gere hoje a cidade enquanto património?*** e ***como se articula esta gestão com o desenvolvimento sustentável?***, passando a(s) resposta(s) por compreender a definição de património e a caracterização da cidade atual. O novo paradigma de intervenção na cidade pressupõe um novo entendimento da cidade como património, assente na abordagem proposta pela UNESCO da *Historic Urban Landscape* (HUL) e, nesse, sentido, importa percebê-lo na realidade atual, mas também o modo como surgiu e porquê. Da mesma forma, e tendo sempre por base uma perspectiva crítica, pretende-se identificar as repercussões que este novo paradigma e o modelo de pensamento proposto pela UNESCO têm nas cidades, a partir da análise de intervenções concretas. Numa realidade em que se fala do desenvolvimento sustentável das cidades como premissa, procura-se que a investigação resulte num conjunto de boas práticas que considerem, não só esse desenvolvimento sustentável e a gestão do património, mas também os desafios e problemas a que a cidade contemporânea tem de dar resposta, numa era em que as cidades são também turísticas e representam uma “marca” a difundir e rentabilizar.

A dissertação tenciona ser um instrumento de valorização e sensibilização do património e da cidade, não como elementos independentes e dissociados, mas como complementos simbióticos de uma linguagem que começa necessariamente a emergir no discurso do desenvolvimento sustentável e da conservação dos recursos mais importantes para a dinâmica urbana. Com estas premissas para o desenvolvimento e gestão das cidades, o trabalho tem o seu foco na vivência da cidade contemporânea, no modo como ela própria é considerada património e nas consequências que esta consciencialização tem na atuação dos agentes de mudança. A transversalidade dos conceitos desenvolvidos contribui para um

entendimento mais profundo e consciente do património e da cidade enquanto espelho da contemporaneidade.

Património, Cidade e Espelho de Contemporaneidade: assim se estabelece a investigação, na sua natureza teórica e estrutural. A dissertação segue, portanto, uma estrutura tripartida, desenvolvendo-se numa progressiva aproximação ao modelo de intervenção atual na cidade, concretizado com exemplos específicos na última parte da reflexão.

A primeira parte é entendida como essencial enquanto suporte teórico do trabalho, uma vez que elucida o vínculo que existe entre cidade e património, de uma forma teórica. Inicia-se com uma abordagem multidisciplinar (arquitetura, antropologia, sociologia e urbanismo) que prevê a explicação da cidade enquanto construção da sociedade e, por isso, produto de uma cultura e lugar de identidade. Pretende-se, neste capítulo inicial do trabalho, clarificar que a investigação parte de um conceito de cidade que se fundamenta no entendimento que o conceito de património evoluiu até chegar ao conceito de reabilitação urbana, numa perspetiva integrada de desenvolvimento e gestão do património.

A segunda parte tem um carácter de complementaridade na construção do pensamento que estará na base da reflexão concretizada na terceira parte. No seguimento do primeiro capítulo, aqui importa introduzir a complexidade da cidade contemporânea e compreender a sua evolução/crescimento até aos dias de hoje, identificando problemas e ameaças que possam comprometer o desenvolvimento ou a salvaguarda do património. Face a esta análise, pretende-se refletir relativamente a um novo olhar sobre a cidade que justifica uma nova perspetiva de intervenção, cuja perceção e interpretação se mostra fundamental para a fase seguinte da investigação. Com efeito, é apresentado e analisado o conceito de paisagem urbana histórica, no sentido de o interpretar como modelo de pensamento internacionalmente assumido pela UNESCO desde a 36ª sessão da Conferência Geral, em 2011, e que tem por princípio a integração do património no desenvolvimento sustentável das cidades.

Se no primeiro capítulo se caminha para esta abordagem integrada da reabilitação urbana pela via do **património** e do entendimento dos seus conceitos, no segundo capítulo chega-se a esta abordagem pela via do crescimento e desenvolvimento da **cidade**, percebendo a necessidade de aos poucos se voltar à cidade antiga e à questão da gestão do património. Assim, e apresentada a HUL como modelo desta abordagem integrada, importa avaliar, de facto, o reflexo deste novo paradigma de intervenção na cidade e toda esta linha

de pensamento da HUL, através das repercussões em cidades específicas. Para tal, analisam-se planos a decorrer em várias cidades europeias em simultâneo, bem como as intervenções concretas nessas mesmas cidades. Pretende-se estudar e conhecer cada exemplo nos termos pretendidos da investigação e refletir sobre os valores que são considerados atualmente quando se pensa intervir e gerir uma cidade.

A dissertação termina com a resposta às questões de investigação, que lançaram todo o processo. A última parte vem rematar a reflexão desenvolvida, com a apresentação do novo paradigma de intervenção na cidade como uma oportunidade de articular a cidade e o património e assim poder ser **espelho da contemporaneidade**.

Uma das motivações que esteve por detrás desta dissertação foi a leitura e análise aprofundada do artigo “*A sustainable future for the past: managing historic industrial and urban environments*”¹, onde se apresenta o confronto entre a gestão do património e o conceito de desenvolvimento sustentável. Desde que o património passou a ser considerado uma «contribuição significativa para o desenvolvimento sustentável» (Landorf, 2011), surgiu a possibilidade de a sua gestão passar a adotar o carácter orgânico da adaptação e mudança que acontece nas próprias cidades. Nesse sentido, o artigo pretende determinar de que forma é que o conceito de desenvolvimento sustentável pode integrar a gestão do património e o seu resultado real em contextos industriais históricos. Através da análise de seis casos de estudo, esta investigação compila uma série de fatores importantes e cria o seu próprio “modelo ideal”, que é posteriormente experimentado e avaliado noutro contexto.

O confronto entre cidade e património começou por ser “conflituoso” porque os dois termos eram apresentados e trabalhados separadamente. Ora, com o conceito de paisagem urbana histórica, torna-se possível clarificar a necessidade de os articular e integrar para atingir a sustentabilidade que o desenvolvimento urbano ambiciona. Para isso, é importante pensar inicialmente os conceitos em separado e perceber em que momento é que passam a ser vistos como parte da mesma perspetiva.

¹ Este artigo é da autoria de Chris Landorf, uma professora de Arquitetura na Universidade de Queensland, na Austrália. Foi escrito no âmbito da participação na *SBI1 - World Sustainable Building Conference*, em Helsínquia (Outubro de 2011), como parte do tema *Well-being in cities and urban environments* e do subtema *Innovative Management and Operation*.

A noção de cidade como património é sugerida e apoiada nesta dissertação fundamentalmente por Françoise Choay², que nas suas várias obras contesta a importância de reconhecer a cidade como construção de uma identidade, como produto de uma sociedade que se rege pela cultura e a tradição que herdou e vai herdando. Gustavo Giovannoni³ é também um autor importante, na medida em que é com ele que começa a preocupação em considerar a cidade como património a preservar quando se intervém e se planeia o seu desenvolvimento. Partindo desta perspetiva, as questões abordadas sobre a cidade e o seu planeamento e gestão são suportadas essencialmente por Nuno Portas⁴, Walter Rossa⁵ e Adelino Gonçalves⁶. Nuno Portas rege-se muito por uma postura crítica relativamente às políticas urbanas e ao planeamento das cidades e procura consciencializar para este novo entendimento da cidade, necessário para uma correta valorização dos centros urbanos antigos e do tecido existente. A preservação da identidade e integridade de uma cidade dependem da gestão e manutenção da cidade antiga.

Adelino Gonçalves e Walter Rossa, por sua vez apelam à importância de pensar a cidade como um todo e não restringir as medidas de planeamento aos “centros históricos” – Rossa introduz até o conceito de “centros de identidade” em detrimento de “centros históricos”, precisamente porque toda a cidade tem uma história e é resultado da marca de vários anos pelo território (toda a cidade seria considerada, portanto, histórica). O facto de se perceber que é nos centros urbanos antigos que se encontram as características identitárias da vivência urbana (tecido, morfologia, etc) não pode colocar em causa o desenvolvimento desses núcleos da cidade. Gonçalves apresenta a dicotomia entre “salvaguardar engessando” e “salvaguardar desenvolvendo” para defender exatamente que a chave para a preservação da identidade destas áreas das cidades está na sua integração na dinâmica de transformação

² *A Alegoria do Património* (Choay, 1999), *Património e Mundialização* (Choay, 2005) e *As Questões do Património: antologia para um combate* (Choay, 2009).

³ O contributo deste autor foi referenciado ao longo da dissertação por autores como Aguiar, Choay e Gonçalves.

⁴ *Conservar renovando ou recuperar revitalizando* (do Programa “Coimbra antiga e a vivificação dos centros históricos”, 1983), *Nuno Portas – Os Tempos das Formas* (Bandeira, 2005), *Cidade e Sofia. Cidades Universitárias em Debate. Actas do Seminário Internacional pela Coimbra 2003: Capital Nacional da Cultura* (Grande & Lobo, 2005) e *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades* (Portas, Domingues & Cabral, 2014).

⁵ *Fomos condenados à cidade.: uma década de estudos dedicados à urbanística* (Rossa, 2015a) e *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar* (Rossa & Ribeiro, 2015).

⁶ *Património Urban(ístic)o e Planeamento da Salvaguarda: os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimonialização da cidade na sua (re)feitura*. Dissertação de Doutoramento (Gonçalves, 2011).

e desenvolvimento da cidade e que o desenvolvimento sustentável pressupõe inevitavelmente que o património cultural seja um pilar desta dinâmica urbana.

Para além destes autores, destaca-se o contributo de Ana Roders⁷, Loes Veldpaus⁸, Francesco Bandarin⁹ e Ron van Oers, cujo trabalho se tem centrado na defesa e na divulgação da necessidade de integrar o património no desenvolvimento sustentável das cidades, através de inúmeros artigos e projetos de investigação que desenvolveram ou estão a desenvolver. Com ligação à UNESCO, estes autores assumem um papel basilar na compreensão da HUL e das suas repercussões nas cidades. Matthias Ripp é também um autor importante nesta investigação, pela direção de vários projetos em que se afere o resultado de os governos locais e os organismos de gestão e planeamento das cidades verterem os princípios da HUL para os seus sistemas de governança.

⁷ *Re-Architecture: Lifespan rehabilitation of built heritage*. Dissertação de Doutoramento (Roders, 2007), “Interventions in built heritage, managing which risks and for whom” (Douglas & Roders, 2008) e o projeto a decorrer para um livro em colaboração com Bandarin, denominado: *HUL: 1 recommendation, 5 years, 25 cities, 100 lessons*.

⁸ “Tolerance for change in the built environment” (Roders & Veldpaus, 2013), “Urban Heritage: Putting the Past into the Future” (Colenbrander, Roders & Veldpaus, 2013), *Historic Urban Landscapes: framing the integration of urban and heritage planning in multilevel governance*. Dissertação de Doutoramento (Veldpaus, 2015) e “Identifying the Significance beyond Outstanding Universal Value” (Davies, Roders & Veldpaus, 2016)

⁹ *The Conservation of European Cities* (Appleyard, 1979) e *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage* (Bandarin & Oers, 2015).

PATRIMÓNIO, UM CONCEITO PLURAL

1.1. Construção de (uma) identidade

É reaprendendo a inscrever as problemáticas sociais do presente à escala e na base de uma herança local (natural e edificada) que serão inventadas as novas entidades espaciais na sustentação das quais encontrar e continuar a enriquecer a hierarquia das identidades regionais, nacionais, europeia.
(Choay, 2009, p. 53)

Olhamos o património como uma dimensão que nos remete para o passado, cuja (re)escrita acontece por via da memória e onde a história tem um papel essencial para uma narrativa coerente. Torna-se então importante desconstruir este conceito para melhor entendermos e nos inserirmos nesta problemática.

O universo português pode ser bastante restrito na (única) denominação que tem para este tema: património. Confrontando com outros idiomas, nomeadamente o inglês e o francês, verificamos que existem diferentes termos cujas significações são correntemente traduzidas e reduzidas a *património*, correndo o risco de se perder o seu verdadeiro sentido. Existem inclusivamente autores que diferenciam *héritage* de *patrimoine* no seu discurso, como é o caso de Jeudy, que questiona a existência do património em si próprio, partindo da perspetiva de que ele só existe por um processo de transmissão, tornando-se um valor *a priori* que só existe como ligação entre o valor económico e o valor moral (Jeudy, 1990). Quando falamos de património, falamos fundamentalmente de herança e é neste sentido que se desenvolve este primeiro capítulo da dissertação. O valor *a priori*, como apresenta Jeudy, só se apresenta para fins de distinção e classificação do património (ex: arquitetónico, cultural, natural).

Para definir *herança*, Gotman diferencia o sentido literal, designando a massa de bens que um indivíduo, família ou grupo de herdeiros recebem em caso de morte, do sentido figurativo, qualificando uma situação política, social, privada ou pública, ou qualquer outro capital imaterial transferido para um tempo que lhe sucede – que será o comumente chamado *património* (Gotman, 1990). Enquanto o primeiro termo é conotado pelo «respeito do passado e por um valor axiológico, o segundo por uma dimensão económica dominante, “bem de herança”» (Choay, 2009, p. 35). Há nesta perspetiva duas categorias de atores: o recetor de o transmissor. Desta forma, o *património* implica uma relação entre duas partes e um ato de transmissão que pode ser de naturezas diferentes: individual ou coletivo, intencional ou não, voluntário ou legal (Gotman, 1990). A relação intemporal dos

intervenientes cria uma subjetividade e uma particularidade simbólica que se manifestam na possibilidade de cada pessoa poder designar “a sua realidade patrimonial” consoante o valor atribuído e o seu contexto espaço-temporal (Jeudy, 1990).

Assim sendo, «ser ou não património dependeu sempre do tempo e do lugar: a qualidade patrimonial não tem uma existência própria, é algo que é atribuído» (Carneiro, 2004, p. 8). Sendo algo atribuído, o património depende muito da sociedade e dos contextos histórico, social, cultural e económico, o que remete para uma valorização necessariamente dinâmica e evolutiva e onde a própria cidade, enquanto construção social, espacial e cultural, que lhe confere uma identidade única, é considerada património.

De acordo com Connerton, as sociedades e as «experiências do presente dependem em grande medida do conhecimento que temos do passado e que as nossas imagens do passado servem normalmente para legitimar a ordem social presente» (Connerton, 1993, p. 4), sendo possível assumir que o modo como este conhecimento nos chega, como as memórias são conservadas e transmitidas, é matéria intrínseca ao património cultural de uma sociedade e, conseqüentemente, de uma cidade. José Duarte Jorge afirma inclusivamente que «sem memória não seria possível conceptualizar o património, essa herança que vem obviamente de trás, do que nos precedeu e que justifica aquilo que somos» (Jorge, 2003, p. 12).

Segundo Connerton, o papel da memória é fulcral nesta dinâmica pelo facto de ser através de objetos e acontecimentos do passado, ou seja, do nosso próprio contexto, que entendemos o mundo presente e nos relacionamos de uma forma específica com a vivência do presente. As *performances* correspondem ao meio como é transmitida e conservada a memória dos grupos e baseiam-se nas recordações e práticas culturais que, por serem, coletivas e sociais tendem a ser subjetivas e olhadas como a lembrança de uma tradição cultural (Connerton, 1993). Esses produtos do imaginário coletivo permitem um sentimento de identidade e, de acordo com Jorge, constituem os «modelos que dão sentido às imagens pelas quais a sociedade se, e nos, representa» (Jorge, 2003, p. 12). No entanto, a memória social é muitas vezes negligenciada em detrimento de outro tipo de memórias, como a memória pessoal, que centra os acontecimentos nas próprias pessoas, isolando-as no seu autoconhecimento, através de um «acesso especial a factos sobre as suas histórias e as suas identidades passadas, uma espécie de acesso que, em princípio, não podem ter às histórias e identidades de outras pessoas e coisas.» (Connerton, 1993, p. 27). Também a memória cognitiva é privilegiada, no sentido em que o que se recorda é o significado das coisas e não há uma necessidade de ter de facto informação sobre a situação em questão para se reter uma recordação. «Aquilo que esta forma de recordar exige não é que o objecto da

recordação seja algo pertencente ao passado, mas sim que a pessoa que o recorda o tenha encontrado, sentido, ou ouvido falar dele no passado.» (Connerton, 1993, p. 27). Uma terceira memória, a chamada “memória-hábito”, será também motivo de negligência da memória social, mas de uma forma um pouco diferente; como exemplos deste tipo de memória, Connerton refere a recordação de como se lê, escreve, ou anda de bicicleta, cuja aprendizagem não se recorda enquanto acontecimento ou episódio, mas enquanto hábito multiplamente repetido e que só pela ação é que é possível reconhecer e demonstrar aos outros que de facto existe recordação. Admitindo que este tipo de memória não se baseia num acontecimento efetivamente recordado, mas numa ação que é executada já sem a consciência de que resulta numa qualquer recordação do passado, o filósofo Henry Bergson defende que a memória que constitui um hábito (mecanismo automático) é distinta da memória que constitui uma recordação e que, por isso, não deve ser considerada uma “verdadeira memória”. Desta forma, só a recordação de uma situação especificamente identificada no tempo pode ser considerada válida (Bergson, 1999).

Para compreender a memória de uma sociedade, interessa compreender que recordar – através da memória coletiva – é um fenómeno intemporal que acontece, não só pelas cerimónias comemorativas e pelas práticas corporais, como define Connerton, mas também e sobretudo pela representação contemporânea do que se recorda. Neste sentido, manter vivo o passado é tão legítimo hoje como há dez anos atrás; o património não é só a marca do passado, mas sim do decorrer de toda a história por uma sociedade. O que nos define hoje, as regras pelas quais nos regemos, o valor que damos às coisas e as nossas opções do presente são legitimadas por um conjunto de significações de carácter intangível e imaterial que foram sendo construídas ao longo do tempo (Jorge, 2003).

O património é, por isso, «o uso selectivo do passado para fins contemporâneos» (McDowell referenciado por Ribeiro, 2015, p. 81), fins estes que podem ser definidos de modos muitos diferentes, dependendo dos interesses que estão na base dessa utilização – económicos, ideológicos, de afirmação comunitária ou reivindicação crítica (Ribeiro, 2015). Segundo Ribeiro, a conjugação entre memória, identidade e património é indissociável porque «constitui uma articulação decisiva para entender os usos culturais do património e os processos complexos de negociação e conflito que lhes estão associados nos nossos dias» (Ribeiro, 2015, p. 81).

Desta forma, urge perceber o carácter intangível e imaterial do património enquanto elemento da sociedade e da cidade contemporânea, tanto na sua história passada como na história presente. Rossa sublinha esta ideia, referindo o contributo de Ernst Bloch para a

compreensão e conceptualização da “herança do nosso tempo”, uma herança que é portanto, atual: «de facto, distanciando-se de uma ideia de homogeneidade ou de interpretação contemporânea e limitada da presença do passado no presente, o filósofo capta o carácter não sincrónico caracterizando o conceito de herança, estruturado numa pluralidade de tempos»¹⁰ (Vecchi, 2015, p. 72). Se assumirmos esta perspectiva, consideramos claramente que o património não pode ser definido apenas com um carácter material e tangível. Falamos aqui do proclamado património intangível, aquele que vai muito além de uma coisa física, de um sítio ou local e que implica emoções e processos de reconhecimento (Smith, 2017). O conceito de património depende das pessoas e do que elas valorizam e, neste sentido, constitui um processo de negociação constante que é espelho da evolução de uma sociedade e do que as pessoas valorizam.

É interessante, nesta perspectiva, qualificar o tipo de força que articularia a herança actual e que modifica de maneira radical a ideia de tradição, substituindo o seu traço conservador por um traço transformador: a ideia de que a tradição é sempre uma inexaurível tradução. (Vecchi, 2015, p. 72)

Por esta mesma razão, José Jorge clarifica que património cultural não pode ser apenas o conjunto das narrativas, rotinas de comportamento, bens, objetos ou testemunhos-objetos – representação de valores históricos, artísticos, técnicos ou científicos do passado – transposto para o presente, porque a sua vivência noutra tempo e espaço de relações e lógicas traria um carácter meramente representativo desta cultura, «uma cultura de coisas que ilusoriamente tornam presentes outras coisas cujo quadro de vida já não existe» (Jorge, 2003, p. 13). É preciso sentir no presente que o património está vivo e que vale porque tem uma dinâmica que o transforma e enriquece, podendo ser utilizado no tempo presente. Assim, não estamos a congelar aquilo que de mais relevante caracteriza a nossa cultura, estamos a permitir-nos desfazer desta mentalidade em detrimento da evolução da cultura, porque o património desenvolve-se e a herança que recebemos será diferente daquela que transmitimos, mais rica e com mais história – a nossa história, passada e presente – é preciso esta mentalidade para que os próprios processos de reconhecimento, de que falava Smith, aconteçam não só com o património que herdamos, mas também com o património que está a ser continuamente criado com o desenrolar dos tempos e que vamos transmitir; é preciso esta mentalidade para que não vivamos de acordo com uma «memória artificial que

¹⁰ A caracterização do conceito de herança é feita pelo filósofo Ernst Bloch, a partir da reflexão: «Not all people exist in the same Now. They do so only externally, by virtue of the fact that they may all be seen today. But that does not mean that they are living at the same time with others» (Bloch referenciado por Vecchi, 2015, p. 72)

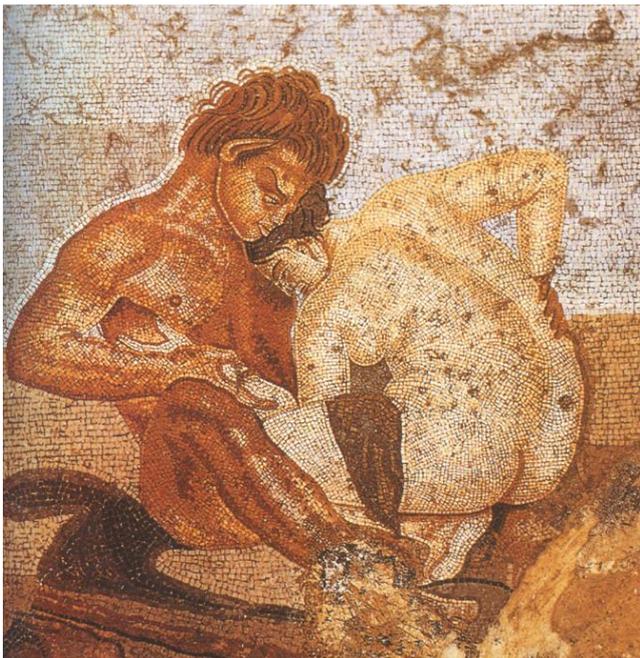
permitiria a supressão efectiva da memória genuína, verdadeiramente actuante da sua cultura» (Jorge, 2003, p. 13). A pretensão de tentar “ressuscitar” elementos que pertencem ao passado (de onde, inevitavelmente, já se retirou património, como uma espécie de alma) noutros que pertencem ao presente e estão “vivos” apenas os artificializa, impondo a quem os utiliza e experiencia um comportamento não voluntário (Jorge, 2003).

Se assumirmos então que património é, na sua aceção original, «bem de herança que descende, seguindo as leis, de pais e mães para os seus filhos» (Émile Littré referenciado por Choay, 2009, p. 15) e que hoje conhece uma nova sorte associada apenas a uma «transferência metafórica» - que pode ser genética, natural, bancária (Choay, 2009), reconhecemos que é na maneira como se vive a memória e os seus valores que consagramos o património de uma sociedade: não pela materialidade dos objetos, histórias e edifícios que naturalmente herdamos, mas pelo significado atual que lhes atribuímos no quotidiano contemporâneo. Segundo Jorge, «é no esforço de manter um discurso consciente dos fundamentos dos seus critérios de valoração, que podemos defender uma caracterização eficaz do ser do património» (Jorge, 2003, p. 16).

Esta preocupação traduz uma consciência de que aquilo que herdamos e que define a sociedade em que vivemos vai muito para além dos objetos e edifícios tangíveis que começaram por ser o foco do interesse na preservação do património. O enriquecimento da diversidade cultural e da criatividade humana depende (também) das comunidades autóctones e dos grupos e indivíduos que contribuem para a produção, salvaguarda, manutenção e recriação do património cultural imaterial (UNESCO, 2003).

Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interacção com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de continuidade, contribuindo assim para promover o respeito pela diversidade cultural e a criatividade humana. (UNESCO, 2003, p. 3)

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) considera como parte deste património as práticas, representações, expressões, conhecimentos, competências, instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que estas comunidades e grupos reconhecem como o seu património cultural. Reconhecendo «a profunda independência entre o património cultural imaterial e o património material cultural e natural» (UNESCO, 2003, p. 2), bem como as ameaças de degradação, desaparecimento e destruição a que o primeiro está sujeito, pela falta de meios para o salvaguardar dos processos de globalização e de transformação social, a UNESCO determina



1. Mosaico romano da Casa del Fauno, em Pompeia, atualmente exposto no Museu Nacional de Arqueologia de Nápoles

medidas de salvaguarda que incluem a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão (essencialmente pela educação formal e não formal) e a revitalização dos diversos aspetos deste património: tradições e expressões orais (língua como vetor do património cultural imaterial), artes do espetáculo, práticas sociais e rituais festivos, conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo e técnicas artesanais tradicionais.

Para esta salvaguarda, tem vindo a ser cada vez mais importante para a UNESCO classificar as “intangibilidades” do património de uma sociedade, precisamente pela sua importância na compreensão do contexto e da realidade que a acolhe e que são definidos (também) pela imaterialidade e intangibilidade dos seus antepassados.

É urgente o registo das intangibilidades. Quantas mais forem sendo registadas, mais fácil e seguro será indagar sobre o nosso passado, e conseqüentemente projectar o nosso futuro. Só pode saber para onde vai quem sabe de onde vem. E nós viemos do gesto que deu forma ao património tangível. Isto é, sem o intangível gesto, jamais teria havido o tangível património. (Pinto, 2003, p. 19)

Atualmente, a UNESCO distingue-as inclusivamente em várias categorias (eventos festivos, ritos e crenças, música e canção, artes cénicas, tradições culinárias, línguas, tradições orais), que apesar de numerosas podem ser limitativas quando pensamos na cidade e no seu espaço físico, na sua morfologia. O registo e preservação do património intangível de uma sociedade traz uma responsabilidade acrescida por sabermos frágil a transmissão desta imaterialidade por várias gerações, isto porque se os artefactos ou as histórias chegam até aos nossos dias em melhores ou piores condições de conservação, os sentidos e os significados que lhes eram dados pelas pessoas na altura da sua criação jamais conseguirão ser reproduzidos. Fernando Pinto apresenta como exemplos: a Casa del Fauno, em Pompeia, cujo nome ainda hoje é mantido e reconhecido pela pintura que decora uma das paredes e que terá sido resultado de uma decisão do proprietário, decorador ou construtor da casa, mas que hoje em dia já nada tem de especial a quem porventura vier a usufruir da casa, «tornando-se um mistério o facto de alguém ter resolvido ter, na intimidade de sua casa, um fauno pintado numa parede» (Pinto, 2003, p. 17); o outro exemplo é o de uma receita de um prato típico de uma determinada região, em que mesmo sendo possível registar e até filmar o processo de execução, o resultado final dependerá sempre do cozinheiro que a executa e do seu jeito particular de dar sabor aos alimentos. «A reprodução do gesto não substitui a recriação do próprio gesto, qualquer que ele seja. (...) Só a própria vida se recria, não os seus registos ou reproduções.» (Pinto, 2003, p. 18).

Neste sentido, o respeito pelo património intangível e o desejo de preservação implicam uma consideração acrescida, não só porque é património, mas porque é o carácter intangível que nos indica com viveram efetivamente as pessoas que nos precederam ou, se quisermos, os nossos transmissores. Somos recetores de uma herança que nos chega pelo valor artístico e estético das construções, que obviamente define estilos e modos de construir anteriores aos nossos, mas somos igualmente recetores de uma herança histórica e cultural que se apresenta nas intangibilidades de uma sociedade que começou muito antes de nós e que tem muita história para nos ensinar – se estivermos dispostos a querer conhecê-la e preservá-la.

1.2. A importância de entender a cidade como património

As ações daqueles que pretendem conservá-lo [o património] inscrever-se-ão, pois, numa estratégia geral de preservação de algo cuja matéria, a não ser determinada em rigor, levará à confusão entre objetos e sujeitos, entre ambiente e cultura e, em suma, entre factos e mitos, o que virá certamente comprometer a eficácia dessas ações. (Ramos, 2003, p. 9)

Se a identidade cultural de um povo se define pela sua cultura (língua, relações sociais, ritos e cerimónias próprias, comportamentos coletivos), então podemos concluir que cada comunidade ou conjunto populacional tem um determinado sistema de valores e crenças, pelos quais se regem e fundamentam a sua história. González-Varas reforça a complexidade destes elementos de identidade cultural enquanto imateriais e anónimos, uma vez que são produto da coletividade (González-Varas, 2008).

Sabemos que até ao século XIX, o valor de uma cultura era reconhecido pelo conjunto dos seus monumentos, que, enquanto objetos com capacidade documental, insubstituíveis, eram os únicos testemunhos de cultura da cidade. Na altura, “bens culturais” eram aqueles que implicassem um juízo de valor baseado em critérios estéticos e históricos, normalmente associados a atividades criativas, especialmente obras de arte, e que demonstrassem a importância para o desenvolvimento da arte e da história. Os monumentos eram, portanto, dispositivos memoriais que apelavam a um diálogo permanente, não só pela peça de arte *per se*, mas por toda a «criação *ex nihilo* de uma comunidade humana com fins memoriais» (Choay, 2009, p. 18). Esta perspetiva promoveu uma série de teorias sobre conservação e preservação dos monumentos enquanto peças de arte, ainda não se considerando o património cultural da forma como o entendemos hoje. Apesar de ter havido uma evolução de conceitos até hoje, naquela época ter-se-ão perdido inúmeros testemunhos da cultura antiga por não terem o tal “valor artístico ou estético” que importava na altura (González-Varas, 2008). Ora, se os monumentos eram testemunhos de cultura com valor artístico e estético, que tipo de testemunho seria o resto da cidade? Toda a morfologia e organização do território e todas as “arquiteturas anónimas”, que valor teriam?

Começava a ser conveniente alargar horizontes e reconhecer a cultura noutra tipo de elementos identitários da cidade. É desta forma que começa a surgir o conceito de património urbano, inicialmente com as “arquiteturas anónimas e vernáculas” que John Ruskin e William Morris diziam definir as cidades – «importância das partes antigas das

idades como repositório das ligações “memoriais” e identitárias com as gerações precedentes» (Aguiar, 2014, p. 58) – e, mais tarde e de uma forma mais clara, com Gustavo Giovannoni, que integra esta “arquitetura menor” na teoria urbanística da época, defendendo-a como um novo tipo de “monumento coletivo” que caracteriza a cidade tão nobremente como os monumentos e que, por isso, deve ser tida em consideração.

Uma cidade com valor histórico e artístico, definida pela sua arquitetura, estrutura, morfologia, paisagem e imagem urbanas, as quais deveriam ser sujeitas a leis de proteção e a critérios de restauro similares aos já existentes para os monumentos, mas beneficiada para permitir usos atualizados. (Gustavo Giovannoni referenciado por Aguiar, 2014, p. 58)

Giovannoni, no início do século XX, vem propor uma nova abordagem relativamente à interpretação e gestão do património na cidade, que necessariamente implica uma visão muito mais abrangente da cultura da cidade e que amplia a noção de património dos monumentos e das obras dos museus para a dimensão urbana da cidade. Considerando a própria cidade como património a preservar, o arquiteto e urbanista italiano apresenta alguns princípios de intervenção possíveis: 1) o *piano regolatore*, clarificando que qualquer conjunto urbano antigo deve ser integrado num plano diretor que legitime o seu valor de uso, pelo respeito pela morfologia existente e pela manutenção da população; 2) *ambiente*, porque «a própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, a sua envolvente, resulta dessa dialéctica entre a “arquitetura maior” e o que a rodeia. É por isso que isolar ou “libertar” um monumento acaba por significar, a maior parte das vezes, mutilá-lo» (Gustavo Giovannoni referenciado por Choay, 1999, p. 172); 3) *diradamento*, que integra as operações de recomposição, reintegração e desobstrução nos núcleos urbanos, de modo a preservar as suas relações originais de escala e morfologia – «A reabilitação dos bairros antigos obtém-se, sobretudo, mais a partir do interior do que do exterior dos quarteirões (...) porque a habitação tem a sua ordem, a sua lógica, a sua higiene e a sua dignidade próprias» (Gustavo Giovannoni referenciado por Choay, 1999, p. 172).

Ainda que, com Giovannoni, tenha existido esta oportunidade de ampliar para a escala urbana o valor do património, o que era comumente defendido na altura (limitado aos monumentos da cidade) continuou a prevalecer e, com o intuito de determinar como se deveria proceder à proteção dos monumentos, a Carta de Atenas de 1931 (resultado de um encontro de especialistas no qual o próprio Giovannoni interveio) apenas recomenda «o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados

particulares» (SIM, 1931, art. III). Embora Giovannoni tivesse inclusivamente apresentado princípios de gestão e intervenção no património da cidade, a conclusão desta Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos é maioritariamente dedicada a edifícios isolados enquanto objetos de valor artístico a conservar e, por isso, tanto a definição de património como a possível estratégia de gestão do mesmo estariam muito aquém do que Giovannoni propusera anteriormente e que mais tarde veio a demonstrar-se bastante coerente e adequada.

Em paralelo com as doutrinas de restauro e proteção dos monumentos, os anos 30 foram marcados pelas teorias de desenvolvimento das cidades, particularmente por uma lógica de expansão que se traduziu na Carta de Atenas de 1933 e pela recusa da cidade tradicional. Este documento define a cidade do ponto de vista económico, social, político, geográfico, topográfico e histórico e assume que «as razões que presidem o desenvolvimento das cidades estão, portanto, submetidas a mudanças contínuas» (CIAM, 1933, art. 7). Neste seguimento, e porque, segundo os congressistas, as palavras para caracterizar os núcleos históricos das cidades eram “insuficiência”, “ausência” e “mediocridade” (CIAM, 1933, art. 9), a estratégia passa por limpar e higienizar a cidade, dando destaque às grandes vias de circulação e propondo construções elevadas a grande distância umas das outras, de modo a libertar o espaço e a criar áreas verdes (CIAM, 1933, art. 27, 28, 29).

Admite-se que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de bairros miseráveis na envolvente de um qualquer monumento com valor histórico destrói um ambiente secular. É algo lamentável mas inevitável. (CIAM, 1933, art. 69)

Desta forma, é unanimemente aceite que o património de uma cidade é constituído pelas suas obras materiais e construções que devem ser respeitadas e preservadas (CIAM, 1933, art. 65, 66). Como a cidade tradicional é considerada insalubre e “insuficiente” para envolver estas construções de grande valor estético e artístico, os CIAM propõem recentrá-las e valorizá-las através do destaque em relação à cidade existente. Assim, a “nova” política de desenvolvimento da cidade passaria pela «renovação urbana ampla e substitutiva baseada em demolições sistemáticas» (Aguiar, 2014), não só considerando exclusivamente os monumentos como património a preservar, mas sobretudo comprometendo a conservação dos núcleos antigos ou centros históricos, que passariam a estar sujeitos a intervenções mais profundas em prol dos monumentos modernos.

Se em 1931 foi discutido e declarado como património da cidade o *monumento histórico*, 33 anos mais tarde voltam a reunir-se arquitetos e técnicos para debater a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios. Desta vez, é definido que, por *monumento histórico*,

se entende não só o objeto arquitetónico em si, mas também «o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico» (ICOMOS, 1964, art. 1º). Desta forma, e porque «o monumento é inseparável da História, da qual é testemunho, e também do meio onde está inserido» (ICOMOS, 1964, art. 7º), o espaço urbano envolvente dos monumentos passou a ter um carácter patrimonial de interesse comum e passou a estar abrangido nas medidas de conservação do património. Por consequência, a identidade de uma cidade passou a estar relacionada não só com os monumentos enquanto testemunhos artísticos da cultura, mas com todos os espaços contíguos que naturalmente teriam outro tipo de testemunhos igualmente característicos e identitários da cultura da cidade.

Ainda que tivessem sido dados passos com este “alargamento de conceitos”, a única referência aos *sítios monumentais* (única e exclusivamente como envolvente dos *monumentos históricos* foi inspirada nos princípios de conservação e restauro definidos para os monumentos, apenas com o objetivo de «assegurar a sua limpeza, organização harmoniosa e valorização» (ICOMOS, 1964, art. 14º). Esta (re)definição de conceitos apenas cristalizou significados, mas poderia ter possibilitado novas conquistas, nomeadamente a (re)valorização da “arquitetura menor” defendida por Giovannoni, considerando a arquitetura com menor valor artístico e cultural que os monumentos (situadas na envolvente dos monumentos ou não), bem como o reconhecimento de que qualquer manifestação ou testemunho da cultura humana é património a conservar, não se devendo restringir as medidas de preservação a determinados monumentos e sítios, como a Recomendação sobre a Preservação de Bens Culturais da UNESCO viria a concluir mais tarde (UNESCO, 1968, art. II).

A definição de *bem cultural* terá revolucionado a perspetiva de cultura e o modo de entender e gerir o património das cidades, permitindo uma nova dimensão intangível e imaterial, que define e identifica não só o carácter artístico e histórico das cidades, mas sobretudo toda a sua vivência e a passagem humana pelo território. González-Varas apresenta como património cultural de uma cidade todos os bens que façam referência à história da civilização, sejam arqueológicos, artísticos, históricos, ambientais (paisagísticos e urbanísticos), arquivísticos ou literários, isto é, tudo o que constitua testemunho material com valor coletivo (González-Varas, 2008).

A partir do momento em que se assenta a importância de preservar a cultura e esta é considerada património tangível e intangível, as medidas de preservação devem ser adequadas e adaptadas «em função da natureza, das dimensões e da localização dos bens

culturais, bem como do tipo de perigos aos quais estão expostos» (UNESCO, 1968, art. II). Neste processo, a determinação dos bens culturais e das respectivas formas de proteção encontra um grande desafio: a Segunda Guerra Mundial. É neste momento que surge a necessidade de alargar o conceito de representatividade cultural de uma cidade, de um povo, de um país. No período do pós-guerra, com as reconstruções e as mudanças de estilos de vida, verificou-se que a identidade é reconhecida de formas diferentes quando diversas culturas se confrontam, não sendo possível estabelecerem-se elementos, símbolos ou medidas universais. González-Varas exemplifica com a comparação entre os “países do terceiro mundo” e os países ocidentais: a identidade dos chamados “países do terceiro mundo” não poderia ser definida pelos mesmos elementos e símbolos que definiam a cultura dos países ocidentais, iniciando-se assim um processo de busca e definição da identidade pela própria aceitação de objetos e comportamentos até então considerados irrelevantes (González-Varas, 2008). Todo este processo de descoberta levou a questionar a importância das cidades nas suas mais pequenas formas de identidade e o seu papel enquanto património.

Choay declara que “revolução cultural” dos anos 50 trouxe uma nova perspectiva de cultura, mas teve também uma série de incidências ao nível da mentalidade das sociedades, nomeadamente a «ruptura com a duração e o uso da memória viva, a favor da instantaneidade» e a «normalização das culturas em detrimento das suas diferenças», o que, segundo Choay, poderá ter iniciado uma visão de totalidade demasiado globalizante, a que passámos anos mais tarde a chamar de “património mundial” (Choay, 2009). Cidades que terão (re)descoberto o seu valor patrimonial durante as reconstruções da Segunda Guerra foram submetidas a modelos de desenvolvimento urbano distintos e, ainda que este progresso fosse necessário, ter-se-á instaurado um «processo de normalização, sinónimo de perda e cujo horizonte é uma sociedade globalizada» (Choay, 2009, p. 40).

Nesta lógica de identidade, estará o património na cidade – como que à espera de ser identificado e valorizado – ou fará intrinsecamente parte dela, como defendia Giovannoni? Não será a própria cidade património a preservar?

A cidade, à semelhança de um monumento ou de uma obra de arte, pode ser portadora de valores estéticos ou artísticos extremamente depurados, configurando conjuntos urbanos de uma elevadíssima qualidade ambiental

*devido precisamente, aos seus valores morfológicos, estéticos e arquitetónicos*¹¹
(González-Varas, 2008, p. 341)

Sabemos, no entanto, que a existência destes conjuntos urbanos pode ser resultado de uma criação planeada e controlada, na sua totalidade ou em parte, mas pode igualmente ser fruto da ação anónima e da decantação de processos históricos seculares – como é o caso das cidades de Roma, Veneza e Siena ou os cascos históricos de Granada, Segóvia e Córdova – permitindo-nos afirmar que são os valores que a morfologia urbana encerra e a sua singularidade que nos levam a designar núcleos urbanos como *centros ou conjuntos históricos*, e não o estabelecimento da sua idade e valor estético, como acontecia com os monumentos. De outra forma, a cidade de Brasília não apresentaria tanto valor enquanto exemplo representativo da ocupação do território pelo Homem (González-Varas, 2008). Neste sentido, a estrutura das cidades, a sua malha e textura, constitui «a essência da cidade, sendo um objecto patrimonial intangível, a proteger incondicionalmente» (Choay, 1999, p. 159).

É por esta razão que a UNESCO lança as *Orientações para a Inscrição de Tipos Específicos de Bens na Lista do Património Mundial* (paisagens culturais, cidades, canais e rotas), precisamente por considerar que há muito para além dos monumentos que precisa de ser valorizado e trabalhado com especial cuidado (UNESCO, 2013b, Anexo 3). A categoria das cidades é subdividida em três grupos de conjuntos urbanos, consoante a sua estrutura, ocupação e desenvolvimento: 1) *cidades não habitadas*, cujo testemunho cultural é de carácter arqueológico e permanece intacto – é o caso de cidades consideradas “parques arqueológicos”, como Teotihuacan (México), Vijayanagara (Índia) e Pompeia (Itália); 2) *cidades históricas habitadas*, consistindo nas cidades com um desenvolvimento em ciclos evolutivos estratificados, que continuam a sua evolução atual sob a influência das mudanças socioeconómicas e culturais, sendo sempre complexa a atuação de uma política que equilibre a exigência da conservação do seu património cultural e o desenvolvimento do resto das funções urbanas contemporâneas; 3) *cidades e metrópoles modernas do século XX*, com uma organização urbana perfeitamente reconhecível e uma autenticidade indiscutível, cujo futuro é incerto uma vez que o seu desenvolvimento é em grande parte incontrolável – trata-se de cidades que são os motores da expansão económica mundial, como Chicago, Nova Iorque, Frankfurt ou Brasília (González-Varas, 2008).

¹¹ Tradução parcial da autora: «La ciudad, al igual que un monumento o una obra de arte, puede ser portadora de valores estéticos o artísticos sumamente depurados, configurando conjuntos urbanos de una elevadísima calidad ambiental debido, precisamente, a sus valores morfológicos, estéticos y arquitectónicos.» (González-Varas, 2008, p. 341)

É claro que as cidades sempre foram e sempre serão diferentes no modo como são ocupadas e como se desenvolvem no território, por isso o “afunilamento de perspectiva” que tendencialmente acontece para as “rotular” e dividir nestas categorias é dúbio e falacioso. Restringindo desta forma a perspectiva, entende-se claramente que só a necessidade de controlo sobre as cidades poderia tentar classificá-las unicamente com três designações, uma vez que desde há muito tempo (desde as cidades medievais, inclusivamente) que as cidades são muito mais que o seu casco mais antigo e possuem uma história que as abarca em todo o seu território – o processo evolutivo de uma cidade parte geralmente do seu casco antigo, mas desenvolve-se por todo o território.

Poderíamos fazer o teste de escolher uma cidade que não tivesse sido já referida e tentar “rotulá-la” com uma destas categorias; verificaríamos a dificuldade e a limitação que é equiparar cidades com histórias (e extensões) completamente distintas, ainda que possam apresentar semelhanças ao nível da estrutura, forma ou imagem¹². A estrutura abrange as formas e regras resultantes da estruturação primária ou, por outras palavras, a morfologia urbana; a forma diz respeito aos edifícios organizados para formar ruas, composições primárias à escala urbana; já a imagem compila todos os aspetos relacionados com a transmissão e a performance da cidade (cor e brilho, por exemplo). Segundo Rossa, existe uma hierarquia de mutabilidade e uma hierarquia de visibilidade – a estrutura será a mais perene e invisível e a imagem a mais volátil e evidente – mas considera-se sempre uma permanente dinâmica de transformação (Rossa, 2015b), na qual os valores (ou as “invariantes”, a estrutura) da cidade devem ser salvaguardados para assegurar que a identidade urbana não se perde.

Se, por um lado, temos a «volatilidade da imagem e a inevitável evolução gradual da forma», por outro lado temos a estrutura, o verdadeiro património na cidade, «pois é nela que estão sistematizadas as invariantes, ou seja, o que é simultaneamente durável e seminal, genético» (Rossa, 2015b, p. 488) e é ela que nos permite falar de cidade enquanto património, património urbanístico, havendo sempre a necessidade de conhecimento das diferentes realidades e culturas e o «reconhecimento de que as marcas do Homem sobre o território, as suas formas de assentamento configuradas ao longo da história e a sua utilização do espaço físico territorial como lugar de convivência e intercâmbio cultural

¹² Esta tríade apresentada por Walter Rossa constitui o sistema que define as várias dimensões da cidade, «formado pela interação do seu conjunto com as características endógenas do sítio, a sua articulação e espacialidade resultantes, o que constitui o urbanismo e é uma demonstração simples da sua já referida natureza imaterial» (Rossa, 2015b, p. 487).

constituem testemunhos culturais por excelência»¹³ (González-Varas, 2008, p. 54), assumindo que as manifestações de cultura, o tal património cultural por excelência, se difundem pelos “sítios históricos”, mas também pelo resto da cidade e, num sentido mais amplo, por todo o território, onde quer que se encontrem vestígios da atividade humana. Neste sentido, o património não *está* na cidade, o património *é* cidade e participa na «construção da experiência urbana contemporânea» (Arantes, 2009).

A cidade concretiza-se e transforma-se continuamente por processos de (re)urbanização, ou seja de construção e transformação física e respectiva ocupação e vivência por pessoas com usos e funções. (Rossa, 2015b, p. 487)

Se assumirmos isto com clareza e convicção, a reflexão sobre a intervenção na cidade e o modo como atuamos é necessariamente diferente. Senão vejamos: a cidade deve ser encarada como património em todas as suas dimensões, para que seja possível intervir e pensar atuar com a consciência de que interferimos num processo que já começou muito antes de nós e que continuará a desenvolver-se muito depois da nossa presença. Assim, e porque o património não é algo cristalizado cuja preservação está associada a medidas de conservação pura, é fulcral que o desenvolvimento das cidades assuma uma abordagem de conservação integrada, ou melhor, reabilitação integrada. Desta forma, é possível gerar novas formas de cidade e respeitar a sua evolução natural, assegurando o carácter e os valores do património que herdámos e que temos a responsabilidade de passar às gerações futuras. São, aliás, estes valores da cidade que determinam o que deve (da estrutura, da forma ou da imagem) ser salvaguardado, sabendo que a intervenção em cada um dos “níveis da hierarquia” tem consequências muito distintas nesta perspetiva de salvaguarda do património.

¹³ Como sugere Ignacio González-Varas: «La inclusión de los "bienes ambientales" dentro de los "bienes culturales" se asienta en el reconocimiento de que los signos del hombre sobre el territorio, sus formas de asentamiento configuradas a lo largo de la historia y su utilización del espacio físico territorial como lugar de convivencia e intercambio cultural constituyen testimonios culturales por excelencia.» (González-Varas, 2008, p. 54)

1.3. Da cidade como património ao início da reabilitação urbana

Cada novo edifício que se introduz à força, cada sobre elevação de edifícios de altura média, cada escritório que atraia negócios e tráfego, se parecem, à primeira vista, melhorar a situação, não fazem, na realidade, senão agravá-la ao ponto de tornar insolúvel o mais pequeno problema de ordenamento urbano. E, enquanto se espera, destrói-se um ambiente constituído pela associação de elementos nobres e de elementos humildes, e pela estratificação, particular e inimitável, dos edifícios ao longo dos diversos séculos. (Gustavo Giovannoni referenciado por Choay, 2009, p. 200)

Encarar a cidade como património é fundamental para o seu desenvolvimento, isto porque é no modo como se trata o património urbano de uma cidade que se trabalha para um desenvolvimento coerente e justo dos ambientes urbanos que a constituem. Coloca-se então uma questão pertinente: de que forma se pode gerir o património nesta perspetiva dinâmica de evolução e desenvolvimento da cidade, garantindo a transmissão às gerações futuras do que recebemos como herança?

A propósito disto, é pertinente a perspetiva de Jeudy, pelo valor que atribui ao conceito de transmissão numa abordagem transversal aos *patrimónios*. Na interface entre a lei, a genética e a economia é importante o questionamento ético sobre a evocação e o tratamento dos valores, pelo que, sem uma dinâmica de transmissão, estes *patrimónios* perdem o seu significado¹⁴ (Jeudy, 1990). Quando se transpõe isto para o *património urbano*, misturam-se valores funcionais, económicos e simbólicos e a sua transmissão – a que também chamaremos gestão – é muitas vezes questionada pela influência da dinâmica social e política da cidade. Jeudy defende que, para uma análise dos fenómenos patrimoniais e das formas atuais de gestão cultural das memórias, o conceito de transmissão permite resolver as interferências entre as ciências sociais, a psicanálise e as ciências jurídicas, porque se entende que esta lógica não passa pela restituição de uma memória histórica, mas pela produção de novas redes que dêem um novo sentido aos valores importantes (Jeudy, 1990).

Quando se trata da identidade de uma cidade, esta “produção de novas redes” corre sempre riscos de várias naturezas, nomeadamente a «*fetichização do património*» que,

¹⁴ De acordo com Henri Pierre Jeudy: «A l’interface entre le droit, la génétique, l’économie, il appelle aussi un questionnement éthique sur l’invocation et le traitement des valeurs. Sans une dynamique de la transmission, un patrimoine perd son sens (...).» (Jeudy, 1990, p. 8)

segundo Choay, acontece sob o efeito de duas tendências: uma «reacção passadista e nostálgica», que considera e procura o valor memorial e anacrónico das formas e modelos de organização da cidade, desadequados ao tempo e ao espaço a que pertencem, e uma «reacção progressista», que cristaliza o património na forma de objetos de museu, «dispensadores de um saber histórico e/ou de um prazer estético» (Choay, 2009, p. 43). Em ambas as tendências verificamos uma abordagem distante e desconexa, como se se trabalhasse o património com um desejo de o ter no presente exatamente da mesma forma que o herdámos. Ora, se o património urbano da cidade, a sua identidade, funciona essencialmente com a lógica de transmissão apresentada anteriormente, o que haverá a “manter” serão os valores fundamentais que garantem a autenticidade e integridade da cidade (e não os objetos patrimoniais cristalizados no tempo), pois esta transmissão é contínua e o património está em desenvolvimento, acompanhando a mudança dos tempos e das gerações e sempre mantendo o seu valor mais identitário.

Após a Segunda Guerra verificou-se que numa das respostas à destruição (construção nova e introdução de novas lógicas urbanas) perdia-se por completo a referência da cidade anterior e caminhava-se para uma identidade totalmente nova. Outrora já se percebera que a demolição de grandes áreas urbanas (não por causa da guerra, mas por via dos planos higienistas, de que o melhor exemplo é o plano para Paris, de Haussman) teria a mesma consequência, embora na altura se defendesse que a cidade só crescia e se expandia se se procedesse desse modo.

No início dos anos 60, André Malraux inicia um conjunto de «operações-modelo em França, baseadas nos *plans de sauvegarde et mise en valeur*, para a preservação de espaços urbanos de grande qualidade» (Aguiar, 2014, p. 59), considerando a cidade património urbano a proteger e assim retomando parte da visão que outrora Giovannoni havia proposto e que não teve continuidade.

Choay sublinha Giovannoni ao lembrar que «a conservação viva e não de museu das cidades e dos tecidos urbanos antigos é parte integrante da sua perspectiva do urbanismo» (Choay, 2009, p. 193), sendo a sua preocupação uma «arquitetura integral» no que diz respeito à conceção de planeamento e ordenamento do território. Ao contrário da definição de cidade enquanto soma de monumentos, Giovannoni introduz a importância da globalidade, da «relação semântica irreduzível dos seus edifícios “maiores” e do tecido dos seus edifícios “menores”, que se dão sentido reciprocamente» (Choay, 2009, p. 194). As diferentes lógicas de composição da cidade antiga são então fundamento para uma série de princípios e meios que «garantissem a coesão da “cidade integral” ao longo seu

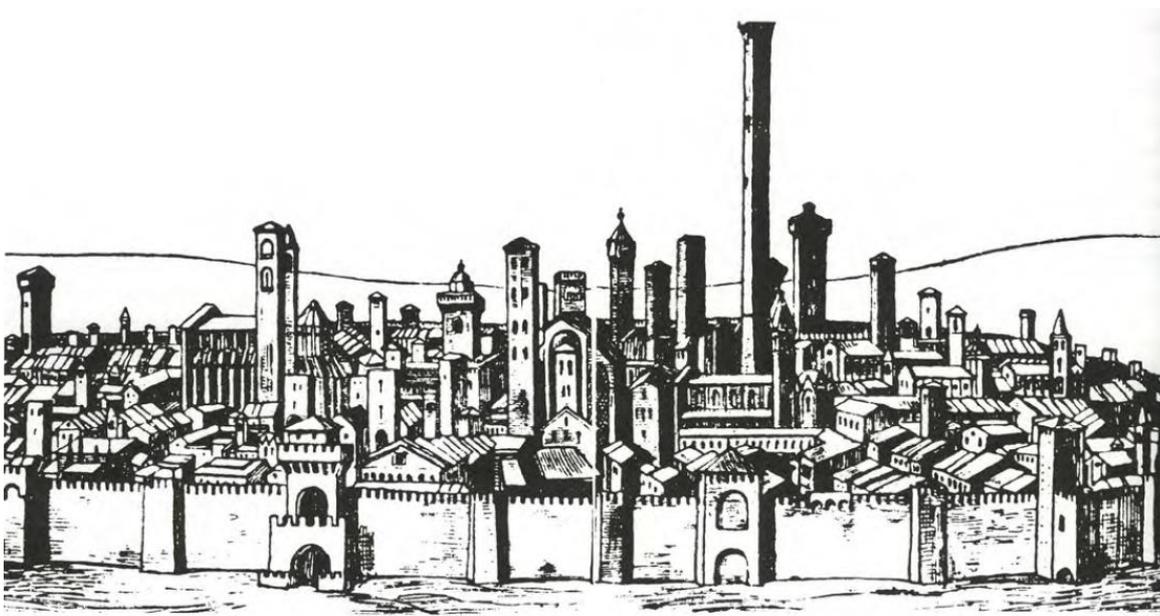
desenvolvimento» (Gonçalves, 2011, p. 19), numa perspetiva de coexistência de escalas aparentemente incompatíveis – da cidade antiga e da cidade moderna – onde se «coloca em jogo no presente a memória viva que prende os seus habitantes ao seu passado» (Choay, 2009, p. 194). O que, de facto, pode resolver esta questão é, segundo Giovannoni, o investimento nas redes de comunicação e de transportes, que afastem dos centros urbanos antigos «as formas mais intensas da vida moderna num organismo urbano concebido segundo critérios antigos» (Choay, 2009, p. 196), no sentido de os descongestionar e os proteger das formas de urbanização contemporâneas e da introdução de funções para as quais estão totalmente desadequados.

É só nestas condições que um ordenamento local, sabiamente concebido e realizado com paciência, poderá, no tecido antigo, contribuir caso a caso com soluções de compromisso entre os novos desideratos e as condições do passado.

(Choay, 2009, p. 196)

Podemos afirmar que é neste ponto, quando surge a questão «*não terminaram já os tempos da cidade compacta e centralizada e não se apaga esta última em benefício de um outro modo de agregação?*» (Choay, 1999, p. 169), que nasce a valorização da cidade existente e se começa a pensar em reabilitação urbana. Giovannoni propõe a expansão e urbanização das periferias para descongestionar os centros urbanos antigos, no sentido de proceder à sua manutenção e preservação, para que se consiga efetivamente conservar a sua vivência e dinâmica urbana, através de medidas de revitalização e reabilitação. É possível prever que muitos dos problemas relacionados com a falta de vida dos centros antigos, a sua desertificação, etc, aconteceram (e têm acontecido até hoje) como consequência de uma urbanização desregrada das periferias, sem a manutenção e reabilitação dos centros urbanos existentes, não se optando por um planeamento integrado nas diferentes áreas da cidade. Com o desenvolvimento em expansão para as periferias, a salvaguarda dos núcleos urbanos antigos só seria possível numa perspetiva de «salvaguarda sustentada» ou «salvaguarda em desenvolvimento», ou seja, uma abordagem que pretenda a preservação mas não o «engessamento historicista de núcleos urbanos» (Rossa, 2015a, p. 42), permitindo a transformação e o desenvolvimento necessários ao bom funcionamento de um contexto antigo na contemporaneidade, com novos usos, novas funções e novas maneiras de apropriação do espaço.

O património urbano e urbanístico tem um papel fundamental na dinâmica das cidades, sendo, de facto, algo relevante que carece de cuidados e princípios especiais ponderados.



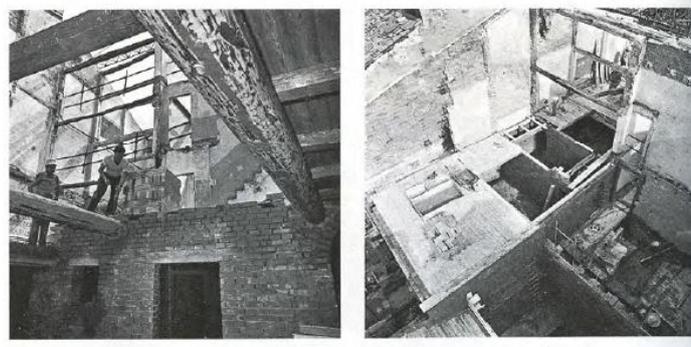
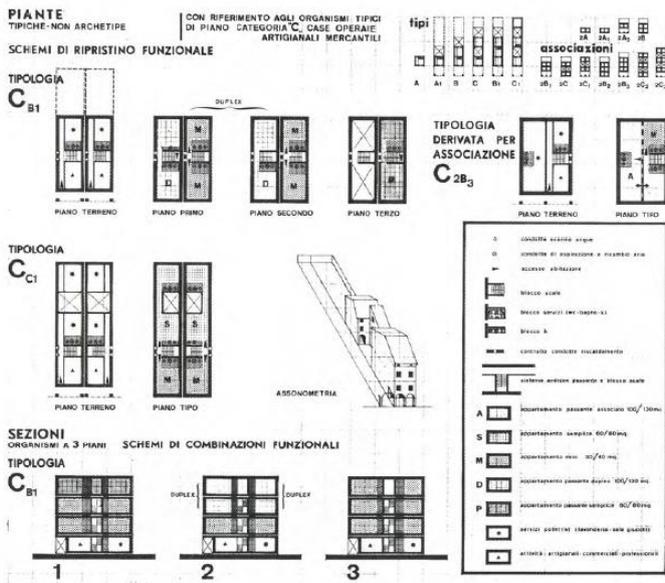
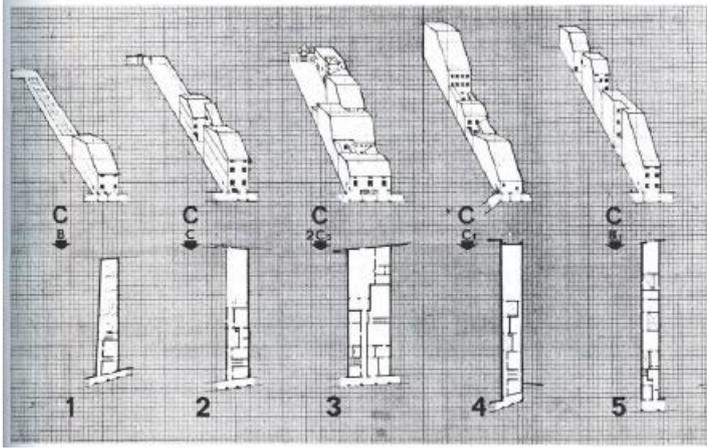
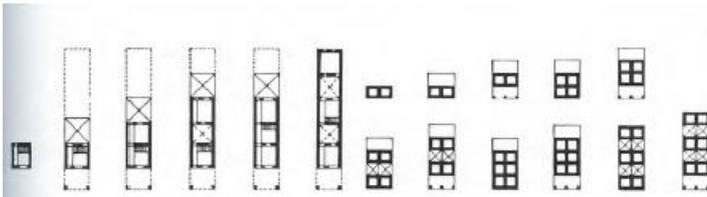
2. *Skyline* medieval da cidade de Bolonha

O património integrado no conceito de perfil da cidade é um vetor ativo no seu desenvolvimento futuro sendo o aspeto da cidade, no que se refere ao centro ou às áreas habitacionais resultado de uma tarefa em que participa o município no seu conjunto. Daí, que não possa ser abandonado ao jogo dos interesses particulares ou ao acaso. (Portas, 1981, p. 155)

Nuno Portas defende que as políticas de desenvolvimento urbano devem passar sempre por uma recuperação física e uma reutilização social do edificado existente, com a noção de que *recuperamos, reabilitamos, revitalizamos* áreas “antigas” e não áreas “históricas”, com toda a responsabilidade que zonas já existentes e consolidadas da cidade acarretam – «e não apenas aquelas a que se atribui um valor histórico ou monumental especial» (Portas, 1981, p. 155). O arquiteto salienta ainda a importância de nos referirmos a “áreas” e não a “centros” para não cairmos na tendência de assumir que se trata de áreas centrais com os principais comércios e edifícios públicos, porque estas áreas também abrangem bairros residenciais mais ou menos antigos, mais ou menos valiosos arquitetonicamente, mais ou menos centrais na cidade. O que interessa clarificar é o valor de identidade que este património tem na (e para a) cidade, sabendo que ele se concretiza não apenas pelos edifícios, mas sobretudo pelo valor de identidade e memória e pela dinâmica urbana que conferem à cidade.

Para levar a cabo essas políticas de desenvolvimento, é necessário reconhecer e desconstruir os conflitos típicos destas áreas, tendo sempre, como primeiro objetivo, a satisfação das necessidades básicas dos habitantes no ambiente urbano em que vivem e que já conhecem ou, se quisermos, dos principais atores do espaço social e urbano que compõem a história daquele lugar (Portas, 1983).

O primeiro exemplo desta mentalidade de conservação integrada, o caso de Bolonha, tornou-se um importante contributo para a intervenção em Itália e em toda a Europa no fim dos anos 60, a partir do qual foi possível reparar a degradação física do património arquitetónico histórico, preservando as características sociais da população que vive no centro urbano. Mas terá sido esta experiência um modelo aplicável a outros centros urbanos ou não terá passado de uma experiência unicamente possível devido à situação política e cultural que caracteriza Bologna? Bandarin explica que não é possível responder claramente a esta questão, uma vez que a metodologia e os recursos utilizados são visivelmente dependentes do contexto de planeamento urbano e metropolitano de Bolonha: um contexto caracterizado pela reconstrução de áreas bombardeadas durante a guerra e pelo controlo do crescimento acelerado devido à expansão económica (Bandarin, 1979) – em que a principal



3. Exemplo da reconfiguração da tipologia arquitetónica “habitação para artesãos”, com 4 a 7 metros de fachada
 4. Esquemas para a renovação científica desta tipologia de edifícios
 5. Fotografias da reabilitação de edifícios do centro histórico

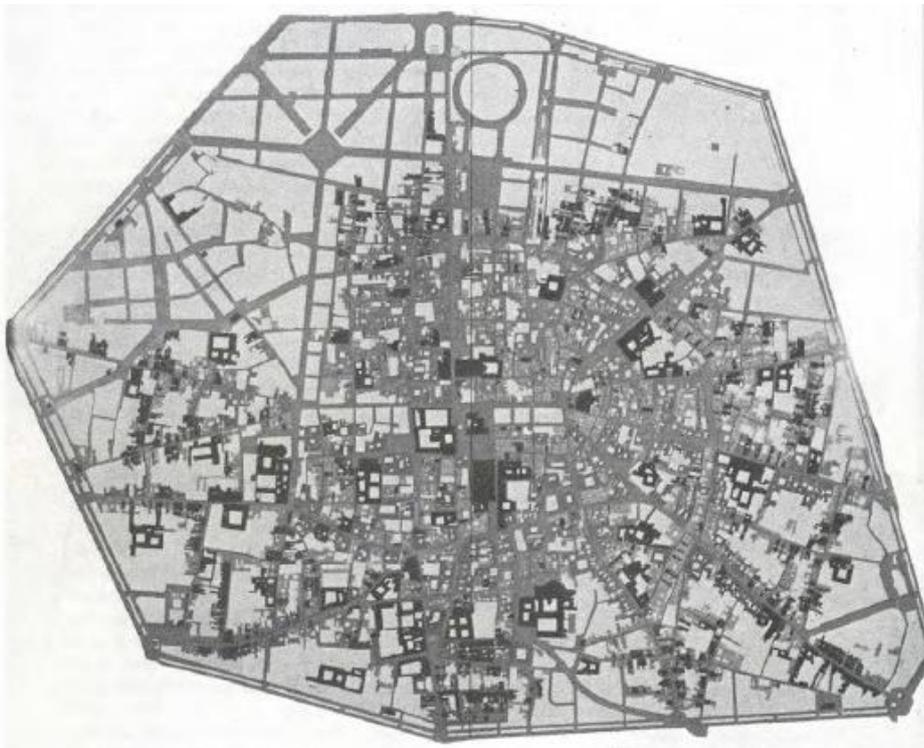
premissa foi promover uma descentralização das decisões administrativas e políticas, propondo a realocização das atividades industriais, que até aos anos sessenta se encontravam no interior do perímetro muralhado (Cuppini, 2005). Para impedir que a cidade crescesse de forma desordenada e sem programação, «Bolonha aceitou manter a condição de cidade de média dimensão em detrimento de se transformar numa metrópole à escala europeia» (Cuppini, 2005, p. 127).

É importante compreender as diferentes formas como se encarou esta experiência de planeamento em Bolonha, particularmente. Segundo Bandarin, existiram três modos de assumir: 1) como uma oportunidade de a cidade planear e controlar o crescimento urbano durante o período pós-guerra, coordenando o desenvolvimento de toda a área metropolitana; 2) como uma oportunidade para o desenvolvimento de um sistema de tomada de decisão descentralizado e democrático, com a articulação da administração municipal com os poderes de decisão alargados; 3) como uma oportunidade de formação de uma proposta metodológica original para a renovação do centro histórico, com a adaptação das tipologias arquitetónicas históricas às necessidades da vida moderna, sem arruinar as características originais do centro, e o princípio de que a conservação engloba a dimensão cultural também, o que significa que a população e a sua cultura também devem ser preservadas (Bandarin, 1979).

O processo de planeamento para o centro histórico de Bolonha começou por desenvolver um conhecimento técnico dos problemas do restauro físico, com o aprofundamento da consciência do problema. De seguida foi levantada uma questão fundamental, que permitiu refletir sobre um dos maiores problemas dos núcleos urbanos: a gentrificação. A mudança na composição social da cidade (exclusão de grupos de classe baixa para alojar grupos da classe média alta) levou os técnicos a questionarem-se: «Para quem vamos nós restaurar e preservar este património histórico?»¹⁵ (Bandarin, 1979).

A segunda fase do processo pretendia mudar esta realidade de exclusão social, não só para ganhar o apoio das classes trabalhadoras, mas sobretudo para preservar as características culturais originais da cidade. Houve a necessidade de clarificar o conceito de

¹⁵ Segundo Bandarin, esta foi uma das mais importantes questões colocada durante o processo, porque evoca o problema da gentrificação em Itália e por toda a Europa: «The question raised after that process was: “For whom are we going to restore and preserve this historic heritage?”. This question was extremely relevant (for developing working-class interest in the process). It addresses the major problems that Italian (and other European) historic centres face: the so-called gentrification for the urban core, i.e., the change in the class composition of the city, the expulsion of lower-income groups and their replacement by middle and higher-income groups.» (Bandarin, 1979, p. 192)



6. Mapa dos edifícios históricos de Bolonha
7. Encontro organizado para técnicos e habitantes

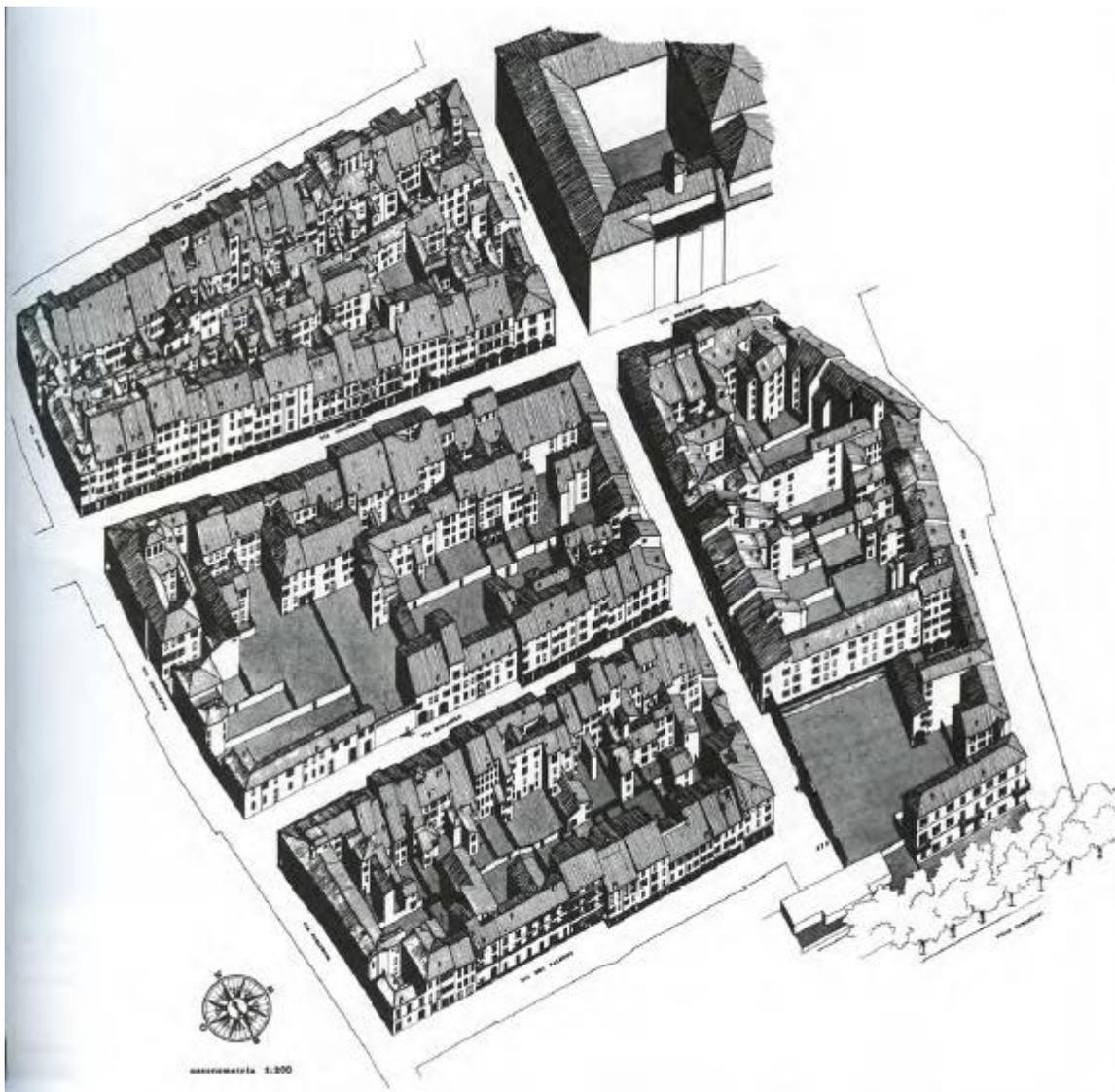
conservação e aboliu-se a separação entre “conservação física” e “conservação cultural”. Percebeu-se que só fazia sentido uma abordagem de conservação integrada das características sociais, culturais, económicas e artísticas da cidade (Bandarin, 1979).

Cuppini designa mesmo por “salvação” a intervenção do arquiteto e urbanista Campos Venutti no centro histórico de Bolonha: em primeiro lugar, por salvar o centro histórico de uma série de atividades que recolocou fora das muralhas, criando pólos industriais, empresariais, de comércio e serviços e promovendo um desenvolvimento urbano ordenado; em segundo lugar, porque salvou a área da “colina bolonhesa” das atenções imobiliárias derivadas das condições de habitabilidade que se verificavam (Cuppini, 2005). Segundo Portas, o exemplo de Bolonha constituiu uma «reviravolta» na teoria do crescimento, onde se decidiu que a cidade “não poderia crescer mais” (...) e que se tratava do momento de fazer a revitalização da “cidade velha» (Portas, 2005, p. 143), sem, no entanto, se cair na tendência de apenas intervir e apostar na cidade histórica, uma vez que se percebeu que o centro histórico não podia albergar todas as pessoas e toda a construção necessária para uma boa qualidade de vida urbana.

É bom observarmos estes exemplos, para perceber que não se pode resolver tudo “por dentro”. Para se resolver os problemas do “centro”, é preciso também resolver os problemas da chamada “periferia” – é preciso trabalhar com os dois pés e requalificar ambas, e não apenas uma. Esta é, como vimos, a grande aquisição do atual discurso sobre o Urbanismo de Bolonha. (Portas, 2005, p. 144)

Tendo por base uma perspetiva de intervenção “área a área” – sem monopolizar e direcionar as políticas de desenvolvimento apenas para a cidade velha – foi possível definir princípios e meios que garantissem a coesão da “cidade integral” ao longo da sua evolução, como incitara já Giovannoni na sua reflexão sobre «uma integração sensível da cidade existente nos processos de desenvolvimento urbano» (Gonçalves, 2011, p. 20).

Neste sentido, e no decorrer do sucesso da experiência de Bolonha, a doutrina do Conselho da Europa relativa à salvaguarda do património arquitetónico e urbano, nomeadamente através da Carta Europeia do Património Arquitetónico e da Declaração de Amesterdão, define que a conservação integrada é um pressuposto do planeamento urbano e do ordenamento do território (CE, 1975b) e que a reabilitação dos centros históricos se deve processar «dentro de um espírito de justiça social para não provocar o êxodo dos seus habitantes mais desfavorecidos» (CE, 1975a, art. 7). Estes documentos alertavam para a importância de atenuar o crescimento das cidades para as periferias, no sentido de identificar os processos de desagregação urbana e assim proteger o património urbano de



8. Exemplo da política de intervenção “área a área”, por quarteirão

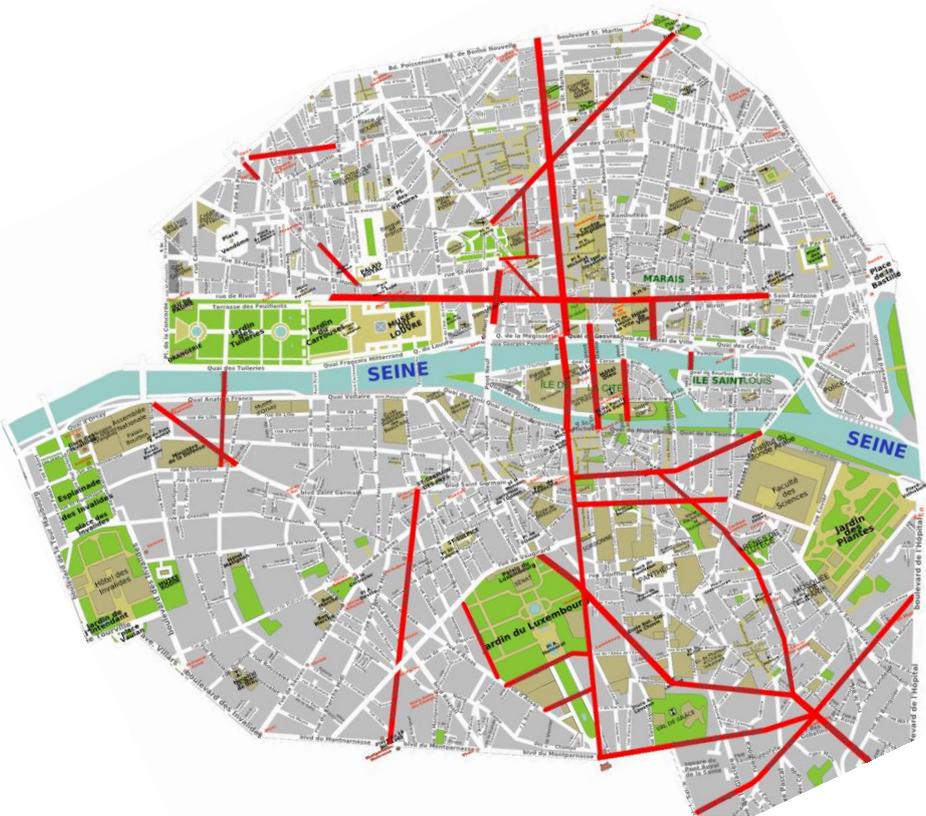
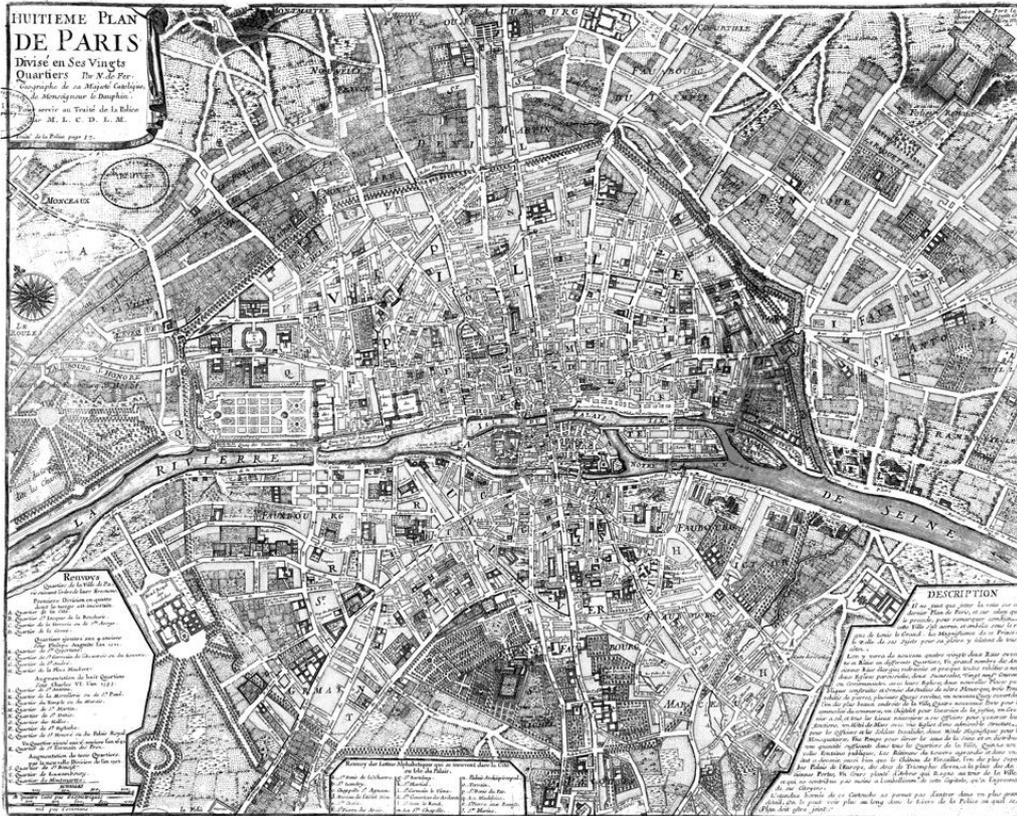
políticas e planos destruidores dos valores culturais, sociais, ambientais e económicos da cidade antiga (Gonçalves, 2011). Passa a ser oficial a importância da conservação do património arquitetónico, como «expressão insubstituível da riqueza e da diversidade de cultura europeia» (CE, 1975a), integrada no quadro de vida dos cidadãos e nos planos de ordenamento do território e de urbanismo.

Sob a forma de uma política europeia comum, decreta-se a prioridade em proteger o património arquitetónico, através de princípios de conservação integrada como: a integração dos conjuntos urbanos nas medidas de intervenção (cidades antigas, aldeias com tradições, etc), a articulação de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos e a participação de todas as partes interessadas.

Para além da conservação do património cultural, passou a ser fundamental alargar horizontes e incluir outros âmbitos e princípios nas intervenções de reabilitação das cidades, nomeadamente: sociais (justiça social e partilha das mais-valias com todos), democráticos (descentralização e participação das populações) e ambientais (preocupação com a qualidade do ambiente urbano e dos espaços públicos). A reabilitação urbana ganha ainda mais valor e influência com a Declaração de Amesterdão, numa visão estratégica de conservação integrada e de desenvolvimento regado e coerente das cidades.

É nesse contexto que acredito operativamente no princípio de que toda a expressão e extensão material da urbe é, em bruto, um bem patrimonial, trabalhando-se com a dicotomia consolidado/não consolidado e não com a tradicional e redutora dualidade histórica/contemporânea. É que, na realidade e epistemologicamente, toda a cidade presente é contemporânea. Reconhecem-se-lhe, contudo, centros de identidade. Daí a importância que para o conforto urbano tem hoje a salvaguarda e valorização dessas verdadeiras matrizes da natureza comunitária e também que isso seja feito de forma integrada, ao serviço do todo. (Rossa, 2015a, p. 43)

CIDADE CONTEMPORÂNEA, A REAÇÃO AO NOVO PARADIGMA



9. Plano de Paris pré-Haussmann
 10. Plano de Paris com o layout proposto por Haussmann (as linhas vermelhas marcam as avenidas principais do projeto)

2.1. Construção da cidade contemporânea

Não é a História no sentido clássico, como disciplina, mas é sobretudo a visão histórica dos problemas. Temos que ter uma visão histórica de tudo; dos programas, é preciso saber como é que os programas evoluem; uma visão histórica das formas, dos materiais. No fundo de que se trata? Trata-se da introdução do tempo, da consciência do tempo. Nós hoje somos obrigados a trabalhar em muitas histórias e geografias, em muitos tempos e espaços simultaneamente, e se os queremos realmente compreender temos que os estudar historicamente. (Távora, 1992 pg. 103)

A perspetiva de reabilitação urbana integrada apresenta-se como solução ideal para gerir o desenvolvimento das cidades e a preservação do património, incluindo-o nas estratégias de planeamento urbano. No entanto, enquanto todas estas teorias, cartas e convenções foram sendo pensadas e redigidas, as cidades foram-se desenvolvendo e crescendo, sem propriamente “esperar” que se definisse qual a melhor forma de isso acontecer.

Se num primeiro momento (entre os anos 20 e 40) se verificava uma intensa produção de edifícios notáveis nas grandes cidades europeias e americanas, essa nova construção ocupava uma cidade resultante da urbanização aberta da segunda metade do século XIX e inícios do século XX, uma cidade “nova” que assentava nos “novos” traçados (Portas, 1996, p. 85) e que defendia um ideal de higienismo (são exemplo a Paris de Haussman, a Barcelona de Cerdà, a Amesterdão de Berlage e a Chicago de Burnham, entre outras). Num segundo momento, a Carta de Atenas (1933) decreta uma «espécie de certidão de óbito da cidade burguesa de que gostávamos, com a receita para um novo consenso sobre a cidade-outra, sem ruas nem *décors* e, de preferência, sem história a atrapalhar» (Portas, 1996, p. 88), afirmando esta rejeição da densidade e da morfologia regrada da cidade antiga e rompendo o seu sistema de relações de espaços contínuos e delimitadores uns dos outros (Portas, 1987), como que numa «tentativa de revolução cultural e ao mesmo tempo uma revolução metodológica no processo de planeamento e de projecto» (Portas, 1987, p. 109).

Depois desta lógica de expansão e “esventramento” das cidades, regressa o interesse pelos núcleos urbanos antigos com André Malraux, cujo objetivo foi a criação de *plans de sauvegarde et mise en valeur* que, em Portugal, derivaram para os planos de salvaguarda. Aliada a esta perspetiva de “salvaguardar engessando” (Gonçalves, 2011), a necessidade de expandir o território e de fazer crescer as cidades a vários níveis levou a uma dispersão da

ocupação urbanística no território e a uma expansão pouco equacionada das infraestruturas e serviços – a chamada urbanização das periferias – com consequências devastadoras não só para os centros históricos como também para as próprias periferias. Este processo de urbanização é, segundo Oliveira, caracterizado por uma «expansão urbana desordenada com consequências ao nível da fragmentação e da desqualificação do tecido urbano e a expansão desordenada das áreas metropolitanas com encarecimento das infraestruturas e da prestação de serviços públicos» (Oliveira, 2011, p. 1).

A rutura com a lógica de crescimento e aglomeração própria da cidade antiga e a modificação drástica do “habitar” urbano devem-se essencialmente ao investimento nas vias arteriais rodoviárias e ao aumento da capacidade de consumo e de uso do automóvel, porque, segundo Domingues, «o efeito de proximidade deu lugar à facilidade de relação; o tempo, a velocidade diminuíram o “atrito” territorial; a possibilidade de escolha aumentou a liberdade de movimentos, e variou os destinos e as origens, os ritmos, os circuitos e as mobilidades que suportam o quotidiano» (Domingues, 2006, p. 19).

Verifica-se uma imagem de desordem, de desperdício, de caos nas cidades que não advém simplesmente da evolução demográfica, da avidez imobiliária ou da «proverbal inoperância dos instrumentos de planeamento» (Portas, Domingues, & Cabral, 2014, p. 15). Esta «urbanização extensiva de carácter espontâneo», como lhe chama Domingues, é resultado de diferentes lógicas e diferentes atores nos processos de tomada de decisão, nomeadamente ao nível das políticas e práticas sectoriais não articuladas urbanística e territorialmente, como por exemplo a localização de alguns dos novos equipamentos públicos (Domingues, 2006). A existência de instrumentos de regulação urbanística prévios ao fenómeno de explosão da cidade – os planos diretores municipais (de primeira geração) – não contribuiu suficientemente para a estruturação das cidades, uma vez que não se definiram soluções formais e funcionais de relacionamento dos diferentes elementos urbanísticos com a envolvente (Oliveira, 2011). A expansão desregulada de perímetros alargados da cidade a par da inexistência de intervenção nos núcleos urbanos mais antigos, bem como a ausência de avaliação das necessidades reais da habitação (propondo a construção de habitação sem programação) no planeamento urbanístico levou à descaracterização do interior das cidades, «promovendo o crescimento da cidade em extensão em vez de ter incentivado o potencial habitacional e construtivo já existente» (Oliveira, 2011, p. 2).

À proximidade e à contiguidade físicas, deve acrescentar-se, agora, a relação e a distância-tempo, a fluidez, enquanto fatores de explicação de posições e de escolhas locativas que comandam as lógicas do habitar, da escolha dos trajetos, dos meios de locomoção, dos fatores de localização de atividades e de prioridades de infraestruturização do território. (Domingues, 2006, p. 19)

A cidade vai-se transformando e as dinâmicas urbanas também: da «lógica urbana de aglomeração, de densidade, de distâncias curtas, de mobilidade reduzida, de definição clara de “centro” e de “limites”» (Domingues, 2006, p. 20) mudou-se para uma lógica caracterizada pela diversidade e mobilidade, com a «fixação de novas actividades e emprego (...), a subida generalizada dos níveis de rendimento, a generalização do uso do automóvel, as transformações dos agregados domésticos (...), a difusão de novas referências culturais (...) e os hábitos e práticas de consumo» (Domingues, 2006, p. 21).

Esta mudança na realidade urbana implicou uma necessidade de planeamento que anteriormente não se questionava. Se desde a Revolução Industrial se verificava um crescimento e uma expansão “desregulados”, a “cidade de agora” possui a oportunidade de definir novas formas de política para as comunidades, políticas em que a participação, a transparência e a responsabilização a médio prazo se transfiram para os instrumentos de planeamento e para a negociação entre agentes e poderes (Portas, 1988).

Na essência, a função do planeamento não é mais do que a de introduzir uma racionalidade explícita, mais abrangente e duradoura do que a que rege a normal tomada de decisões casuísticas e descontínuas. (...) Mas o planeamento é, antes do mais, uma atitude e sempre um processo para o qual não basta a existência de um plano, podendo até existir em teoria, sem o objecto formal que dá por este nome. (Portas, 1988, p. 242)

Os Planos Directores Municipais (de primeira geração) à partida pareciam ser «o instrumento privilegiado» (Portas, 1988, p. 243) para a conciliação entre os vários níveis e sectores do Estado, na procura da definição de estratégias e metas a longo prazo necessárias e oportunas, às quais as pessoas sabiam que tinham de se sujeitar para o bem do desenvolvimento urbano. Acontece que este instrumento falhou e «tornou-se num revelador de incerteza – ou de comprometimento da Administração em tempo útil» (Portas, 1988, p. 243): falhou pela falta de programação, pela previsão sobredimensionada das áreas de expansão e pela incapacidade de atuação dos órgãos do município no controlo do processo urbano, uma vez que os planos apenas previam uma regulação da intervenção dos privados (Oliveira, 2011). Este fenómeno promoveu de tal forma a urbanização das periferias

que se “esqueceu” da manutenção dos núcleos urbanos antigos, prevendo apenas áreas de proteção numa lógica de “salvaguardar engessando”. De acordo com Gonçalves, «embora a sua influência no controlo do desenvolvimento urbano fosse limitada, o modo como estes planos urbanísticos consideraram os destinos das áreas urbanas antigas, contribuiu muito para o seu esquecimento colectivo» (Gonçalves, 2011, p. 41), um “esquecimento” que se traduziu na cristalização dos centros históricos, ainda que o intuito fosse “proteger”. Esta forma de crescimento da cidade, “sem tocar nos centros históricos”, vai ao encontro da visão conservadora do património que André Malraux apresentara em 1962 com as áreas protegidas e que tem o mesmo fundamento como base: o isolamento e “mumificação” do património, estejamos nós a falar de monumentos ou de áreas urbanas – zonas de proteção de edifícios classificados ou mesmo dos centros históricos (Gonçalves, 2011).

Esta cidade patrimonial – mesmo alargada pelos impulsos do desenvolvimento industrial, comercial e administrativo –, já não poderá, sem se descaracterizar irremediavelmente, conter no seu perímetro, nas suas muralhas administrativas ou “asfálticas”, o vasto leque de impulsos que movem estoura urbanização que se adjectiva, à falta de melhor, como “contemporânea”. (Portas, Domingues, & Cabral, 2014, p. 16)

Como tal, é necessário um trabalho coletivo a longo prazo no sentido de um planeamento e intervenção com capacidade (re)estruturante e coesa do todo, para que não se leiam “duas cidades” dentro de uma só. A cidade antiga, histórica, tradicional, não pode ser, de todo, sujeita a medidas que excluam o desenvolvimento e a cristalizem nos seus limites urbanos (cada vez mais difusos). Pelo contrário, deve ser adotada uma estratégia de “salvaguardar desenvolvendo” e de *conservar renovando ou recuperar revitalizando* (Portas, 1983).

“Do passado à visão do futuro”. É com este mote que, em 2003, o Conselho Europeu de Urbanistas redige a Nova Carta de Atenas, buscando uma visão de cidade coerente com novos sistemas de governança e pistas que permitam o envolvimento dos cidadãos nos processos de tomada de decisão. Este documento revela uma viragem, é o assumir claramente que há necessidade de novas estratégias, de novas formas de pensar o planeamento e a gestão das cidades. Neste contexto, a “cidade coerente” surge como base de uma visão que não pretende ser uma utopia nem uma « projecção delirante de inovações tecnológicas» (CEU, 2003, p. 2), mas procura aceitar e explorar a história dos aglomerados urbanos, desde a mais antiga à mais recente. Focando sempre no que se pretende que seja a “cidade do futuro”, esta coerência é apresentada em diferentes dimensões: social (equilíbrio,

envolvimento, riqueza multicultural, relações entre as gerações, identidade social, fluxos e mobilidade, equipamentos e serviços), económica (globalização e regionalização, vantagens competitivas, desenvolvimento das redes de cidades, diversidade económica) e ambiental (cidades saudáveis, natureza, paisagem e espaços livres urbanos, energia).

O futuro constrói-se em cada instante presente pelo efeito de cada uma das nossas ações. O passado oferece-nos lições de grande valor para o futuro. Assim, relativamente a determinados aspetos, a cidade de amanhã já existe hoje. Existem, no entanto, muitas características da vida na cidade que apreciamos e gostaríamos de realçar e que gostaríamos de transmitir às gerações futuras.
(CEU, 2003, p. 3)

Portas já começara a dizê-lo mais cedo, bem como outros autores já referidos ao longo do texto, mas o facto de haver uma carta que convencionava todas estas ideias de «integração plena» e de consciência de que as cidades já não se podem expandir mais (e o “novo” não pode ser mais o grande objetivo) permite uma nova mentalidade, uma abertura para finalmente a perspectiva de Portas, de Giovannoni e de Choay ser considerada verdadeiramente.

De referir que este novo entendimento se relaciona também com a difusão do conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, «hoje entendido como a gestão prudente do espaço comum, que é um recurso crítico, de oferta limitada e com procura crescente nos locais onde se concentra a civilização» (CEU, 2003, p. 1). Este conceito tinha sido apresentado em 1987, definido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras e as suas próprias necessidades (ONU, 1987). O Relatório de Brundtland faz parte de uma série de iniciativas anteriores à Agenda 21¹⁶ e, por isso, numa visão crítica sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e adaptado pelos países em desenvolvimento, aponta para a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo, apelando a uma nova relação entre o Homem e o meio ambiente, em que haja a consciência de que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, mas

¹⁶ A Agenda 21 consiste no documento que resultou da conferência Eco-92 (em 1992) no Brasil, posterior ao Relatório de Brundtland. Depois deste relatório atestar a pobreza e o consumismo extremo como causas fundamentais da insustentabilidade do desenvolvimento e das crises ambientais, realizou-se uma conferência (Eco-92), onde cada país estabeleceu o compromisso de refletir e repensar a articulação de governos, empresas e organizações na procura de soluções para os problemas socio-ambientais. A partir da reinterpretação do conceito de progresso, este documento permitiu reconsiderar o planeamento urbano e promover a participação da sociedade nos processos de tomada de decisão.

também um limite máximo para a utilização de recursos naturais (ONU, 1987). Para que os países promovam o desenvolvimento sustentável, algumas das medidas que o relatório sugere são: 1) controlo do crescimento populacional e da urbanização desordenada; 2) investimento e garantia dos serviços básicos numa cidade (saúde, educação, habitação); 3) reorganização das zonas residenciais e industriais da cidade); 4) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com recurso a energias renováveis; 5) redução do uso de produtos químicos prejudiciais à saúde na produção de alimentos (ONU, 1987).

Qual é, então, o prolema de base nas cidades de hoje? É a falta de coerência: não só em termos materiais, mas também a falta de coerência na continuidade de evolução do tempo, que afeta as estruturas sociais e as diferenças culturais. Isto não significa somente a continuidade das características dos espaços construídos, mas também a continuidade da identidade, que é um valor muito importante a salvaguardar e promover num mundo sempre tão dinâmico. (CEU, 2003, p. 3)

Assim, a estima pelo “velho”, pelo existente – o começar a dar atenção ao reequipamento e melhoria ambiental dos centros urbanos antigos – passa a ser justificada não só pelo aproveitamento dos recursos (físicos) que “já existem”, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, mas também por uma necessidade de maior respeito e cuidado com as questões da identidade e da autenticidade das cidades. Desta forma, «a “cidade existente”, centro e periferias, velha e nova, torna-se teatro de políticas de recuperação ou reabilitação, orientando a construção nova de vias e edifícios, para ligar, e diversificar o que tinha sido desligado e especializado nas décadas anteriores» (Portas, 1987, p. 113).

Já foi referida no capítulo anterior a importância de considerar a recuperação física e a reutilização social do edificado existente nas políticas de desenvolvimento urbano, propositadamente num capítulo claramente virado para a valorização do património. Ora, neste capítulo interessa perceber a evolução da cidade e dos seus conceitos e a forma como de facto estas políticas se desenvolveram e foram postas em prática.

A verdade é que, não obstante o papel que os centros antigos têm para a identidade e o carácter patrimonial das cidades, a «“guerra” entre partes novas e velhas dos nossos aglomerados (...) resulta em primeira análise da falta de consenso entre os próprios técnicos sobre os valores, o modo e estilos de vida, que as novas urbanizações devem exprimir, sendo difícil que, a curto prazo, os eleitos locais possam definir orientações nesta matéria delicada» (Portas, 1981, p. 165). Se há consenso para recentrar as cidades e voltar a investir-se nos núcleos urbanos antigos, para que não se perca de todo a dinâmica e a(s) história(s)



11. Exemplo de um edifício no Largo da Portagem (Coimbra) em que se manteve a fachada e se alterou completamente o interior
12. O verdadeiro “conteúdo” por detrás da fachada

que ainda restam, no momento de decidir o que fazer exatamente não há uma ideia clara e definida e esta realidade tem tido consequências nefastas.

No seguimento desta fragilidade ao nível da tomada de decisão, Aguiar contesta o surgimento de um “novo conceito” de reabilitação urbana que tem sido apresentado como uma descoberta política que “pegou moda”. «O drama é que esta “nova” reabilitação, tão amplamente proposta, na sua ideologia e fundamentação política, é bem distinta daquela pela qual começámos a lutar depois do fim do moderno» (Aguiar, 2014, p. 63). Os centros antigos passaram a estar sujeitos a demasiados conflitos de interesses, de foro económico, cultural e turístico; passaram a ser «teatro de operações», com dezenas, centenas ou milhares de “agentes”, conforme se trate de pequenos aglomerados ou grandes cidades, em que cada proprietário, cada construtor ou projectista, cada morador, em cada rua ou bairro, estão em cada momento a tomar decisões por si» (Portas, 1981, p. 167). Num abrir e fechar de olhos, esta nova política fez desaparecer os entraves à “reabilitação à antiga” e tornou-se possível qualquer pessoa iniciar um processo deste tipo: surgiram novos cursos, novas especializações, novas profissões, novas empresas e instituições especializadas... todo um conjunto de instrumentos e planos urbanísticos para «a reabilitação se tornar o novo paradigma da nossa cultura construtiva» (Aguiar, 2014, p. 64). O problema de tantos recursos foi precisamente o fundamento de base, pois a “reabilitação à antiga” previa «refazer a cidade parcela a parcela» (Rossa, 2015a) e não era essa a filosofia que fundamentava as novas “especializações em reabilitação” e os instrumentos urbanísticos de planeamento. Começou então a difundir-se (mais rapidamente, porque havia maior transferência e partilha de conhecimentos) uma ideia de reabilitar isoladamente os edifícios, as propriedades e tudo o que, individualmente, alguém pretendesse tornar rentável.

Um dos exemplos desta realidade é o famoso e recorrente fachadismo, que «destrói os valores espaciais, anula os valores artísticos e construtivos presentes no interior dos edifícios antigos, oblitera o valor dos edifícios como documentos e produto de arte urbana, da arte arquitectónica e da arte de construir» (Aguiar, 2014, p. 66). No entanto, é este tipo de intervenções que identificamos hoje como grande parte da atuação nos centros históricos. Infelizmente, esta “nova” reabilitação serve unicamente o turismo e a economia das cidades e, apesar de a ouvirmos difundida como “solução credível”, ela apenas expõe os centros urbanos antigos a perigos e ameaças “disfarçados” pela promessa de revitalização e dinamização, perdendo o carácter autêntico e identitário e submetendo-o à «desonestidade



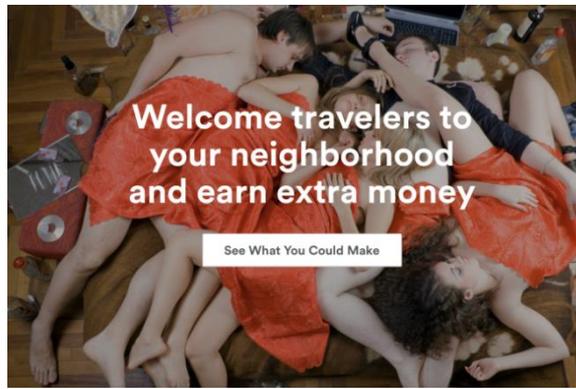
13. O turismo alimenta-se daquilo que destrói (1ª tese de Bismark)
14. A cidade é hoje uma marca registada (2ª tese de Bismark)
15. O turismo é um modo de relacionamento com o mundo e as coisas da nova era (3ª tese de Bismark)
16. A cidade transformou-se num espetáculo permanente (4ª tese de Bismark)
17. O turista é um colecionador de vivências sem tempo a perder (5ª tese de Bismark)
18. O turismo é a vida numa relação perdida com a cidade e a sua história (6ª tese de Bismark)

do fachadismo, o sistemático roubo identitário para criar artificiais parques temáticos» (Aguiar, 2014, p. 67).

A reabilitação foi como um sonho do qual acordamos para um pesadelo. Um sonho ecológico, culturalmente atento à qualidade dos lugares e das memórias, numa procura identitária onde descobríamos um novo desenho, de um construir no (e com o) construído, entre a cautelosa cautela e o (subtil ou ostensivo) atrevimento poético. (Aguiar, 2014, p. 67)

O consumo patrimonial e o impacte do turismo trouxeram-nos uma nova definição de cidade, que deve ser tida em consideração não como uma crítica, mas como uma constatação da realidade e um novo modo de entender e conceber a cidade: «a “cidade turística” (...) na era do neoliberalismo, da economia neoliberal, a neoliberalização do espaço e do tempo, a precarização da vida urbana e das relações sociais e políticas» (Bismark, 2016). Esta transformação teve consequências ao nível da ideia de espaço público (muito mais erodido e diluído), mas verificou-se sobretudo a «subordinação de todos os tempos e espaços da vida quotidiana e da cidade a uma lógica de rendimento/lucro, a um puro valor de troca (*cidade-uber/cidade-airbnb*)» (Bismark, 2016), em que todos podem ser empreendedores e todos podem ser precários.

Perante uma nova lógica de coexistência no espaço urbano, com novos pressupostos muito diferentes, o turismo permite fazer a crítica a este novo modo particular de organização da cidade e da vida quotidiana. Bismark enumera treze considerações ou teses desta crítica que o turismo faz à cidade: 1ª) o turismo assenta num paradoxo: alimenta-se daquilo que destrói; 2ª) a cidade já não é o entreposto por excelência da venda mercadorias, mas é uma mercadoria a ser consumida entre outras – a cidade é, hoje, uma marca registada; 3ª) o turismo não é apenas um fenómeno ou um problema, é um modo específico de relacionamento com o mundo e com as coisas na nova era (“cidade como marca”) – o turismo é a nova língua da cidade e o turista o seu novo habitante; 4ª) a cidade transformou-se num espetáculo permanente, num recinto de entretenimento para uma pequena burguesia; 5ª) o turista é um colecionador de vivências sem tempo a perder – a sua pressa e ansiedade são diretamente proporcionais à quantidade de coisas a consumir; 6ª) o turismo é a vida no seu grau absoluto de separação (turistas e habitantes percorrem uma cidade que já não conhecem) – existe uma relação perdida com a cidade e a sua história, manifestada pela série de eventos que invadem diariamente os centros urbanos; 7ª) a “cidade como marca” é a concretização da cidade sob a economia neoliberal (tudo se transforma em potenciais fontes de rendimento e lucro) – a hospitalidade já não é mais um



WHAT IS FREEDOM IF NOT A PRODUCT OF LIBERALISM? IS THERE ANY POSSIBLE FREEDOM FROM THE MARKET AND ITS UNREASONABLE RULES? WHAT IS A SHARED REALITY IN A WORLD WHERE PEOPLE'S EXPERIENCES ARE ENTIRELY CONDITIONED BY THEIR LEVEL OF INCOME? WHY IS ART THE ONLY SPACE OF EXPRESSION FOR A LUXURIOUS AND EXCLUSIVE PRINCIPLE OF REALITY THAT MAKES ABNORMALITY INTO A SOURCE OF WEALTH AND A DESIRABLE CONDITION? WHO JUDGES THE VALUE AND THE LEGITIMACY OF OUR DESIRES BESIDES THE MARKET LAWS? WHY IS CAPITALISTIC LIBIDINAL ECONOMY NOT A FORM OF MENTAL ILLNESS?



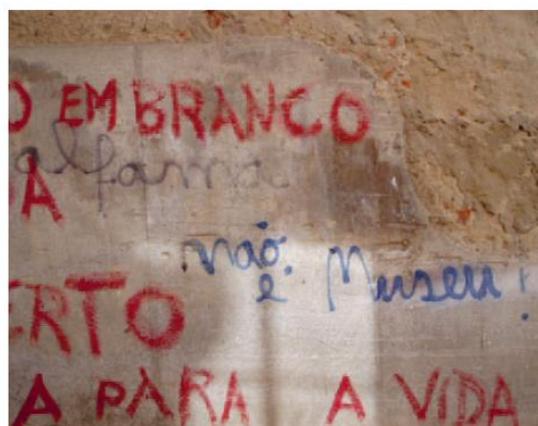
19. A “cidade como marca” transforma tudo em potenciais fontes de rendimento e lucro (7ª tese de Bismark)
20. A relação turista-habitante é puramente económica e dissimulada (8ª tese de Bismark)
21. O turismo parte de más coisas novas e não de velhas coisas boas (9ª tese de Bismark)
22. O turismo critica uma ideia de cidade e de vida quotidiana em extinção (10ª tese de Bismark)
23. O turismo critica o modo de organização do espaço e do tempo, dos corpos e das relações sociais, culturais, espaciais, afetivas e as políticas debaixo do capitalismo (11ª tese de Bismark)
24. O turismo produz uma nova ideia de cidade (12ª tese de Bismark)
25. «A crítica do turismo ou é a reinvenção da cidade ou não é nada» (13ª tese de Bismark)

atributo, mas um produto; 8ª) a afinidade turista-habitante não é a hospitalidade autêntica, mas um papel de embrulho que oculta uma relação puramente económica e dissimulada – o quotidiano tornou-se mais insuportável; 9ª) o turismo não é a sublimação das velhas identidades e tradições, nem a consumação de falsos passados para consumo *vintage* e *gourmet* – parte-se de más coisas novas e não de velhas coisas boas; 10ª) a crítica do turismo permite criticar uma ideia de cidade e de vida quotidiana há muito em extinção, bem como uma ideia de política e de espaço que está em decomposição; 11ª) não há crítica do turismo sem criticar o modo de organização do espaço e do tempo, dos corpos e das relações sociais, culturais, espaciais, afetivas e políticas debaixo do capitalismo; 12ª) não há crítica do turismo sem a produção de uma outra ideia de cidade, sem um novo modo de fabricar e de reinventar o espaço político comum; 13ª) «a crítica do turismo ou é a reinvenção da cidade ou não é nada» (Bismark, 2016).

Se no tempo de Giovannoni a falta de conhecimento e de recursos não permitiu a valorização da perspetiva integradora da cidade como património que o arquiteto italiano defendia, com a facilidade de recursos e todos estes novos estímulos, oportunidades e desafios urbanos, urge uma necessidade acrescida de mudar as políticas municipais de intervenção e gestão da cidade. Segundo Portas, as novas políticas municipais devem assumir um carácter ofensivo (tomando iniciativas antes de os factos estarem consumados), pedagógico (apresentando e explicando os critérios e objetivos das medidas tomadas e ouvindo a opinião dos utilizadores que irão usufruir delas) e exemplar (propondo modelos que as pessoas interessadas consigam entender e adotar).

Se se não der esta batalha em várias frentes, por forma a obter uma adesão generalizada, a política de recuperação e valorização do património estará condenada a um fracasso. É um preço da democracia que os ditadores esclarecidos de outras épocas se poupavam – mas vale a pena pagá-lo. (Portas, 1981, p. 167)

Um dos maiores perigos que atualmente caracteriza este tempo de consumo viciante (e viciado), é a transformação da cultura num recurso a explorar economicamente e o turismo (essa invisível potência mundial dos privados) subverter as noções de identidade e autenticidade do património cultural, urbano e até humano das cidades, «dando lugar a uma nova e massiva indústria que explora as experiências do passado, com a consequente perda de identidade colectiva» (Aguiar, 2014, p. 64). A «comercialização patrimonial» (Choay, 2005) teve um crescimento exponencial com a classificação do património mundial por parte da UNESCO, tendo estabelecido inclusivamente medidas que *apriori* seriam em



26. Sátira sobre o turismo nos centros urbanos antigos
27. Reação ao turismo
28. Reação ao turismo e à musealização dos centros urbanos antigos

prol da “proteção” mas que acabam por conduzir à destruição dos próprios lugares classificados¹⁷. Vejamos como exemplo a construção de estruturas e infraestruturas “necessárias” à receção e à dinamização dos lugares, bem como a «eliminação de actividades criativas ligadas à cultural local e à sua identidade» (Choay, 2005, p. 48), para que se introduza um novo ambiente: mais universal, mais globalizante, “mais mundial”. Mais uma vez, o poder dos privados não seria tão relevante e “perigoso” se se alcançasse um «consenso alargado sobre o que se deve ou não impor como regras mínimas aos indivíduos que, em cada terra, constroem uma casa, modernizam uma loja, usam a publicidade, propõem um loteamento, etc» (Portas, 1981, p. 168). Se houvesse objetivos estipulados e uma estratégia capaz de articular a intervenção dos privados com os interesses públicos, a sensibilização e capacitação dos privados e das populações seria uma solução viável para este problema, uma vez que os planos estariam de acordo com a salvaguarda dos aglomerados existentes e da sua vida urbana, fossem eles bens classificados pela UNESCO ou não. De facto, coloca-se aqui uma questão de identidade ou, se quisermos, identificação – os tais processos de reconhecimento de que falava Smith: de quem é, afinal, o património? É de quem é impedido e privado de usufruir dele, mesmo que tenha o direito à cultura e o património seja a expressão da sua identidade? Ou é de quem chega e se faz dono, não aceitando que o património pertence a um contexto muito mais abrangente que o “universo empresarial” e que representa um passado com uma história e uma identidade que ninguém pode controlar?

O perigo deste consumo patrimonial nas cidades é cada vez mais evidente, particularmente onde se considera que estão reunidos os seus maiores valores de identidade e autenticidade: os centros e bairros antigos. Por consequência, estes estão a transformar-se

¹⁷ Se observarmos o exemplo da classificação de Coimbra como Património Mundial (Universidade, Alta e Sofia), percebemos a referida destruição dos lugares classificados. Ao invés de se apostar numa estratégia de preservação das dinâmicas urbanas e dos próprios edifícios, investe-se cada vez mais no turismo e admite-se a descaracterização das ruas da Alta e da Baixa, com espaços comerciais apenas dedicados a *souvenirs* que às vezes nem sobre a cidade vendem os seus produtos. Os próprios turistas podem não chegar a conhecer a verdadeira (e autêntica) dinâmica do comércio na Baixa por nem saírem das ruas principais, onde estão localizadas as “lojas para turistas”. Por outro lado, a recente colocação de parquímetros na Universidade visa a redução de carros no centro histórico, que se de certa forma é algo positivo, resulta na simples apropriação destes lugares por turistas, lesando os (verdadeiros) utilizadores do espaço que não têm meios de transporte alternativos. Os edifícios, com o seu carácter imponente e emblemático, são visitados por milhares de pessoas todos os dias, pondo em risco a preservação e a continuidade dos materiais de construção antigos e os próprios ambientes irrepetíveis que chamam tantos turistas a Coimbra. É exemplo a Biblioteca Joanina, cuja limitação do número de visitantes pode não ser suficiente para a manutenção dos materiais do edifício, dado o tempo (prolongado) da visita. Sugere-se como alternativa que a visita se pudesse complementar por um centro interpretativo onde os visitantes pudessem conhecer a realidade interior através de uma apresentação audiovisual, o que poderia permitir a redução da permanência dentro do espaço.

naquilo que Portas designa por «museus mortos» ou «pasto para ganhuças» (Portas, 1983) ou estão, como se está a verificar, a ficar vazios e condenados ao abandono. Portas defende que a solução pode passar pela participação autêntica dos cidadãos «na construção do seu espaço para viver» (Portas, 1981, p. 169) e Choay acrescenta que o combate à musealização dos centros urbanos antigos passa pela educação e a formação dos arquitetos e dos «profissionais do espaço» (Choay, 2009, p. 51), no sentido de haver uma maior aposta nos encontros com a história e com a espacialidade real dos espaços urbanos, em detrimento do ideal de criação e da “obra de autor”. Este combate também se efetiva com a «reconquista da competência de edificar e de habitar um património contemporâneo e inovador na continuidade do antigo» (Choay, 2009, p. 52), reconquista esta que responsabiliza arquitetos, urbanistas e habitantes na reapropriação e na reutilização sistemática das heranças. Choay dá como exemplos: introduzir novos usos no edificado existente, adaptados à procura atual, ou seja, refuncionalizar os espaços de acordo com as necessidades atuais da dinâmica urbana; contrariar a intangibilidade e o formalismo do restauro histórico, isto é, evitar a conservação/preservação *ipsis verbis* e promover transformações com técnicas contemporâneas que respeitem o passado; gerir o papel das associações locais de cidadãos e das estruturas administrativas, de modo a deixarem de atuar por conta própria somente a partir de investimentos privados; apelar à formação das próprias comunidades locais para que tomem consciência e se responsabilizem pelos espaços que partilham.

Este combate pode (e deve) concretizar-se também ao nível do edificado patrimonial, a própria construção, através de uma crescente «aceitação do valor da cultura construtiva como um dos primordiais valores da própria arquitectura» (Aguiar, 2014, p. 65). Nesse sentido, e porque há cada vez mais difusão de conhecimentos sobre metodologias pouco intrusivas de reparação e reforço estrutural, tem sido possível caminhar-se para uma preservação da cultura da construção. Necessariamente, esta perspetiva salvaguarda o sistema de parcelamento que é tão ou mais importante que os monumentos da cidade por estruturar a forma e a imagem e caracterizar a dinâmica urbana.

A já mencionada «reabilitação parcela a parcela» (Rossa, 2015a) implica planos adequados de ocupação do solo e princípios de intervenção mínimos, onde o «desenho atento às singularidades patrimoniais mas também criativo» (Aguiar, 2014, p. 66) possibilita e integra a vida contemporânea através da adequação dos programas, usos e funções às características morfológicas, tipológicas e construtivas do edificado pré-existente. «Não é o edifício antigo que se adequa ao programa, é o programa que se adequa ao imperativo de

salvaguardar os valores patrimoniais!» (Aguiar, 2014, p. 66). Só com esta forma cautelosa de intervir é que é possível manter a autenticidade e integridade não só dos edifícios, mas dos contextos onde estão integrados e, numa escala mais alargada, da própria cidade.

Nesta linha de pensamento, urge uma mentalidade que pense primeiro à escala urbana, à escala da cidade como património a preservar e para a qual Choay propõe alguns princípios, e só depois – em função disso – passe para a escala do edifício e das suas fragilidades enquanto construção antiga, de modo a procurar uma coerência na intervenção que, acima de tudo, respeite o existente.

Porque é, hoje, à escala local, pela adição e confrontação das tomadas de consciência individuais que poderá ser de novo afirmado a necessária reivindicação da diferença, marca de identidade. (Choay, 2009, p. 53)

A mudança na cidade contemporânea relativamente ao seu entendimento enquanto património implica, não só a consciência patrimonial, mas também das alterações das estruturas culturais da cidade e a alteração da gestão e política urbana, já que estas estruturas culturais passam a fazer parte desta política – com a consciência de que uma cultura tem uma dimensão vernacular, mas absorve o presente, transformando-se e enriquecendo – e da evolução das práticas sociais, para melhor definir políticas e elaborar princípios de gestão responsabilizada e consciente do valor da cidade enquanto património e do peso do seu desenvolvimento ao longo do tempo.

A Convenção de Faro¹⁸ (2005) atesta exatamente este valor do património cultural como uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável das cidades e para a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade que está em constante mutação e desenvolvimento (CE, 2005). A importância de envolver toda a sociedade nos processos de gestão e tomada de decisão advém da necessidade de colocar as pessoas e os valores humanos no centro do conceito multidisciplinar de património cultural. Assinado em 2005, este documento define património cultural da seguinte forma:

¹⁸ A Convenção de Faro foi um documento redigido com o intuito de reconhecer o valor do património histórico e cultural, enquanto realidades dinâmicas resultantes do diálogo entre o que recebemos e o que legamos às gerações futuras. Permitiu reforçar as políticas públicas relativamente à cultura, a partir da parceria entre o Estado e sociedade civil, envolvendo a educação, a comunidade científicos e os técnicos. Os principais princípios eram: «a) Cultural heritage is a group of resources inherited from the past which people identify, independently of ownership, as a reflection and expression of their constantly evolving values, beliefs, knowledge and traditions. It includes all aspects of the environment resulting from the interaction between people and places through time; b) A heritage community consists of people who value specific aspects of cultural heritage which they wish, within the framework of public action, to sustain and transmit to future generations.» (CE, 2005, p. 1)

O património cultural é um grupo de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente da propriedade, como reflexão e expressão dos seus valores, crenças, conhecimentos e tradições em constante evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre pessoas e lugares ao longo do tempo. (CE, 2005, p. 1)

Este novo entendimento pressupõe que a promoção e integração deste conceito nas políticas da cidade tenham em consideração todos os ideais, princípios e valores (derivados da experiência do progresso e dos conflitos do passado) que constituam uma fonte de memória, entendimento, identidade, coesão e criatividade próprios da cidade e da sua população (CE, 2005). A cultura tem de fazer parte das políticas de gestão urbana. Tal como a economia, a geografia, a demografia ou a estatística, a cultura e o conhecimento da cultura local têm de ser integrados no planeamento local.

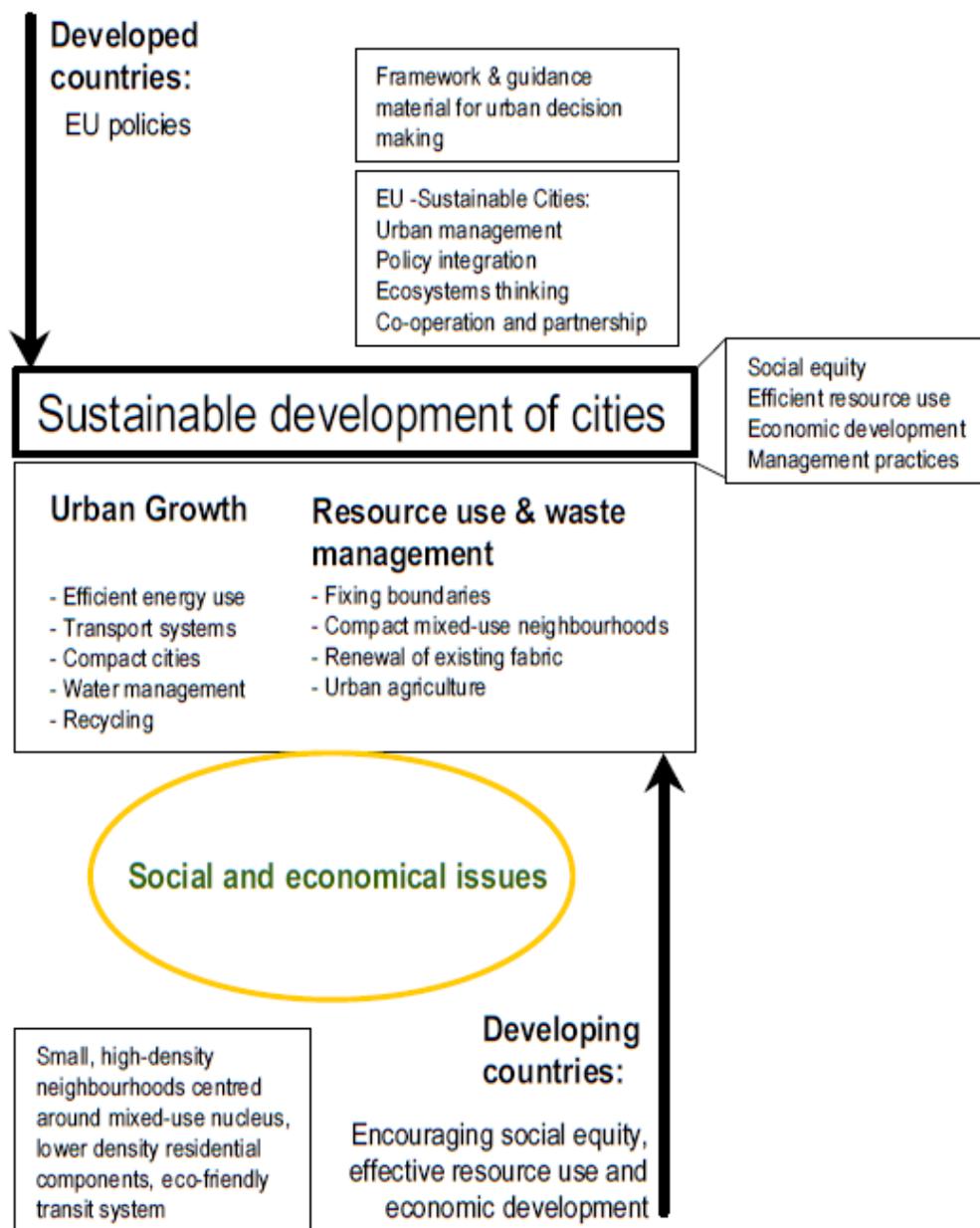
2.2. Paisagem Urbana Histórica, um modelo de pensamento

O que interessa não é fazer planos por fazer; fazer planos que se não possam cumprir nas condições concretas de competências e de meios do município; fazer planos que propõem políticas e soluções que os eleitos não tenham capacidade política de implementar, face aos conflitos de interesses, que são reais, que se levantam nestas matérias. A prática é que decide, em última análise, da qualidade de um plano ou de um programa de atuação. (Portas, 1981, p. 169)

A consciência patrimonial das cidades conduziu a uma “nova política urbana”, sem se limitar ao conceito que se costuma designar por “urbanismo” – «a previsão, o projecto, a realização e mesmo a gestão das estruturas fixas que constituem o quadro material da vida de uma colectividade urbana e rural» (Portas, 1982, p. 203). A política urbana também inclui o conjunto das atuações públicas que não são de natureza física (concebidas em grande parte por arquitetos e engenheiros), como a organização de serviços urbanos e a regulação dos diferentes mercados (habitação, transporte, etc) (Portas, 1982). Deste modo, responsabilizam-se outros agentes no planeamento das cidades e promove-se uma participação mais abrangente e consciencializada nas problemáticas da gestão urbanística. Os próprios cidadãos, ou eleitores, como lembra Portas, passam a poder ter uma opinião e um lugar na tomada de decisão, desde que os municípios estimem a cooperação e a intervenção de todas as partes interessadas.

A reabilitação dos lugares obriga a uma cuidadosa orquestração de interesses, a sustentabilidade do restauro físico depende da garantia de usos contemporâneos, obriga à integração de olhares e perspetivas, exige novas formas de governança baseadas na participação, para que seja possível uma vida coletiva. Se a política urbana é a expressão de uma vontade de cidade, se entendemos as cidades como a ideal comunidade dos homens, então o centro tem de ser de todos, dos do centro mas também dos da periferia. (Aguiar, 2014, p. 68)

Esta mudança das práticas urbanas promove, entre outras coisas, uma democratização da gestão das cidades, mas levanta questões ao nível dos critérios de intervenção no património e no modo como este deve ser incluído e trabalhado no planeamento da cidade. De facto, se temos caminhado para uma abordagem integrada de reabilitação do património (e) da cidade pelas duas vias já apresentadas – evolução dos conceitos e valorização do

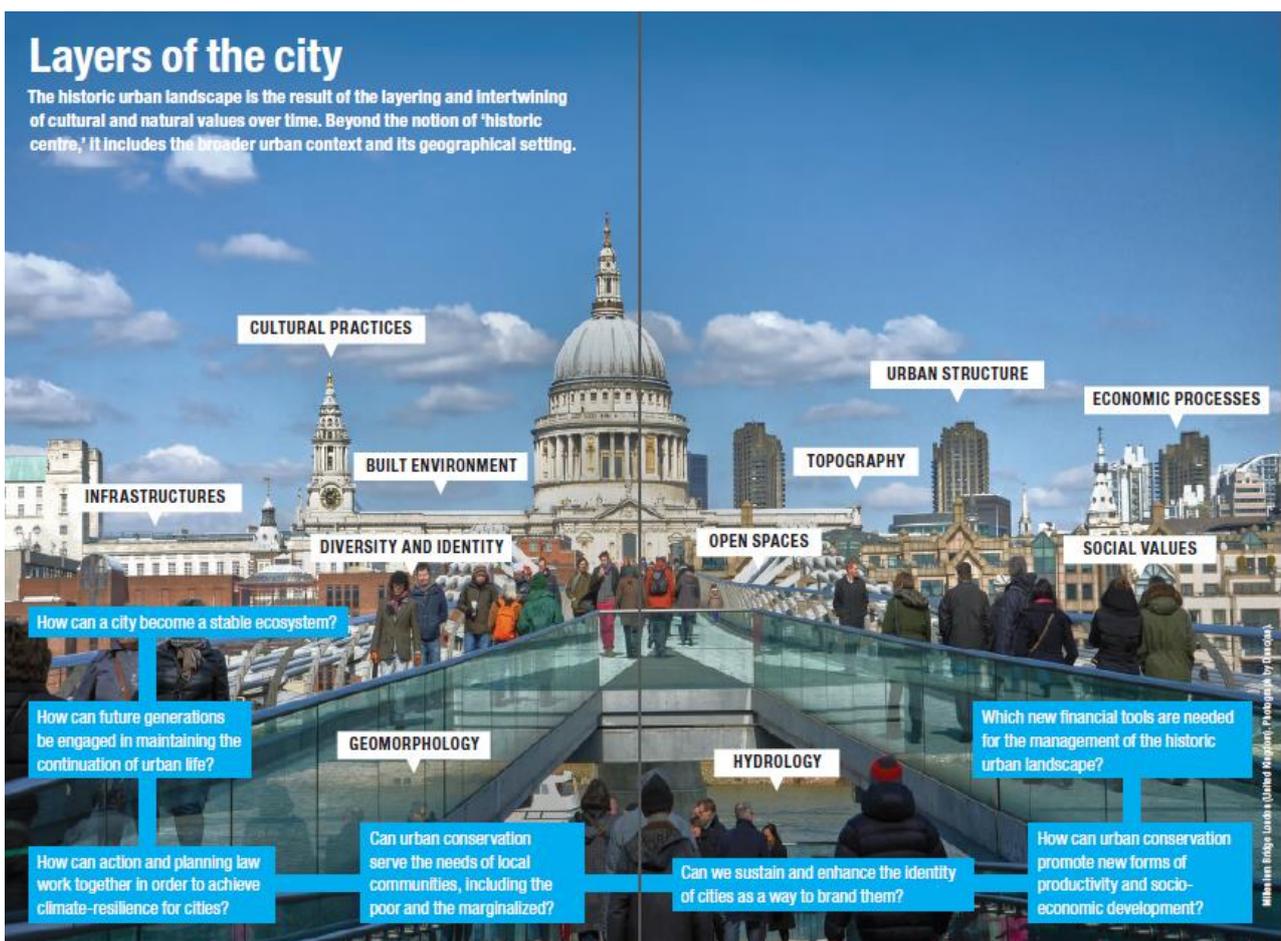
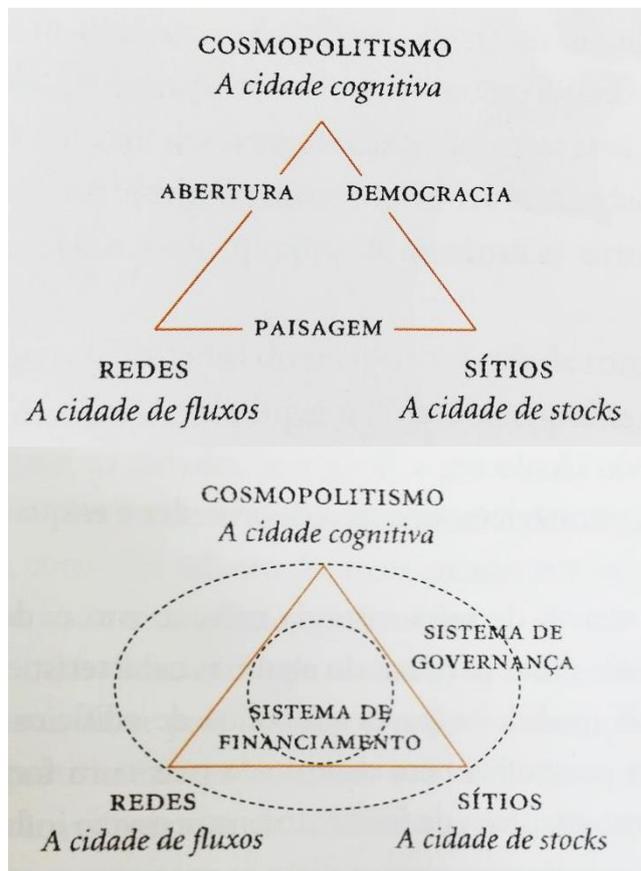


património vs. teorias de desenvolvimento das cidades – podemos efetivamente chegar a esta visão de reabilitação integrada e concordar que esta será a solução ideal, pelo que há a necessidade de se repensar como introduzi-la no planeamento estratégico da cidade. Por um lado, a cidade é património e confina uma memória, uma identidade com inúmeras dimensões, por outro lado, está em constante mutação e desenvolvimento, o que faz com que o património esteja vivo e deva, por isso, ser lido como parte basilar da estratégia de desenvolvimento urbano. Assim, o desenvolvimento urbano sustentável depende do conhecimento profundo da cidade e da sua gestão de atores e agentes de mudança, da gestão de oportunidades (onde se inclui o património) e da gestão de consequências das intervenções em todo este sistema complexo.

Para conhecer verdadeiramente o que é intrínseco na cidade, é preciso respeitar o seu “ADN” e é por isso que um dos primeiros princípios de intervenção deve passar pela análise histórica do património urbano e urbanístico. É claro que não basta a consulta de arquivos e documentos escritos, porque esse é um testemunho estático. Como é preciso conhecer e compreender a cidade para perceber o que deve ser salvaguardado, deve aliar-se à análise histórica do espaço físico o conhecimento do espaço social e da dimensão do utilizador – da qual fazem parte os habitantes e os transeuntes, os atores que vivem diretamente as problemáticas da cidade – e, por isso, o outro grande princípio de intervenção para o desenvolvimento sustentável passa precisamente pelo envolvimento cívico no planeamento urbano.

Sustentabilidade refere-se aos aspetos práticos da vida social, ou seja, disponibilidade de recursos naturais necessários à reprodução de práticas, saberes e formas de expressão, e diz respeito, também à prática e transmissão de habilidades e conhecimentos, assim como à expressão dos valores a ele associados. (Arantes, 2009, p. 15)

A “nova cidade” é, como temos verificado, resultado de uma série de particularidades que não se devem apenas ao turismo e à cultura de consumo, mas a uma realidade muito mais abrangente que advém da evolução dos tempos e dos conceitos urbanos e que, aos poucos, vai caminhando para uma perda acentuada de autenticidade e de integridade da cidade enquanto património se não se adotar uma postura mais consciente. É justamente para tornar possível uma redescoberta da identidade e uma gestão de todas estas particularidades urbanas que, em 2011, a UNESCO aprova uma recomendação que introduz o conceito de Paisagem Urbana Histórica (HUL), identificando como principal medida de intervenção o conhecimento intrínseco da realidade e dos seus contextos específicos.



30. «Entender a cidade: dos ingredientes básicos aos grandes valores urbanos»
(Portas, Domingues, & Cabral, 2014, p. 222)

31. *Layers* de uma cidade, considerados na abordagem da Paisagem Urbana Histórica

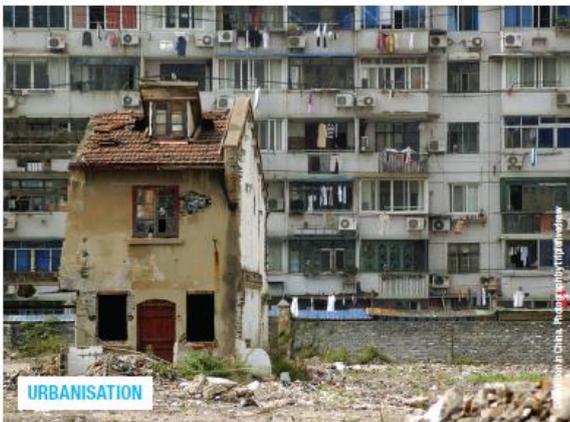
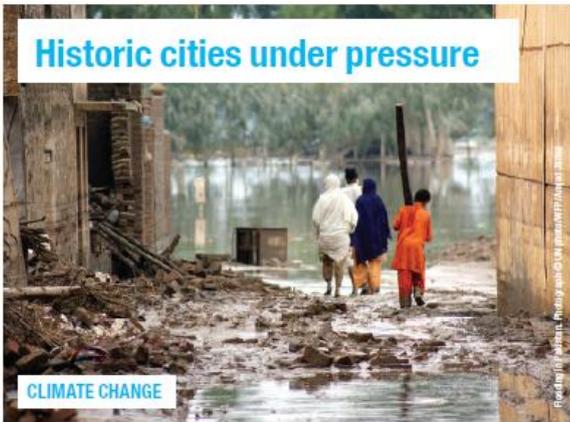
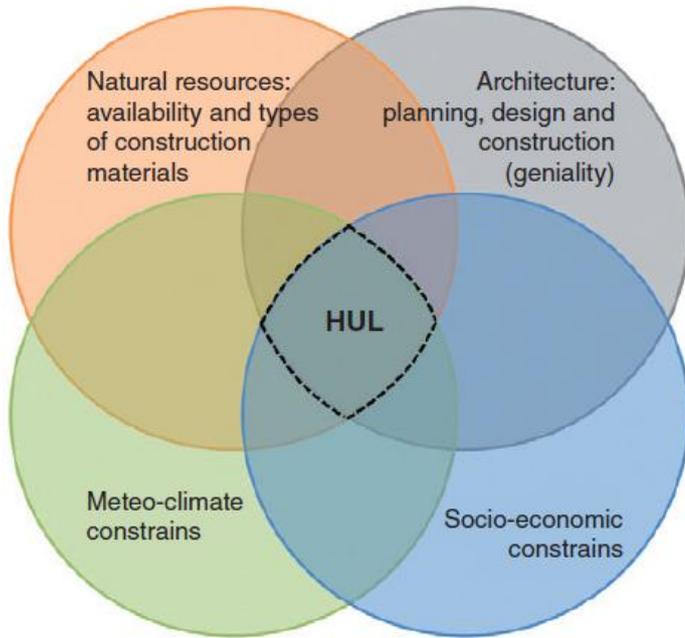
Pressupõe-se que este conceito represente toda a área urbana resultante da estratificação histórica da cidade, bem como os seus valores e atributos culturais e naturais, muito para além da noção de centro histórico¹⁹ (UNESCO, 2011). Este entendimento de “paisagem” pretende ser também mais abrangente do que o conceito de património (caso contrário poderia perfeitamente ser “património urbano histórico”), uma vez que compreende toda a dinâmica urbana, o seu carácter evolutivo e transformador do espaço e da vivência na cidade: topografia, geomorfologia, hidrologia, ambiente construído (histórico e contemporâneo), infraestruturas (superficiais e subterrâneas), *open spaces* e jardins, padrões de divisão das terras e organização espacial, perceções e relações visuais, práticas e valores sociais e culturais, processos económicos e todas as dimensões intangíveis do património que dizem respeito à diversidade e identidade (UNESCO, 2011).

*O património tangível e intangível são fontes de coesão, fatores de diversidade e motores de criatividade, inovação e regeneração urbana – devemos fazer mais para reforçar este poder.*²⁰ (UNESCO, 2013a, p. 2)

Nesta perspetiva holística das dinâmicas da cidade, a UNESCO providencia a base para uma abordagem compreensiva e integradora de identificação, avaliação, conservação e gestão das paisagens urbanas históricas em todas as suas dimensões, preservando a qualidade do seu ambiente humano e melhorando o uso produtivo e sustentável dos espaços urbanos, enquanto reconhece o carácter dinâmico e a importância da diversidade social e funcional para a cidade. Como se verifica, esta abordagem considera a diversidade cultural e a criatividade como recursos fundamentais para o desenvolvimento humano, social e económico e está enraizado numa relação equilibrada e sustentável entre o ambiente urbano e natural e entre as necessidades das gerações presentes (e futuras) e o legado do passado: «a abordagem da paisagem urbana histórica aprende com as tradições e

¹⁹ Segundo a definição apresentada neste documento: «The historic urban landscape is the urban area understood as the result of a historic layering of cultural and natural values and attributes, extending beyond the notion of “historic centre” or “ensemble” to include the broader urban context and its geographical setting.» (UNESCO, 2011, p. 52)

²⁰ No Fórum Urbano Mundial em Nápoles, em 2012, Irina Bokova, Directora Geral da UNESCO, afirmou: «Tangible and intangible heritage are sources of social cohesion, factors of diversity and drivers of creativity, innovation and urban regeneration – we must do more to harness this power.» (UNESCO, 2013a, p. 2) e é com esta convicção que se inicia o documento da UNESCO para difundir a Recomendação da HUL.



32. Quadro conceptual da Paisagem Urbana Histórica (HUL)

33. Principais ameaças à conservação das cidades, identificadas pela UNESCO

as percepções das comunidades locais, respeitando os valores das comunidades nacionais e internacionais»²¹ (UNESCO, 2011).

Este documento não pretendia substituir as doutrinas e abordagens de conservação existentes, mas sim providenciar princípios de gestão das transformações físicas e sociais e assegurar que as intervenções contemporâneas são integradas na gestão do património, tendo em conta políticas e práticas locais de salvaguarda do tecido existente, respeitando os valores e tradições herdadas dos diferentes contextos culturais (UNESCO, 2011).

*Nas últimas décadas, devido ao aumento acentuado da população urbana mundial, à escala e velocidade do desenvolvimento e à economia em mudança, os aglomerados urbanos e as áreas históricas tornaram-se centros impulsionadores do crescimento económico em muitas regiões do mundo, assumindo um novo papel na vida cultural e social das cidades.*²² (UNESCO, 2005, p. 52)

O papel das áreas históricas revela-se de uma importância tal que a UNESCO começa por identificar uma série de pressões a que estão sujeitas: urbanização e globalização, desenvolvimento, ambiente.

Quando se refere a urbanização e a globalização, sabe-se que o crescimento urbano está a transformar a essência das áreas urbanas históricas e os processos globais têm um forte impacto na perceção e no valor que as comunidades lhes atribuem. Se por um lado a urbanização oferece oportunidades económicas, sociais e culturais que podem melhorar a qualidade de vida e o carácter tradicional das áreas urbanas, por outro lado as alterações não controladas na densidade urbana podem prejudicar a essência do lugar, a integridade do tecido urbano e a identidade das comunidades (UNESCO, 2005).

No que diz respeito ao desenvolvimento, muitos processos económicos oferecem formas e meios para minorar a pobreza urbana e promover o desenvolvimento social e humano nas cidades. A abordagem da HUL utiliza as novas funções (serviços e turismo) como importantes contributos (económicos) para o bem-estar das comunidades e para a conservação das áreas urbanas históricas e do seu património cultural, garantindo a diversidade social e a função residencial (UNESCO, 2005).

²¹ «The historic urban landscape approach learns from the traditions and perceptions of local communities, while respecting the values of the national and international communities.» (UNESCO, 2011, p. 52)

²² No tema dos desafios e oportunidades para a paisagem urbana histórica, a UNESCO afirma, segundo o Memorando de Viena: «In the past decades, owing to the sharp increase in the world's urban population, the scale and speed of development, and the changing economy, urban settlements and their historic areas have become centres and drivers of economic growth in many regions of the world, and have taken on a new role in cultural and social life.» (UNESCO, 2005, p. 52)



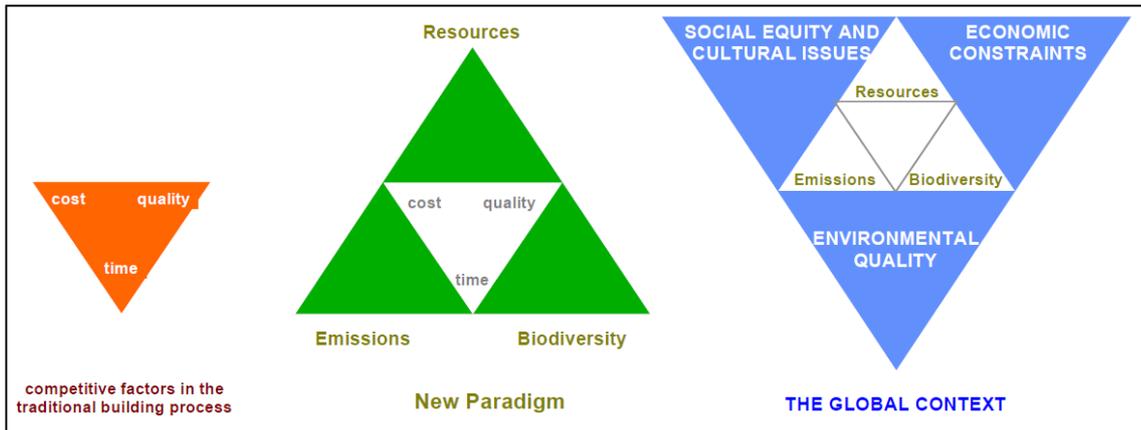
- 34. «Património arquitectónico ou parque temático?» (Solà-Morales, 2016)
- 35. Em 2014, Veneza recebeu 27 milhões de visitantes
- 36. Turismo na Ribeira do Porto

Relativamente à pressão relacionada com o ambiente, considera-se que a fixação humana num território adapta-se sempre a mudanças climáticas e ambientais. No entanto, a intensidade e a velocidade com que as alterações acontecem atualmente desafiam os ambientes urbanos e é necessário novas abordagens e modelos de vida urbana, baseados em políticas e práticas ecológicas que fortaleçam a sustentabilidade e integrem o património cultural e natural no desenvolvimento das cidades (UNESCO, 2005).

Assim, estas são as principais ameaças à conservação das áreas históricas: a mudança climática, a exploração de mercado, a urbanização/globalização e o turismo em massa (UNESCO, 2013a). Com efeito, se fizermos um paralelismo com as “treze (tristes) teses sobre o turismo” de Bismark, verificamos que excetuando a mudança climática, devida ao desenvolvimento não sustentável dos recursos naturais da Terra, os outros problemas são consequência direta da era da “cidade como marca” (Bismark, 2016).

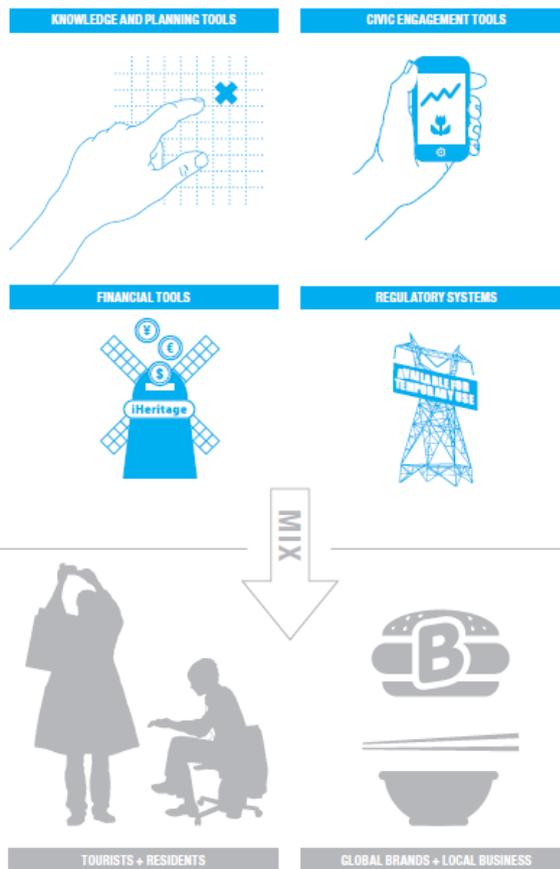
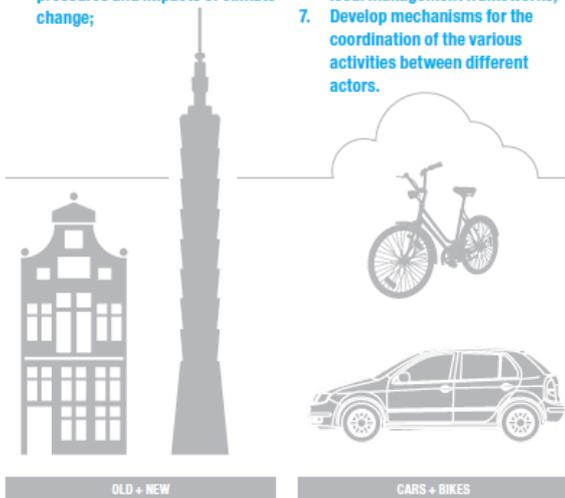
Se a realidade com que nos deparamos é a “cidade turística”, há uma série de pressupostos de Bismark que a HUL assume, como se percebe pela questão da exploração do mercado, que se relacionará com a subjugação da cidade a uma lógica de rendimento e lucro e a globalização. Por outro lado, se o turismo se alimenta de tudo o que destrói e a “hospitalidade” dos habitantes constitui um papel de embrulho para uma falsa relação com os turistas (Bismark, 2016), a excessiva urbanização dos centros das cidades e o turismo em massa potenciam uma destruição inestimável dos valores identitários e autênticos da cidade, cuja consequência é a musealização dos centros urbanos antigos e o seu “consumo” como parques temáticos ou “disneylândias”, como diria Choay (Choay, 2009). Também Solà-Morales aborda este tema contestando, a partir do exemplo da vila medieval de Carcassonne²³ (França), o «paralelismo entre a autenticidade arquitectónica e urbana de uma parte importante das muralhas e dos edifícios da cidadela cátara e os conjuntos deliberadamente fictícios, simuladores, da *Disneyland*, *Disneyworld* ou *Eurodisney*» (Solà-Morales, 2016). De facto, se pensarmos no Pártenon de Atenas, no Alhambra de Granada, em Carcassonne ou no Monte Saint-Michel, no Coliseu de Roma ou na cidade de Veneza, apercebemo-nos que «a percepção e o consumo contemporâneo destes lugares não estão talvez assim tão distantes da percepção e do consumo que hoje se oferece aos rebanhos de

²³ De acordo com o *site* da Convenção do Património Mundial (WHC) da UNESCO, Carcassonne é uma cidade histórica fortificada do período pré-romano, constituindo um excelente exemplo de uma cidade medieval fortificada, com defesas maciças a cercar o castelo, os edifícios, as ruas e a catedral gótica. Esta cidade ganhou protagonismo com a intervenção de restauro de Viollet-le-Duc, que teve grande influência no desenvolvimento posterior de princípios e práticas de conservação. No entanto, a pertinência do restauro desta vila medieval levada a cabo em meados do século XIX foi polémica e controversa (Solà-Morales, 2016).



The historic urban landscape approach in action

1. Undertake a full assessment of the city's natural, cultural and human resources;
2. Use participatory planning and stakeholder consultations to decide on conservation aims and actions;
3. Assess the vulnerability of urban heritage to socio-economic pressures and impacts of climate change;
4. Integrate urban heritage values and their vulnerability status into a wider framework of city development;
5. Prioritize policies and actions for conservation and development, including good stewardship;
6. Establish the appropriate (public-private) partnerships and local management frameworks;
7. Develop mechanisms for the coordination of the various activities between different actors.



37. A nova abordagem num contexto integrado e global

38. Principais ameaças à conservação das cidades, identificadas pela UNESCO

multidões turísticas que se dirigem massivamente aos atuais parques temáticos» (Solà-Morales, 2016).

É fundamentalmente para combater esta realidade e (re)valorizar o potencial do património que a UNESCO lança quatro instrumentos para a gestão da “cidade da nova era”: o envolvimento cívico, o conhecimento e planeamento, sistemas reguladores e instrumentos financeiros.

O envolvimento cívico pressupõe o cruzamento de diversos interesses e a capacitação da população para identificar valores essenciais das suas áreas urbanas, desenvolver uma visão consciente, estabelecer objetivos e promover iniciativas para promover a salvaguarda do seu património e o desenvolvimento sustentável. O diálogo intercultural deve ser introduzido, de modo a aprender histórias, tradições, valores, necessidades e aspirações de grupos com diferentes interesses (UNESCO, 2005).

O conhecimento e planeamento ajudam a proteger a integridade e autenticidade do património urbano, permitem o reconhecimento da diversidade cultural e promovem a monitorização e gestão das mudanças nos espaços urbanos. A avaliação dos impactes sociais, ambientais e patrimoniais facilita os processos de tomada de decisão numa perspetiva de desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2005).

Os sistemas reguladores refletem as condições locais e incluem medidas e legislações que visam a conservação e gestão do património urbano tangível e intangível, incluindo os valores sociais, ambientais e culturais (UNESCO, 2005).

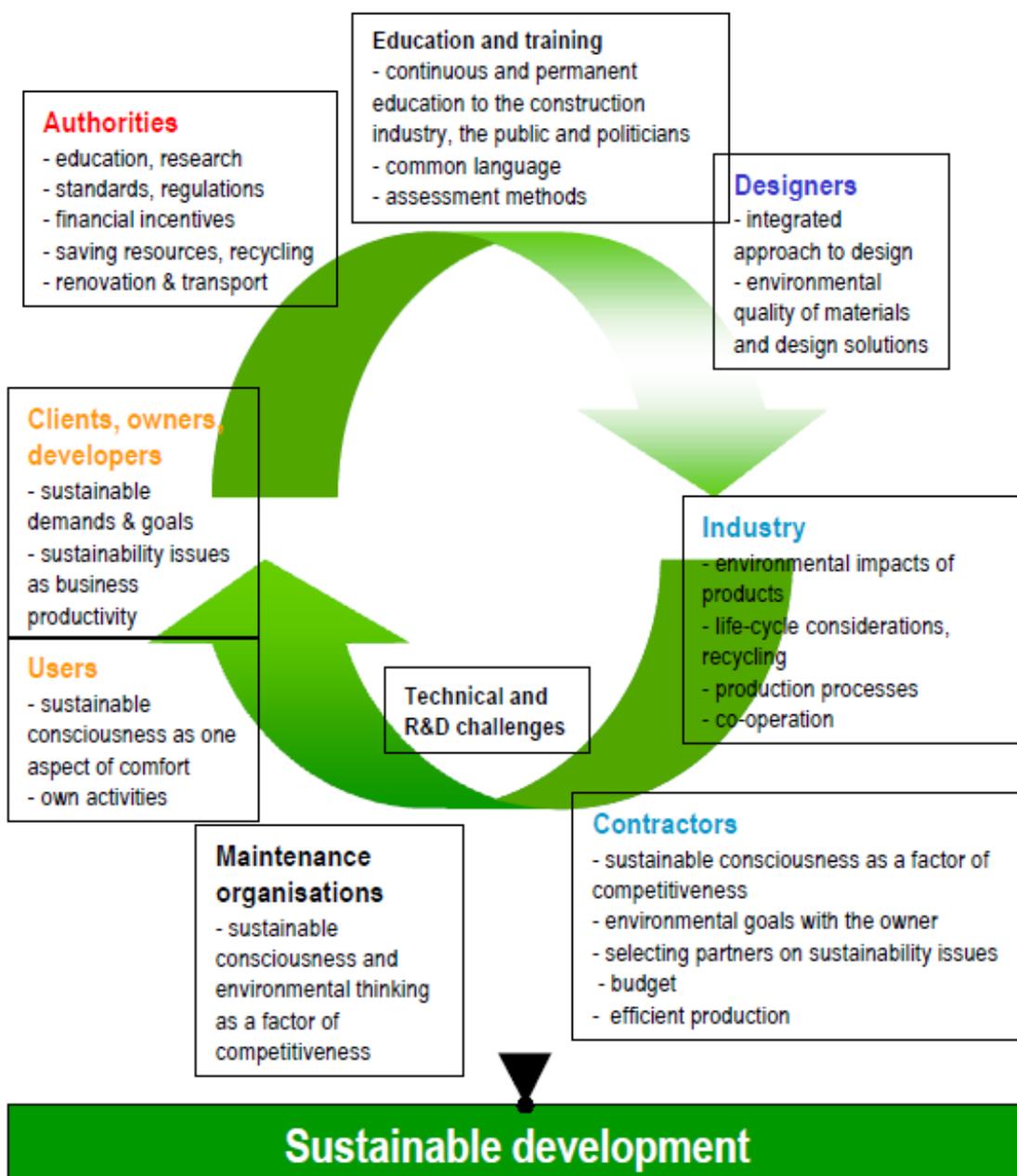
Os instrumentos financeiros destinam-se a desenvolver capacidades para apoiar um desenvolvimento inovador das áreas urbanas históricas para as tornar rentáveis, mas enraizado na tradição (UNESCO, 2005).

A chave para esta gestão é o reconhecimento de que a cidade não é um monumento estático ou um grupo de edifícios, mas está sujeita a forças dinâmicas nas esferas económica, social e cultural que a moldaram e continuam a moldar. A cidade é, por isso, uma continuidade no tempo e no espaço, na qual inúmeras pessoas deixaram uma marca imprescindível e continuam a fazê-lo hoje em dia. Desta forma, a sustentabilidade do planeamento e das intervenções urbanas está inevitavelmente dependente do tecido existente, do património intangível, da diversidade cultural, dos fatores socioeconómicos e ambientais, bem como dos valores da comunidade de cada contexto local. Esta abordagem apela à envolvimento de mais pessoas nas práticas de reabilitação e aumenta o seu nível de conhecimento e consciência, porque incita a participação da população e dos sectores

privados da cidade, histórica e contemporânea, na sua reabilitação, introduzindo os seguintes princípios de intervenção: 1) realizar uma avaliação completa dos recursos naturais, culturais e humanos da cidade; 2) usar o planeamento participativo e a consulta de todas as partes interessadas para decidir sobre os objetivos e medidas de reabilitação; 3) avaliar a vulnerabilidade do património urbano às pressões socioeconómicas e aos impactes das alterações climáticas; 4) integrar os valores do património urbano e o seu estatuto de vulnerabilidade num quadro mais amplo do desenvolvimento da cidade; 5) priorizar políticas e medidas para a reabilitação e o desenvolvimento, incluindo uma boa administração; 6) estabelecer parcerias público-privadas e quadros de gestão local apropriados; 7) desenvolver mecanismos para a coordenação de várias atividades entre os diferentes atores (UNESCO, 2013a, p. 16).

A publicação da Recomendação da UNESCO sobre a HUL introduziu uma oportunidade de olhar e repensar as cidades e propulsionou uma transformação do entendimento do planeamento e da gestão do património, no sentido de caminhar cada vez mais para um desenvolvimento sustentado e integrado. O facto de ter sido aprovada sob a forma de recomendação torna-a passível de não ser obrigatória, o que implica que só é decretada uma estratégia concreta e objetiva quando cada governo local ou nacional decide adotar os objetivos da HUL e vertê-los na sua própria legislação. Da mesma forma, ser apenas uma recomendação revela uma dificuldade tremenda em assumir este novo entendimento da cidade como património e deste como algo em constante mutação, cuja gestão e desenvolvimento são propostos, mas sem a força do compromisso de uma carta, por exemplo.

CIDADE E PATRIMÓNIO, UMA ARTICULAÇÃO IMPRESCINDÍVEL



39. Uma das conquistas do Memorando de Belvedere foi a responsabilização de várias partes interessadas na gestão das cidades

3.1. Repercussões na(s) cidade(s)

As cidades são organismos dinâmicos. Não há uma única cidade 'histórica' no mundo que tenha mantido o seu carácter original': o conceito é um alvo em movimento, destinado a mudar com a própria sociedade.²⁴ (UNESCO, 2013a, p. 24)

É de salientar que a visão integrada que a HUL apresenta já tinha sido experimentada na Holanda, noutra contexto, aquando da adoção do Memorando de Belvedere, que impôs uma articulação entre a história cultural e o planeamento espacial das cidades (1999).

A abordagem do Memorando de Belvedere constituiu um ponto de partida para um novo ponto de vista relativamente à conservação do edificado existente e às paisagens culturais e históricas. Com vista a procurar um equilíbrio e a refletir sobre a 'qualidade espacial' e a identidade cultural' dos lugares, este documento produziu vários documentos de políticas orientadoras do modo de atuação nos ambientes físicos, para que as qualidades histórico-culturais não se perdessem. A abordagem defendida centrava-se no desenvolvimento e devia ser promovida por meio de uma política espacial global²⁵ com condições apropriadas, para que a identidade histórico-cultural fosse um fator determinante no desenvolvimento dos projetos. O documento começa por reconhecer as vantagens que um lugar tem se reconhecer e integrar as qualidades histórico-culturais nos modelos de desenvolvimento urbano, nomeadamente por fomentar a noção de identidade e sentido de pertença, por constituir uma reação contra a globalização, por ser uma fonte de informação e conhecimento e uma fonte de inspiração, pelo seu valor estético e pela importância ecológica e económica. Como tal, a responsabilidade de uma gestão desta natureza deve ser repartida pelas várias entidades envolvidas, nomeadamente o governo central, regional e as autoridades locais, as autoridades das infraestruturas, as organizações sociais e as organizações do sector privado (NSG, 1999).

²⁴ O folheto da UNESCO termina com a seguinte afirmação na contracapa: «Cities are dynamic organisms. There is not a single 'historic' city in the world that has retained its 'original' character: the concept is a moving target, destined to change with society itself. To preserve the urban historic landscape, strategic and dynamic alliances need to be built between various actors in the urban scene, foremost between public authorities that manage the city and developers and entrepreneurs that operate in the city.» (UNESCO, 2013a, p. 24)

²⁵ Segundo o Memorando: «Cultural history is regarded as being of vital importance to our society and to each individual citizen. The conservation and use of our cultural heritage adds an extra cultural dimension to the spatial structure. The approach to be adopted is one which centres around *development* rather than replacement and is an approach which must be promoted by means of the overall spatial policy.» (NSG, 1999, p. 6)

Os grandes objetivos desta política são o desenvolvimento e a continuidade, apesar de aparentemente poderem parecer conceitos paradoxais. Trata-se de assegurar a continuidade da existência dos edifícios e estruturas antigas e a continuidade de princípios de desenho, assim como investir num processo de construção mais conhecedor e respeitador dos processos históricos em relação às novas formas de uso. Para isso, é necessário um profundo entrosamento no carácter do espaço e no seu passado, para melhor usufruir da relação que se pretende entre a história cultural e o planeamento espacial. De acordo com o Memorandum, esta relação pode ser conseguida através dos seguintes princípios: 1) reconhecer a identidade histórico-cultural em áreas rurais e urbanas, como uma qualidade e ponto de partida para o desenvolvimento; 2) fortalecer e explorar a identidade histórico-cultural e as qualidades que definem essa identidade, nas áreas mais vulneráveis em termos de história cultural – as chamadas *Belvedere áreas*; 3) criar condições adequadas para as iniciativas de terceiros visando como temática o fortalecimento da história cultural; 4) difundir o conhecimento sobre a história cultural e promover oportunidades em que a história cultural seja uma fonte de inspiração no planeamento e desenho espacial; 5) promover a cooperação entre cidadãos, organizações, autoridades locais e regionais e os diversos departamentos do governo; 6) melhorar a utilidade e o uso de instrumentos existentes (NSG, 1999).

O documento enumera uma série de medidas específicas que ajudam a concretizar estas políticas, mas como se pode perceber, a visão aparentemente inovadora da HUL já começara antes. Os métodos e modelos de planeamento e desenvolvimento urbano holandeses, nomeadamente o Memorando de Belvedere, vieram incitar uma grande revolução na mentalidade europeia e prova disso é o desenvolvimento de algumas experiências de planeamento integrado anteriores à aprovação da Recomendação sobre a HUL. Importa evidenciar que, para além do Memorando, havia já académicos e políticos a defenderem um novo entendimento e práticas de intervenção, interligando salvaguarda e desenvolvimento. Um dos primeiros projetos europeus a aplicar novos princípios de gestão urbana (com início muito antes da HUL) foi o HerO, um projeto desenvolvido dentro do URBACT com cidades em rede e que se apresenta de seguida.



40. Diagrama proposto pelo URBACT com os vários temas em que se divide o Desenvolvimento Urbano Integrado: Economia, Ambiente, Governança e Inclusão, que depois se dividem em subtemas

HerO - Heritage as Opportunity | URBACT²⁶ (2008-2011)

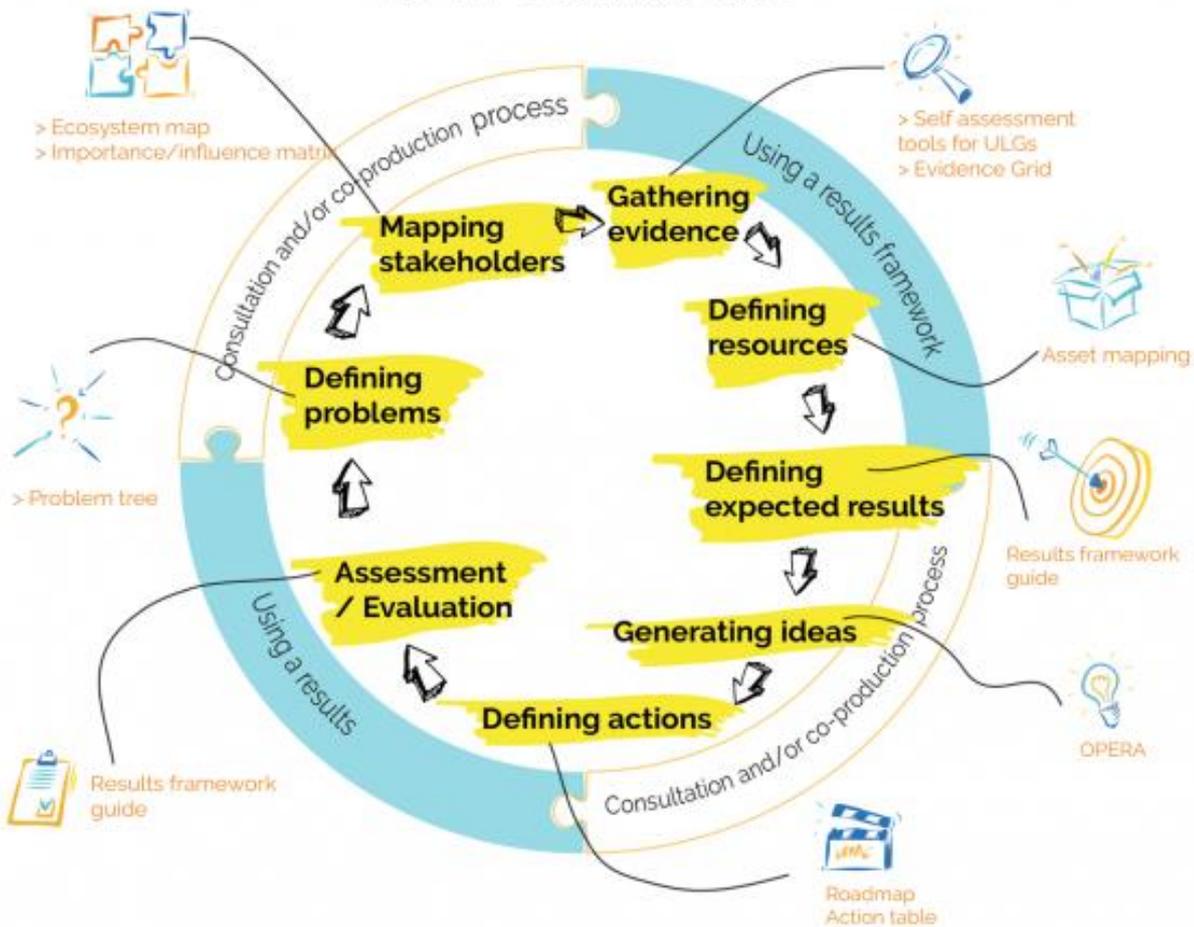
O HerO foi um projeto realizado entre Abril de 2008 e Julho de 2011 e liderado por Matthias Ripp, com os temas *City Branding, City Management, Culture & Heritage e Participation*. Entendendo que a cidade não podia ser meramente vista como uma acumulação de monumentos históricos, mas como um organismo vivo e com uma dinâmica espacial vital para os seus habitantes (UNESCO, 2005), percebeu-se que havia uma falta de intercâmbio entre as autoridades de gestão responsáveis e as políticas integradas de desenvolvimento urbano sustentável que ligassem a gestão do património cultural ao desenvolvimento socioeconómico das cidades. Foi neste sentido que surgiu a HerO Network, a partir da integração do património cultural e natural nas políticas de desenvolvimento urbano sustentável, para melhorar o ambiente urbano e desenvolver a atratividade, a coesão social e a atividade económica das cidades abrangidas. Numa parceria com a Associação Europeia de Cidades e Regiões Históricas (EAHTR)²⁷, o projeto procurou identificar *good-practice-examples* e partilhar experiências e boas práticas de reabilitação e gestão urbana sustentável de áreas históricas nas cidades de Graz (Áustria), Nápoles (Itália), Valleta (Malta), Sighisoara (Roménia), Lublin (Polónia), Vilnius (Lituânia), Liverpool (Reino Unido) e Poitiers (França) e teve como cidade líder Regensburg (Alemanha).

Este projeto desenvolveu uma nova metodologia de planeamento integrado, a partir da criação de um plano de gestão integrada do património cultural (**ICHMP – Integrated Cultural Heritage Management Plan**), com base em duas grandes metas definidas pelo HerO: a **integridade visual** e a **revitalização integrada** que visa o equilíbrio e a adaptação dos usos e funções da paisagem urbana histórica às necessidades

²⁶ O URBACT é um programa europeu de intercâmbio e aprendizagem que promove o desenvolvimento urbano sustentável, através da possibilidade de as cidades trabalharem em rede para desenvolverem soluções para os grandes desafios urbanos, despertando-as para o fenómeno de mudanças sociais cada vez mais complexas e difíceis de gerir. O programa pretende o desenvolvimento e a troca de boas práticas e novas soluções pragmáticas e sustentáveis que integram as várias dimensões dos problemas urbanos: económica, social, ambiental e cultural. Atualmente abrange 550 cidades e 29 países e é financiado pela União Europeia (Fundo de Desenvolvimento Regional Europeu) e pelos estados membros, reunindo pessoas das redes internacionais de cidades bem como peritos dedicados a cada temática discutida e membros do secretariado (organização). Os projetos funcionam sempre em redes de cidades, cuja criação depende da cidade líder e dos tópicos a incluir, que podem organizar-se por vários temas (desenvolvimento urbano integrado, economia, ambiente, governança, inclusão), tipos (plano de ação/gestão, implementação, transferência), nos quais colaboram peritos especializados.

²⁷ A EAHTR (*European Association of Historic Towns and Regions*) foi criada pelo Concelho da Europa em 1999 como parte da iniciativa “*Europe – A Common Heritage*”, cujo principal objetivo era promover os interesses das cidades históricas europeias através da cooperação de organizações internacionais. Visava-se a partilha de experiências e boas práticas e a promoção da vitalidade, viabilidade e gestão sustentável das áreas históricas.

ACTION-PLANNING CYCLE



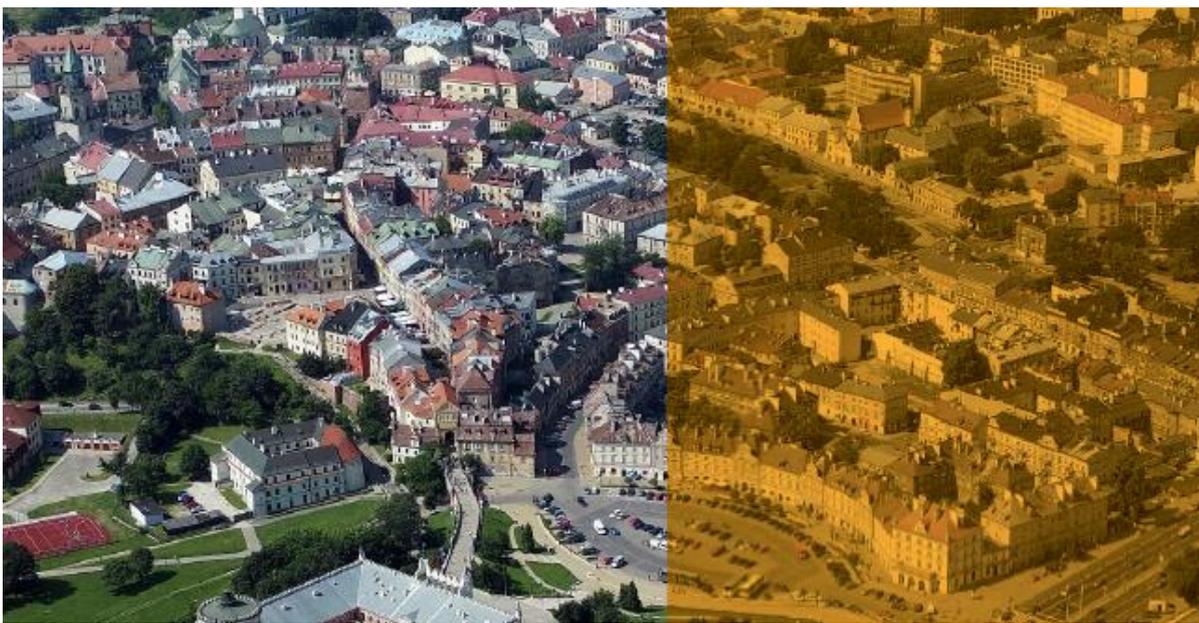
41. Com vista ao desenvolvimento integrado, os projetos do URBACT constroem em rede novos modelos para melhorar as cidades em conjunto.

contemporâneas da população. A grande inovação introduzida por este plano reside no carácter estratégico de planeamento e na definição de objetivos a longo prazo em vez da imposição de um desenho urbano específico ou de projetos concretos. Com efeito, a definição de objetivos deste tipo permite uma visão abrangente do planeamento da cidade e uma gestão integrada das medidas a longo prazo, previstas num plano que pretende ser instrumento de reflexão sobre os métodos e critérios para a conservação e valorização de centro histórico das cidades. Esta metodologia, que viria a ser proposta pela HUL mais tarde, com o desenvolvimento de um plano que assenta em medidas e linhas de ação estratégicas, materializa-se numa simbiose entre a negociação com as autoridades locais e a participação das próprias populações no processo de definição de prioridades e **intervenções** que são propostas no ICHMP.

Importa, pois, perceber o impacto que o HerO teve nestas cidades, analisando os objetivos/princípios identificados pelo projeto e os efeitos do ICHMP (linhas de ação, medidas, intervenções) em cada cidade, tendo em consideração as experiências locais de gestão e planeamento precedentes. Como já foi anteriormente referido, na maioria das cidades o projeto distinguiu os objetivos/princípios para o desenvolvimento e intervenção urbana em duas metas principais (integridade visual e revitalização integrada), apresentados sob a forma de 1),2),3), enquanto os “efeitos do ICHMP” apresentar-se-ão com i),ii),iii). Serão também apresentadas as intervenções decorrentes dos planos locais propostos pelo projeto nas diferentes cidades, que consistem fundamentalmente em ações de quatro tipos (não existindo necessariamente os quatro em cada cidade) e incidem em: A) edifícios, espaços verdes e espaços públicos; B) turismo; C) acessibilidade e mobilidade; D) participação e educação. Estas intervenções representam a intenção destas cidades salvaguardarem e valorizarem o seu património cultural, procurando reduzir a tensão entre salvaguarda/proteção e planeamento/criação, e assentam numa investigação inicial sobre a identidade e o espírito dos lugares numa tentativa de combinar o valor memorial do património com o seu uso.

A cidade de Lublin²⁸ (Polónia) caracteriza-se pelo tecido antigo, com ruas estreitas em calçada e casas burguesas e é um dos complexos urbanos de origem medieval melhor preservados na sua forma original, o que se considera um dado importante dada a sua localização. Desde os anos 90 que uma das principais prioridades do município tem sido o desenvolvimento do tecido urbano histórico, através da introdução de infraestruturas e da melhoria dos espaços públicos. No entanto, o maior desafio quando começou a participação

²⁸ Começou a desenvolver o projeto em Maio de 2010.



42. Cidade de Lublin

no projeto era a revitalização da cidade antiga. A proposta delineada passava pelo (re)desenvolvimento da envolvente do centro histórico de acordo com o tecido urbano histórico, numa perspetiva que vai ao encontro da visão proposta pela HUL. A cidade já tinha participado em vários programas integrados de gestão do centro histórico, apostando sempre no envolvimento da comunidade local na gestão urbana. Neste sentido, já tinha definido alguns objetivos a alcançar quando integrou o projeto. No que diz respeito à **integridade visual** da paisagem urbana histórica, a participação no HerO elencou cinco pontos: 1) estimular a reabilitação/manutenção correta dos edifícios históricos privados, protegendo os valores do património cultural e melhorando os padrões de vida e as infraestruturas das habitações (há o problema de a maioria dos edifícios históricos pertencer a famílias da classe baixa, com dificuldades para financiar a reabilitação necessária e o trabalho de preservação); 2) regular os anúncios e publicidade nos espaços públicos de acordo com as necessidades da paisagem urbana histórica; 3) implementar requisitos de integridade visual em planos e regulamentos; 4) consciencializar e sensibilizar os habitantes e os turistas sobre os valores do património cultural. Relativamente à **revitalização integrada**, foram definidos os seguintes objetivos: 1) redesenvolver a área norte da cidade antiga (o antigo bairro Judeu ao fundo do Castelo) para receber novas funções; 2) promover uma boa ligação entre a estação ferroviária e o centro histórico; 3) promover transportes públicos multimodais e bolsas de estacionamento fora do centro histórico, melhorando a acessibilidade e reduzindo o tráfego dentro do centro histórico; 4) envolver todas as partes interessadas no processo de revitalização e na manutenção do património cultural (cooperação e compreensão das necessidades de cada um); 5) apoiar pequenas e médias empresas locais, bem como atrair novos negócios e funções para o centro da cidade; 6) assegurar a função habitacional/residencial no centro histórico (porque muitas vezes as casas são convertidas em espaços comerciais para que sejam mais rentáveis); 7) assegurar que as famílias de classe baixa possam permanecer nas suas casas após as intervenções de requalificação (porque geralmente o resultado é o aumento das rendas e essa hipótese torna-se in comportável); 8) melhorar espaços públicos e espaços verdes com instalações recreativas; 9) criar estruturas institucionais eficientes de apoio à revitalização e gestão integradas do património cultural, bem como de apoio a ações privadas.

Dentro do projeto HerO, a cidade pôs em prática um **ICHMP**, que englobava medidas relativamente a: i) sistema de transportes e mobilidade – estacionamento, bicicletas e acesso para deficientes; ii) espaços públicos – mobiliário urbano e limitação de *outdoors*; iii) habitações – opções de melhoria e apoio para combater a exclusão dos habitantes e resolver



43. Cidade de Sighisoara

alguns problemas sociais; iv) negócios – opções, variedade, incentivos; v) propriedades – responsabilidades, direitos, apoio ao investimento; vi) cultura – incentivar, estimular, inspirar, dirigir a um público-alvo; vii) normas técnicas para renovação – cores, telhados, entradas, escadas, etc; viii) padrões estéticos – sinais de comércio, propagandas, manutenção, áreas verdes, mobiliário urbano; ix) acordos institucionais e divisão de responsabilidades (URBACT, 2010a).

Como resultado, a cidade teve **intervenções** fortes em alguns edifícios, espaços verdes e espaços públicos (tipo A), tendo-se procedido à reabilitação e revitalização do Teatro Antigo, fechado desde 1981, para utilização como *open space* para eventos culturais (teatro, música, *ballet*, cinema, etc)²⁹, bem como a reabilitação e conversão de um antigo convento em centro de atividades artísticas, uma importante intervenção onde a adaptação do edifício aos novos usos permitiu que três instituições culturais existentes no município aí se sediassem e promovessem as suas atividades, aumentando para o dobro a área municipal reservada à cultura. A terceira intervenção deste tipo foi na Praça Rybny e envolveu os cidadãos num trabalho de voluntariado notável, onde o antigo mercado de peixe foi convertido num espaço para eventos sociais para os habitantes (com parque infantil, ponto de encontro para idosos, estufas, etc). Relativamente à acessibilidade e mobilidade na cidade (tipo B), foi melhorado o acesso ao centro histórico³⁰ de acordo com o *Integrated public transportation system for Lublin*, um projeto regional de transportes (circunvalação e construção do aeroporto de Lublin) que provocou alterações na organização do tráfego da cidade. Para promover a participação e a educação (tipo D), criou-se uma plataforma de debate público na internet sobre o desenvolvimento do centro histórico, para recolher e discutir ideias e estimular o envolvimento cívico no desenvolvimento urbano e melhoria dos espaços públicos da cidade (URBACT, 2010b). Não há, contudo, dados que atestem o atual funcionamento desta plataforma.

A cidade de Sighisoara³¹ (Roménia) foi inscrita na lista do Património Mundial da UNESCO (1999) como testemunho da cultura dos *Transylvanian Saxons*, os artesãos e comerciantes alemães que no século XII foram convidados pelo rei da Hungria a instalar-se e defender as fronteiras do seu reino na Transilvânia. Sighisoara é tipologicamente uma cidade muralhada (ainda habitada) na região fronteira entre a cultura latina da Europa

²⁹ Este projeto tinha como objetivo último a candidatura de Lublin a Capital Europeia da Cultura no ano de 2016.

³⁰ Esta intervenção era uma das prioridades da estratégia urbana e um dos importantes contributos para a candidatura a Capital Europeia da Cultura no ano de 2016.

³¹ Começou a desenvolver o projeto em Maio de 2010.

Central e a cultura ortodoxa e bizantina da Europa de Sudeste. À semelhança do que acontece em Lublin, esta cidade também define objetivos relativos à **integridade visual** da paisagem urbana histórica, elencada pelo HerO em três ações: 1) reabilitar os edifícios históricos e monumentos, públicos e privados, que estão a degradar-se; 2) estimular a reabilitação/manutenção correta dos edifícios históricos privados (mais uma vez o problema é que a maioria dos edifícios históricos pertencem a famílias da classe baixa e com poucos recursos financeiros); 3) controlar a invasão da “flora” em elementos históricos, porque é uma ameaça às infraestruturas patrimoniais. Relativamente à **revitalização integrada**, foi definida a necessidade de: 1) melhorar a acessibilidade da cidade para os habitantes e resolver o problema do tráfego que transita na cidadela (poluição); 2) combinar o património urbano cultural com o património natural existente na cidade (desenvolvimento de uma estratégia de *marketing* para um turismo sustentável); 3) manter atividades e lojas de comércio tradicional diariamente no centro histórico; 4) assegurar a função habitacional/residencial no centro histórico (porque as casas são convertidas cada vez mais em serviços de apoio ao turismo para que sejam mais rentáveis); 5) ligar a cidadela à “zona baixa”, de modo a ler-se todo o conjunto como centro histórico; 6) preservar o centro histórico como espaço de e para todos, e não apenas para turistas; 7) usar o turismo como potencial para o desenvolvimento económico; 8) proteger a “zona baixa” de inundações periódicas.

Com base nestes objetivos foi estudado e proposto um **ICHMP** para Sighisoara para o período de 2008 a 2013, que incluía: i) plano de segurança e proteção dos monumentos históricos em caso de desastre natural; ii) orientação para uma preservação, manutenção e restauro corretos e cuidados dos monumentos históricos; iii) estratégia integrada de desenvolvimento económico e social da cidade, com forças, fraquezas, oportunidade e ameaças (avaliação SWOT) identificadas em debates públicos e aprovadas em Sede de Conselho; iv) regulação do tráfego e do comércio de rua na zona histórica protegida após a intervenção nas infraestruturas prevista para 2009; v) regulação e planeamento da zona histórica protegida (URBACT, 2010b).

As **intervensões** realizadas durante o projeto limitaram-se a atuações em edifícios, espaços verdes e espaços públicos (tipo A) e ligadas ao turismo (tipo B), com a reabilitação e revitalização da área designada Património Mundial pela UNESCO, numa perspetiva de permitir novos usos e funções do património cultural na cidadela e atentar mais à importância do turismo e da cultura para a região. Esta ação foi complementada com a criação de um Centro Nacional de Informação e Turismo promovendo a cidade de



44. Cidade de Vilnius

Sighisoara como valor histórico, arquitetónico e cultural para o turismo nacional e internacional (URBACT, 2010b).

Da mesma forma que Sighisoara, também a cidade de Vilnius³² (Lituânia) está classificada como Património Mundial da Humanidade (1994) e conserva a sua morfologia medieval que carece de especial atenção e cuidado no planeamento urbano³³. O processo de regeneração da cidade antiga tinha começado em 1996, provocando uma rápida mudança da economia que teve grande impactes nos seus usos e funções: o aumento do número de lojas, restaurantes, hotéis, etc (que forçou a diminuição do número de residentes). O centro histórico de Vilnius tornou-se uma das zonas mais vibrantes e atrativas da cidade, no entanto alguns edifícios continuavam por reabilitar. Assim, ainda antes do projeto, o próprio município já tinha elencado os principais problemas, bem como os principais objetivos para a estratégia de desenvolvimento. Os problemas diziam respeito à gestão integral e funcionavam como desafios – 1) o desenvolvimento de arranha-céus junto à cidade antiga, na periferia do centro histórico; 2) o frequente desrespeito da nova arquitetura e dos novos edifícios pelo carácter histórico e espacial da paisagem urbana; 3) a manutenção insuficiente dos edifícios históricos, cujos donos não apresentam, na maioria dos casos, capacidade financeira e/ou conhecimento para proceder de modo correto; 4) a deterioração das infraestruturas (especialmente esgotos e sistemas de drenagem de águas pluviais) e faltas no fornecimento de eletricidade; 5) a melhoria do financiamento público e de um sistema de incentivos para a preservação de monumentos e a sua manutenção regular; 6) a estimulação e apoio à reabilitação de edifícios privados e a iniciativas de manutenção. Os principais objetivos baseavam-se na **revitalização integrada** e assentavam em seis princípios: 1) melhorar o transporte público no centro histórico, limitando o acesso de veículos motorizados e aumentando o número de vias pedestres e de ciclovias; 2) estimular o intercâmbio de instituições e as parcerias público-privadas, numa cooperação com o sector privado (investidores) e a comunidade local (cidadãos e empresários), no processo de revitalização e consciencialização dos valores do património e da sua preservação; 3) ligar a cidade antiga ao rio numa área verde recreativa; 4) desenvolver uma estratégia de turismo ou um conceito de *marketing*, através da criação de eventos culturais e empresariais (conferências); 5) assegurar a função habitacional/residencial no

³² Começou a desenvolver o projeto em Março de 2011.

³³ A cidade constitui um exemplo notável da cultura urbanística medieval. O valor de integridade prende-se, neste caso, com o padrão de ruas radiais da cidade antiga, uma estrutura espacial que reflete a evolução conduzida por mudanças de estilos e infortúnios políticos e naturais – a forma da cidade representa indubitavelmente a sua história complexa – e a autenticidade reconhece-se nas formas, materiais, técnicas construtivas e estilos que permanecem nos edifícios da cidade antiga.



45. Cidade de Poitiers

centro histórico para todas as famílias; 6) melhor a atratividade dos espaços públicos e semipúblicos para fins recreativos. Resumindo, a estratégia de revitalização de Vilnius focava-se no património cultural, nos sistemas de comunicação, no desenvolvimento da comunicação e no turismo.

Da participação no projeto HerO resultou um **ICHMP** cujas medidas englobavam: i) proteger, manter e usar o património cultural; ii) proteger a singularidade da cidade antiga e impulsionar a sua atratividade; iii) aumentar a mobilidade dos residentes através de transportes públicos e sem motor; iv) promover e desenvolver o sentido de comunidade entre os residentes; v) usar eficientemente o potencial do turismo aumentar os fluxos turísticos, através de infraestruturas públicas para o turismo (URBACT, 2011a).

Vilnius teve **intervenções** ao nível dos edifícios, espaços verdes e espaços públicos (tipo A) e da acessibilidade e mobilidade (tipo C). A primeira grande intervenção do tipo A foi a criação de um Programa de Desenvolvimento Comunitário, para que se consciencializassem as pessoas para a importância da reabilitação adequada e cuidada do seu património cultural e se apostasse num financiamento a esse tipo de intervenções (privadas). A segunda intervenção incidiu na melhoria e renovação dos espaços verdes da cidade antiga, nomeadamente o leito do rio Vilnia e o parque Sereikiskiu, adjacente. O investimento na acessibilidade e mobilidade concretizou-se através da introdução de meios de transporte ecológicos na cidade antiga, nomeadamente pequenos autocarros públicos e bicicletas (URBACT, 2010b).

A cidade de Poitiers³⁴ (França) é uma cidade que apresenta remanescências do período românico na sua arquitetura e onde um terço da população tem menos de trinta anos (uma em cada quatro pessoas é estudante), por isso é uma cidade antiga mas dinâmica e cheia de vida. A baixa de Poitiers é caracterizada por um tecido urbano parcialmente herdado do período medieval, com ruas estreitas e sinuosas e inúmeros monumentos culturais e religiosos. Para além deste centro, a cidade tem outros pontos de interesse fundamentais para a sua estratégia de desenvolvimento urbano, como o famoso *Futuroscope*. Assim, o projeto *Coeur d'Agglo*³⁵, cuja base é o plano para a área protegida do centro histórico (*plan de sauvegarde et de mise en valeur du patrimoine*), é um plano que envolve e relaciona o

³⁴ Começou a desenvolver o projeto em Março de 2011.

³⁵ *Coeur d'Agglo* foi um projeto que transformou os espaços públicos de Poitiers, através de um plano de tráfego com novos modelos e sistemas de transporte no centro (acessos pedonais, ciclovias e transportes públicos), mais espaços verdes (pavimentação, iluminação, mobiliário urbano e um novo jardim público) e a valorização do património arquitetónico da cidade (reabilitação das fachadas e criação de novos espaços públicos).

centro e o *Futuroscope*. A abordagem nesta cidade passa por evitar a musealização do centro, destacando a vitalidade que existe neste contexto urbano específico, através de intervenções nos “espaços vazios”. Os principais desafios/objetivos identificados pelo HerO foram: 1) desenvolver uma sinergia a longo prazo entre as partes interessadas (autoridades de gestão, comerciantes, habitantes, etc); 2) desenvolver novas formas de valorização do património urbano considerando o património histórico e natural; 3) reforçar as políticas de desenvolvimento sustentável em conjunto com a valorização turística da cidade (incluindo o *Futuroscope*, por exemplo); 4) transmitir esta estratégia aos habitantes como “embaixadores” da sua própria cidade. Percebe-se, em Poitiers, uma grande ambição em atingir o desenvolvimento sustentável e assim contribuir para a atratividade da cidade, melhorando as políticas de turismo, através da valorização do património e da sua preservação.

Esta cidade já tinha algum caminho feito na área da habitação social e da acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida, mas o **ICHMP** proposto pelo HerO vem fomentar três metas específicas (harmonia das paisagens urbanas históricas, equilíbrio das funções urbanas e política estratégica), propondo um conjunto de medidas para as concretizar. Para alcançar a harmonia das paisagens urbanas históricas, é necessário: i) perceber o património como um recurso para o desenvolvimento e não como um constrangimento ou restrição; ii) permitir o desenvolvimento do território incluindo a promoção do património, mas sem afetar a sua integridade; iii) evitar tornar a baixa de Poitiers num “santuário” e assim congelar a paisagem urbana, ou seja, permitir evolução, mudança, dinâmica urbana; iv) trabalhar com os proprietários privados nos alçados, na composição formal e nas questões da durabilidade e da eficiência energética. Para conseguir um equilíbrio de funções urbanas, as medidas necessárias são: i) promover a acessibilidade (física, social e intelectual), incluindo conhecimento e acesso à informação; ii) promover um equilíbrio de usos dependendo das necessidades (culturais, económicas, de serviços, etc); iii) promover um equilíbrio entre o comércio de grandes cadeias e lojas de empresas independentes; iv) combinar reabilitação do património e habitação social (para que haja qualidade de habitação para todos). Para atuar segundo uma política estratégica, deve-se: i) desenvolver especificações para proceder a um diagnóstico de identidade (que deve ser feito antes de se pensar na abordagem, de forma a enriquecê-la); ii) trabalhar numa imagem de qualidade do centro histórico, definida pelo diagnóstico de identidade e pela indústria turística (hotéis, restaurantes, táxis, comércio) (URBACT, 2011b).



46. Cidade de Nápoles

As **intervenções** levadas a cabo na cidade de Poitiers foram essencialmente ao nível dos edifícios, espaços verdes e espaços públicos (tipo A), nomeadamente pela reabilitação de fachadas suportada por um programa de apoio financeiro e técnico aos proprietários privados e integrada na operação “*Coeur d’Agglo*”, à semelhança da elaboração de um plano de referência, com a planificação de futuros espaços públicos e privados na cidade (URBACT, 2010b). Esta intervenção permitiu também produzir um novo plano urbano de mobilidade que visava uma “cidade pedestre”, com a adaptação dos acessos a áreas de estacionamento e o controlo de tráfego no centro da cidade. Ao mesmo tempo que se reduziram os fluxos automóveis no centro de Poitiers, promoveram-se meios de transporte alternativos, como bicicletas e transportes públicos. Houve ainda uma intervenção relativa ao turismo na cidade (tipo B), através do estudo aprofundado da imagem da cidade, que reforçou a valorização visual das suas especificidades estéticas e determinou as forças e fraquezas que deviam ser compensadas para desenvolver a atratividade turística de Poitiers (URBACT, 2011b).

A cidade de Nápoles³⁶ (Itália) é a terceira maior cidade italiana e uma das mais antigas da Europa, pelo que preserva no seu tecido urbano, na sua morfologia e na continuidade de muitas das suas funções sociais e urbanas a passagem do tempo e a estratificação da sua história. O porto de Nápoles é um dos mais importantes em Itália e na Bacia Mediterrânica em termos de tráfego de bens e de passageiros e está a tornar-se o mais importante no tráfego de cruzeiros também. As maiores riquezas económicas da cidade são o turismo, as atividades culturais e a Universidade³⁷. Um dos maiores problemas na cidade é a densidade populacional, juntamente com a elevada taxa de desemprego (17,8%), a falta de mercado de trabalho no sector privado e o reduzido nível de educação. Para gerir a paisagem urbana histórica, e como Património Mundial da Humanidade desde 1995, o principal objetivo definido pelo HerO foi a revitalização sustentável, evitando a gentrificação e preservando ao mesmo tempo a identidade cultural da cidade. Devido à sua riqueza histórica e patrimonial, a cidade já tinha sido abrangida por vários programas de gestão dos centros históricos, nomeadamente o *Urban I* (1994-2001) e o *S.I.RE.NA. Città Storica S.C.p.A.* (2009), pelo que também já apresentava algumas metas a alcançar quando integrou o projeto, fundamentalmente respeitantes à preservação da **integridade visual**, definida num conjunto de três medidas: 1) garantir uma reabilitação de qualidade e manutenção dos edifícios históricos e monumentos, públicos e privados, que estão a degradar-se (há uma

³⁶ Começou a desenvolver o projeto em Abril de 2011.

³⁷ A reconhecida Universidade de Nápoles é uma das mais antigas em Itália, com 3 pólos, 13 faculdades e 100000 alunos.

fraca qualidade das habitações); 2) criar produtos/programas/instrumentos financeiros para estimular a reabilitação correta de edifícios históricos privados; 3) garantir que o desenho de novos elementos arquitetónicos respeite as características históricas, espaciais e urbanísticas numa abordagem contemporânea. Relativamente à **revitalização integrada**, definiu-se a necessidade de: 1) fomentar a existência de lojas tradicionais e estruturas de comércio a retalho no centro histórico (para combater os centros comerciais periféricos); 2) criar novas estruturas de governança para uma melhor coordenação das atividades de revitalização; 3) melhorar as condições ambientais precárias (poluição acústica e atmosférica devida ao elevado uso do carro e à falta de meios de transporte alternativos).

A integração no projeto HerO facilitou à cidade de Nápoles uma perceção melhorada dos desafios existentes para a elaboração de um plano de revitalização integrada do centro histórico. À semelhança da cidade de Poitiers, os quatro objetivos do ICHMP de Nápoles estão fortemente interligados entre si e constituem temas base (conservação, preservação e revitalização; artesanato, turismo e comércio; transporte, infraestruturas e ambiente; sociedade, conhecimento e investigação) a partir dos quais se definem as linhas de ação. Para trabalhar o tema da conservação, preservação e revitalização, propõe-se a recuperação e preservação do património cultural e a continuidade da sua estratificação histórica. Para o tema do artesanato, turismo e comércio, propõem-se incentivos à produção socioeconómica e cultural tradicional. Relativamente à sociedade civil, à produção de conhecimento e à investigação, pretende-se a melhoria da qualidade de vida. Para alcançar todos estes objetivos, houve necessidade de reforçar as estruturas governamentais e o envolvimento de várias entidades nesta abordagem de desenvolvimento integrado.

O ICHMP de Nápoles tornou-se um exemplo e um modelo a seguir, não só pelo sucesso que teve, mas sobretudo por poder ser aplicado noutros contextos. Este plano distingue-se por apresentar uma perspetiva mais ampla (*system planning*) e uma perspetiva mais próxima (*local micro and neighbourhood*), investindo não só na abordagem geral, mas também numa abordagem conhecedora da vivência e das necessidades do utilizador da cidade (URBACT, 2011c).

À semelhança de Vilnius, Nápoles também se limitou a **intervenções** em edifícios, espaços verdes e espaços públicos (tipo A) e de acessibilidade e mobilidade (tipo C). Procedeu-se à reabilitação de edifícios públicos e refuncionalização para usos culturais, nomeadamente o complexo escolar Carminiello al Mercato (antigo mosteiro) e a igreja e o mosteiro de S. Eligio, onde se criou a “Casa da Literatura”, um centro de documentação e um centro de espetáculos para as atividades da cidade antiga. Para reforçar a acessibilidade



47. Cidade de Liverpool
48. Marginal da cidade

e mobilidade, construíram-se estacionamentos subterrâneos, dos quais se evidencia a Praça do Mercado (URBACT, 2010b).

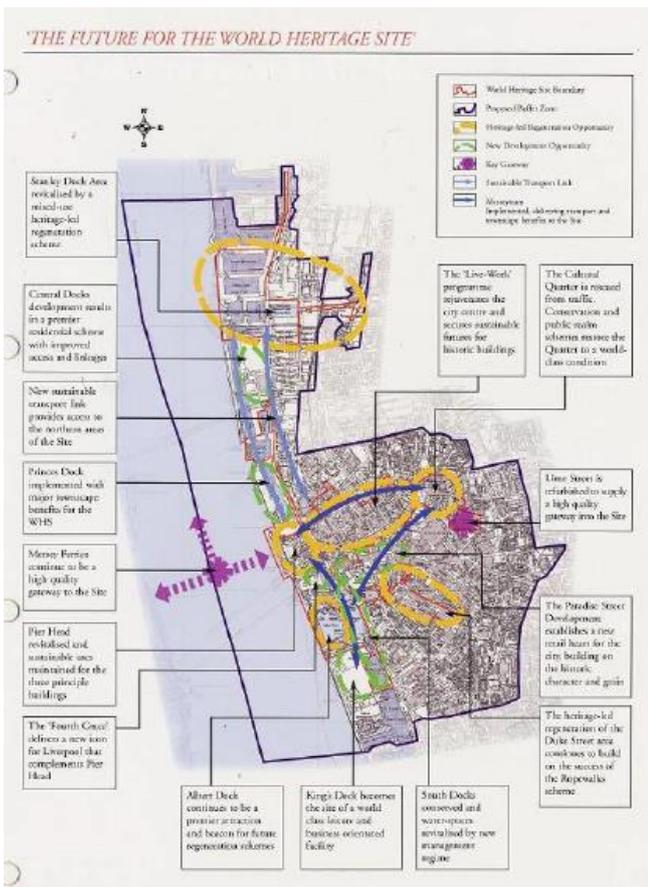
A cidade de Liverpool³⁸ (Reino Unido) foi inscrita na lista do Património Mundial da UNESCO em 2004, como o maior exemplo de um porto comercial do século XVIII, XIX e inícios do século XX. Apesar de ter sido bombardeada no decorrer da Segunda Guerra Mundial, a cidade mantém um elevado grau de autenticidade e integridade. Foi por essa razão que, em 2004, aquando da inscrição na lista de Património Mundial, o porto de Liverpool foi considerado o maior e mais completo sistema de docas históricas no mundo³⁹.

No entanto, a cidade de Liverpool tem investido e planeado a sua regeneração pelo menos desde a década de 80. Depois da destruição da guerra, assistiu-se à decadência das atividades relacionadas com o porto e as docas foram encerradas, criando problemas sociais. Liverpool vivia uma grande crise e precisava claramente de regeneração urbana, cuja estratégia começou por se desenvolver a partir da marginal da cidade, com legislação que visava o planeamento urbano integrado, no sentido de reforçar o espírito excecional daquele lugar. Desde essa época que a cidade tem investido e transformado o centro, a marginal e a sua própria imagem, utilizando o património cultural num programa sustentado de iniciativas e projetos de regeneração, que envolveram um conjunto de intervenções, como: 1) a conversão de alguns armazéns do cais num parque empresarial e de outros em apartamentos de luxo (*Wapping Dock* e *Waterloo Dock*); 2) a criação de uma marina e das primeiras habitações na marginal; 3) a construção de um Centro de Desportos Náuticos no cais; 4) a construção de uma alfândega; 5) a concretização do projeto de regeneração e reabilitação da *Albert Dock*. Como se pode verificar, a cidade de Liverpool desde os anos 80 que se dedica a estratégias e ações de desenvolvimento e regeneração urbana com especial cuidado pelo património cultural, através de parcerias e da maximização do financiamento público.

A inscrição na UNESCO foi precedida da elaboração de um plano de gestão do seu *World Heritage Site* (WHS), aprovado em Dezembro de 2003, que forneceu um enquadramento para a conservação e gestão do valor universal a que a cidade se propunha. Este plano já se considerava um ICHMP, pelo que a participação no HerO passou pela revisão do plano de gestão de 2003, que previa uma revisão e atualização ao fim de seis anos. A revisão incluiu mais estratégias e políticas de gestão, no sentido de salvaguardar os valores do património

³⁸ Começou a desenvolver o projeto em Abril de 2011.

³⁹ «The assessor from ICOMOS said that Liverpool has the biggest and most complete system of historic docks in the world.» (URBACT, 2011d, p. 3)



The Liverpool Waters Site



The Liverpool Waters Proposal January 2011

49. Diagrama de conceitos da proposta

50. Delimitação da área abandonada da marginal (aproximadamente 150 metros) e projeto de reconstrução

cultural e o desenvolvimento sustentável da paisagem urbana histórica. O novo plano propunha: i) uma iniciativa relativa aos edifícios em risco no centro histórico, através da inspeção e monitorização de edifícios vazios, abandonados ou vulneráveis à deterioração, para os reabilitar e refuncionalizar, no sentido de providenciar apoio financeiro aos proprietários de edifícios históricos para que se invista na proteção e melhoria do património arquitetónico e se reponha o uso dos pisos térreos na dinâmica da cidade; ii) *The Paradise Project*⁴⁰; iii) uma estrutura de investimento, desenvolvida pela Câmara Municipal como estratégia para estabelecer prioridades de ações e despesas; iv) uma metodologia para realizar avaliações de impactes no património, desenvolvida por causa dos impactes do desenvolvimento à escala do centro histórico (URBACT, 2011d).

As principais **intervenções** ocorreram ao nível dos edifícios, espaços verdes e espaços públicos (tipo A), do turismo (tipo B) e da participação e educação (tipo D). Relativamente ao tipo A, foi criado um “programa” de apoio aos proprietários para a reabilitação e revitalização do centro histórico da cidade e, no que diz respeito ao turismo, realizou-se um projeto intitulado *World Heritage Site Visitor Economy Activities*, com vista à implementação de iniciativas que desenvolvessem a economia no sítio classificado. Da mesma forma e com o mesmo tipo de denominação, a intervenção do tipo D consistiu no *World Heritage Site Interpretation and Education Project*, uma iniciativa que enalteceu o património marítimo e mercantil de Liverpool, melhorando o entendimento tanto dos habitantes como dos visitantes de diversas formas: transmissão dos verdadeiros motivos para a inscrição de Liverpool na UNESCO; marcação do sítio classificado no chão; promoção do orgulho, da consciência e da compreensão do património cultural de Liverpool e da sua singularidade, através da sua utilização como uma oportunidade de desenvolvimento da cidade – não fosse o projeto base chamar-se *HerO – Heritage as Opportunity* (URBACT, 2010b).

A última cidade envolvida no projeto HerO que se analisa é Regensburg⁴¹ (Alemanha), a cidade líder do projeto e Património Mundial da Humanidade desde 2006, pelo seu grande centro de origem medieval (cerca de 183 hectares) com traçados originais do século XIV

⁴⁰ Em 2008, ano em que Liverpool foi Capital Europeia da Cultura, a cidade foi palco do maior projeto de regeneração impulsionado pelo comércio, abrangendo mais de 30 edifícios em cinco distritos, localizados nas ruas antigas de forma a conceder ao coração da cidade um carácter de centro comercial – este projeto de transformação tornou-se um exemplo de sucesso, não só pelos benefícios que trouxe para a comunidade de Liverpool, mas também pela colaboração exemplar que existiu entre a Câmara Municipal e um investidor privado, parceria que esteve na base de toda a transformação da cidade.

⁴¹ Começou a desenvolver o projeto em Abril de 2011.



51. Cidade antiga de Regensburg

bastante bem preservados⁴². A maioria dos edifícios do centro histórico foi reabilitada e mantém a variedade funcional (habitação, comércio e restaurantes). Apesar de tudo isso, a principal ambição foi manter os valores do património cultural, porque a cidade cresceu repentinamente e os valores do mercado da habitação aumentaram consideravelmente. Para fazer face às novas necessidades e exigências, construíram-se infraestruturas para a melhoria do sistema de transportes públicos e edifícios modernos. No que diz respeito aos objetivos para manter a **integridade visual**, foram identificados os seguintes desafios: 1) desenvolver e implementar novas estratégias para preservar a integridade visual da paisagem urbana histórica; 2) integrar a nova arquitetura na paisagem urbana histórica sem prejudicar as características históricas e espaciais da cidade; 3) desenvolver uma metodologia para ajustar os projetos de grande escala às necessidades de desenvolvimento da paisagem urbana histórica e discernir acerca da sua importância; 4) integrar as estruturas de grande escala (por exemplo, comércio de grande escala – grandes superfícies comerciais) na estrutura histórica de pequena escala; 5) integrar as novas infraestruturas de telecomunicações no centro histórico; 6) transmitir os valores do património cultural a um público-alvo diversificado. Já para a **revitalização integrada**, os desafios eram: 1) melhorar o sistema de transportes públicos multimodais no centro histórico; 2) reforçar o centro histórico como local para comércio a retalho regional, mantendo o equilíbrio entre lojas tradicionais locais e lojas das cadeias de distribuição; 3) apoiar novas ideias de negócio (em particular relacionadas com a mudança demográfica) que se sediarem no centro histórico da cidade; 4) reforçar a função habitacional para múltiplos grupos-alvo; 5) melhorar as infraestruturas afetas às habitações (pátios, espaços públicos adjacentes em frente aos edifícios, zonas de estacionamento para habitantes) para assim melhorar a qualidade de vida das populações; 6) fomentar o *marketing* urbano, em particular para os turistas internacionais; 7) assegurar a multifuncionalidade do centro histórico e equilibrar as necessidades das partes interessadas (em conflito), nomeadamente comerciantes, turistas e habitantes; 8) melhorar a eficiência energética dos edifícios históricos.

As medidas do **ICHMP** dividem-se em seis “campos de ação”: i) património cultural construído, em que a autenticidade e a integridade da cidade antiga de Regensburg devem ser preservadas, através de uma estratégia de desenvolvimento cuidada e definida com base na proteção dos monumentos; ii) cultura e turismo, sendo a prioridade a experiência autêntica do lugar, com atividades culturais para habitantes e visitantes e o turismo como

⁴² De acordo com a caracterização da cidade feita no documento: «Public buildings, private residences and the imposing grounds of churches, monasteries and religious foundations contribute to the authentic picture of medieval urban culture and architecture.» (URBACT, 2010, p. 2)



- 52. Vista para a cidade antiga
- 53. Ponte histórica de pedra

fator económico importante para a área de Património Mundial; iii) desenvolvimento económico, cujas medidas devem considerar a preservação da diversidade de usos que a cidade antiga tem – é a localização mais central para comércio e empresas – mas ao mesmo tempo a proteção dos monumentos e os interesses das empresas; iv) desenvolvimento urbano e planeamento urbano, onde a preocupação é preservar a variedade de usos da cidade antiga, através de medidas relacionadas com as habitações, o tráfego e o desenho urbano; v) questões ambientais e de lazer, como preocupações climáticas e atividades que aproveitem e valorizem os espaços verdes e as margens do rio Danúbio; vi) ações de sensibilização e divulgação de conhecimentos, cujas medidas se centram em iniciativas e atividades relacionadas com a cidade antiga de Regensburg (URBACT, 2011e).

Tal como em cidades anteriores, Vilnius e Nápoles, as **intervenções** na cidade de Regensburg foram apenas relativas aos edifícios, espaços verdes e espaços públicos (tipo A) e à acessibilidade e mobilidade (tipo C). No que diz respeito ao primeiro tipo, iniciou-se o restauro da ponte histórica em pedra (*Steinerne Brücke*), um dos monumentos mais importantes que estava muito degradado, e realizou-se um inventário dos edifícios históricos da cidade antiga de Regensburg e Stadtamhof (*Baualterspläne*) (URBACT, 2010b).

Deste projeto nasceu uma nova abordagem para a gestão integrada, concebida para permitir que o património cultural desempenhe um papel catalisador no desenvolvimento sustentável, e concretizada através de um *Integrated Cultural Heritage Management Plan* (ICHMP), que assenta numa metodologia tripartida: preparação, desenvolvimento e implementação. Este plano propõe quatro recomendações, das quais depende o sucesso deste plano: 1) fazer do património cultural uma prioridade política – para atrair fundos e conquistar investimentos; 2) desenvolver uma abordagem integrada – usando a metodologia proposta; 3) envolver todos os interessados – numa perspetiva de coordenação e integração dos habitantes e das suas expectativas; 4) focar na ação e nos resultados – contando com apoio político e de gestão de autoridades superiores que asseguram o financiamento, a avaliação e a monitorização, o que torna possível a adaptação às necessidades ao longo do tempo. Este projeto resultou na elaboração de um *guidebook*, um “guia de boas práticas”, onde se apresenta o projeto e, de uma forma abreviada, o que foi feito em cada cidade: não só os respetivos desafios a que houve necessidade de dar resposta, mas também a estratégia desenvolvida (Ripp, 2011).

Depois de 2011, ano de publicação da Recomendação da HUL, muitas foram as cidades que testaram a nova abordagem do planeamento e da gestão do património nas cidades

proposto pela UNESCO, através de projetos de investigação ou de protocolos com a UNESCO que promoviam uma nova estratégia de acordo com a HUL.

Um destes projetos surge na sequência do projeto HerO e foi também encabeçado por Matthias Ripp, mas liderado pela cidade de Eger, na Hungria.

HerMan – Management of Cultural Heritage in the Central Europe (2012-2014)

Com o lema “*Moving from Conservation to Management*”, o projeto HerMan considerou cidades da Hungria, Polónia, Itália e Alemanha e pretendeu intensificar a atratividade e a competitividade da Europa Central através do uso sofisticado e sustentável do património cultural. Neste sentido, e porque o principal objetivo foi a valorização do seu património cultural, as diferentes cidades desenvolveram e testaram um conjunto de estratégias, modelos, procedimentos e esquemas financeiros de gestão, identificaram, adaptaram e criaram serviços e funções inovadoras para explorar o património de modo a protegê-lo e promovê-lo e fortaleceram as capacidades de gestão das organizações e dos organismos de planeamento envolvidos na parceria.

O projecto HerMan assemelha-se ao projecto HerO por se reger por uma estrutura bem definida que adequa a metodologia aos tópicos abordados e se dividiu em cinco módulos de trabalho: 1) gestão e coordenação do projeto (*start-up*); 2) comunicação externa ao projeto, com a promoção do seu progresso e dos resultados; 3) elaboração de *Cultural Heritage Management Models* (com planos locais para cada cidade, como acontecera também no HerO); 4) criação de serviços inovadores que promovam o património cultural; 5) gestão das capacidades dos técnicos envolvidos, através cursos de gestão cultural e intercâmbio de técnicos nas diferentes cidades (Ripp, 2013). Por outro lado, este projeto difere na materialização da metodologia e dos objetivos, isto é, enquanto o HerO propôs planos locais para cada cidade, numa abordagem de estratégias, princípios e medidas a concretizar a longo prazo, o projeto HerMan propõe uma ação piloto, uma iniciativa concreta que fomente a gestão sustentável do património cultural para cada cidade, como veremos mais à frente.

Este trabalho fez parte do *Central Europe Programme*, um programa que encoraja a cooperação dos nove países da Europa Central através de projetos em rede (Áustria, República Checa, Alemanha, Hungria, Itália, Polónia, Eslováquia, Eslovénia e Ucrânia) e estimula a inovação, a acessibilidade e o ambiente para promover a competitividade e a atratividade nestes países. Para efeitos de financiamento deste projeto, as cidades do HerMan contaram com o *European Regional Development Fund*.

Numa abordagem que articula a conservação do património com o desenvolvimento do lugar a que ele pertence, e tal como aconteceu com o projeto HerO, o HerMan também resultou em manuais, ferramentas e recomendações internacionais que podem ser adaptados ao território, inicialmente apenas nos países abrangidos pelo projeto mas com a expectativa de poder alargar a todas as cidades da Europa.

De seguida, analisam-se os planos de quatro cidades que participaram no projeto, com o intuito de conhecer o que e como foi a proposta. Importa salientar que as cidades de Lublin e Regensburg são também duas das cidades do projeto anterior, que já vinham a desenvolver políticas de intervenção na cidade.

A cidade de Eger (Hungria) foi a cidade líder desta parceria e é a capital do condado de Heves, considerada um importante centro cultural e económico, com relevantes recursos turísticos, educacionais e religiosos. O município de Eger possuía um plano de desenvolvimento urbano bem fundamentado que enfatizava medidas de conservação dos edifícios antigos, levadas a cabo por entidades nacionais e internacionais de gestão do património cultural. Enquanto cidade líder, a cidade de Eger estabeleceu como principal objetivo para este projeto a criação de uma rede de coordenadores do património cultural, para assegurar a colaboração harmoniosa entre atores locais e empresas, no sentido de se refletir conjuntamente sobre os valores culturais locais, de forma a protegê-los e fortalecê-los através de estratégias a longo prazo, nomeadamente modelos sustentáveis e adaptáveis internacionalmente.

Assim, a intervenção do HerMan concretizou-se através de um projeto intitulado “*The NGOs in the Little Synagogue*”, que criou uma plataforma para organizações locais por forma a transformar o centro da cidade num cenário artístico vibrante e abordar as necessidades da comunidade local, através da conversão da primeira sinagoga judia da cidade (sem uso há muito tempo) num centro cultural. Este projeto (re)aproveitou a presença nesta cidade de artistas, artesãos, escritores, poetas, atores e intelectuais para, através do seu envolvimento na transformação do centro histórico, melhorar a imagem da cidade e estimular relações internacionais: «a presença de intelectuais em Eger é superior à média nacional. Eles não são apenas consumidores de serviços culturais mas também atores da vida pública»⁴³. Os objetivos estabelecidos foram de dois tipos, um respeitante ao governo local, com vista à melhoria da qualidade de vida e da resposta às necessidades dos habitantes, e o outro às associações artísticas e sociais, através da apresentação de obras de

⁴³ «The presence of intellectuals is higher in Eger than the national average. They are not just consumers of cultural services but also performers of public life.» (Ripp, 2014, p. 19)

arte no panorama internacional de artes plásticas e experimentais (Ripp, 2014). No que diz respeito à melhoria da qualidade de vida, este projeto permitiu: 1) envolver ativamente as organizações sem fins lucrativos locais; 2) reforçar o sentido de pertença e identidade local da população; 3) salvaguardar e preservar os valores do ambiente construído; 4) reforçar as tradições e a identidade local, principalmente entre as populações mais jovens; 5) encher o centro da cidade de vida e melhorar a sua imagem; 6) reforçar a presença de arte contemporânea na cidade; 7) fomentar a comunicação e a cooperação entre organizações civis locais. Já para as associações artísticas e sociais, criaram-se relações entre estas associações com redes profissionais, no sentido de investir na formação e na motivação dos artistas.

Fortemente marcada pela arte, pela história e pela cultura, Ravena (Itália) é conhecida pelos famosos mosaicos bizantinos e pelas construções cristãs e bizantinas (Património Mundial da Humanidade). O município de Ravena tem promovido o seu património cultural em colaboração com o Departamento de Turismo e Cultura e coordena o Plano de Gestão da UNESCO em conjunto com a Superintendência do Património Ambiental e Arquitectónico e a Arquidiocese de Ravena. A participação no HerMan representou uma oportunidade para partilhar boas práticas de gestão do sítio classificado através de seminários e atividades de formação. Além disso, a cooperação neste projeto contribuiu para alcançar uma gestão eficiente e economicamente sustentável do sítio classificado (Ripp, 2013), uma vez que a ação piloto do projeto se intitulou “*Talking Ravenna. Your Personal Cultural Heritage Guide*” e teve como principal princípio tornar o património cultural da cidade mais acessível e atrativo tanto para os visitantes como para os habitantes. O projeto consistia em tornar os monumentos “falantes” (“*Talking Monuments*”), através de um sistema de localização por satélite (GPS ou código QR), recriação virtual, jogos e simulações para visitas interativas, numa aplicação especialmente concebida para *smartphones* e *tablets*, que forneciam toda a informação cultural, histórica e turística a um público amplo e diversificado. Esta intervenção abrangeu muitos monumentos e locais importantes do contexto urbano de Ravena (nomeadamente basílicas e monumentos designados Património Mundial pela UNESCO) e locais arqueológicos. Esta aplicação permitia sempre duas vias: uma visita livre por todos os pontos de interesse com suporte GPS e apresentação dos pontos de interesse seleccionados, ou uma visita guiada, com a possibilidade de escolher rotas definidas por técnicos e obter informação pormenorizada sobre os monumentos (descrição textual, galeria de fotos, áudios e vídeos auxiliares, *links* para informação da mesma área e *links* para informação em *sites* oficiais) (Ripp, 2014).

Lublin (Polónia) foi uma das cidades que integrou ambos os projetos, o HerO e o HerMan. Como já se referiu anteriormente, esta cidade tinha já investido no envolvimento da comunidade local na gestão urbana. Isto deve-se ao facto de, à semelhança do que acontece em Ravena, haver uma vida cultural muito intensa na cidade e a interculturalidade despertar esforços para que os habitantes e os artistas dialoguem a respeito das questões da cidade, nomeadamente do património cultural. Esta estratégia enfrentava, contudo, alguns problemas quanto ao envolvimento de todas as partes interessadas na gestão e melhoria do património cultural e foi essa razão que levou à participação no projeto HerMan: a procura de soluções que envolvessem e incluíssem a capacitação das partes interessadas (Ripp, 2013). Para conseguir alcançar esta meta, a cidade de Lublin desenvolveu uma ação piloto que se baseava em identificar métodos eficientes de diálogo e colaboração dos técnicos com as partes interessadas e desenvolver princípios e abordagens para utilização dos espaços públicos nas áreas históricas da cidade. Intitulada “*Training Collaborative Management Methods for Stakeholders*”, a intervenção tinha como principais questões a localização e a adequada colocação de letreiros e publicidade nos espaços públicos da cidade antiga e da zona baixa de Lublin. Assim, os objetivos do projeto HerMan para esta cidade eram: 1) exercitar o método de cooperação com as partes interessadas e outras entidades e em conjunto determinar os princípios de utilização dos espaços públicos; 2) educar e formar as partes interessadas, particularmente os proprietários dos edifícios, numa consciencialização para a proteção e integridade visual e arquitetónica nas zonas históricas da cidade; 3) criar ferramentas de controlo da informação visual nas áreas acima referidas, criadas em conjunto com todas as partes interessadas. Como resultado foi criado um manual de boas práticas de localização e métodos de posicionamento de letreiros e publicidade nas áreas históricas de Lublin, bem como uma metodologia da gestão do património para o departamento de preservação histórica do município (Ripp, 2014).

A quarta e última cidade desta análise ao projeto HerMan é Regensburg (Alemanha), uma cidade que também esteve envolvida no projeto HerO e que, aliás, foi a sua cidade líder. Como já se referiu anteriormente, a morfologia do século XIV permanece intacta na cidade atual, por isso Regensburg exemplifica, de forma única na Europa Central, o testemunho da cidade comercial medieval, com as tradições culturais do Sacro Império Romano. Com a participação no projeto HerMan, e enquanto sede do gabinete de comunicação do projeto, a cidade de Regensburg pôde desenvolver e aperfeiçoar o seu próprio sistema de comunicação e difusão de informação na cidade, apostando mais na sensibilização dos habitantes a respeito do seu património cultural. Para esta cidade foi elaborada a CHMS (*Cultural Heritage Management Strategy*), cujo lema era “*From learning*

to identifying”. Ao contrário da objetividade das propostas anteriores (criação de um centro cultural em Eger, de um guia de apoio à visita dos monumentos em Ravena e de um manual para a colocação e controlo de publicidade em Lublin), em Regensburg a ação piloto consistiu na atualização e melhoria do plano de gestão do sítio classificado, através da compilação das práticas e dos conhecimentos adquiridos nas outras cidades do projeto (Ripp, 2013). Mediante uma maior consciencialização dos cidadãos e visitantes do valor do património, foi possível compreender o modo como se identificam com o património e atuar segundo esta preocupação.

Quais terão sido, na prática, as repercussões desta nova abordagem nas cidades envolvidas nos projetos? Tanto o HerO como o HerMan trabalharam com cidades em rede, numa aprendizagem contínua das exigências do novo paradigma de intervenção: um contexto em que tanto a gestão do património como o crescimento das cidades são importantes e carecem de políticas integradoras e de uma articulação que é cada vez mais imprescindível. Em ambos os projetos, identificaram-se problemas e desafios, elaboraram-se planos e tomaram-se medidas, partindo da consciencialização comum sobre a importância da gestão integrada e do planeamento consciente e regrado. Foi possível conciliar esforços e interesses de várias partes (governos locais, entidades privadas e os próprios habitantes das cidades), numa visão estratégica e integrada do valor do património cultural para o desenvolvimento sustentável das cidades.

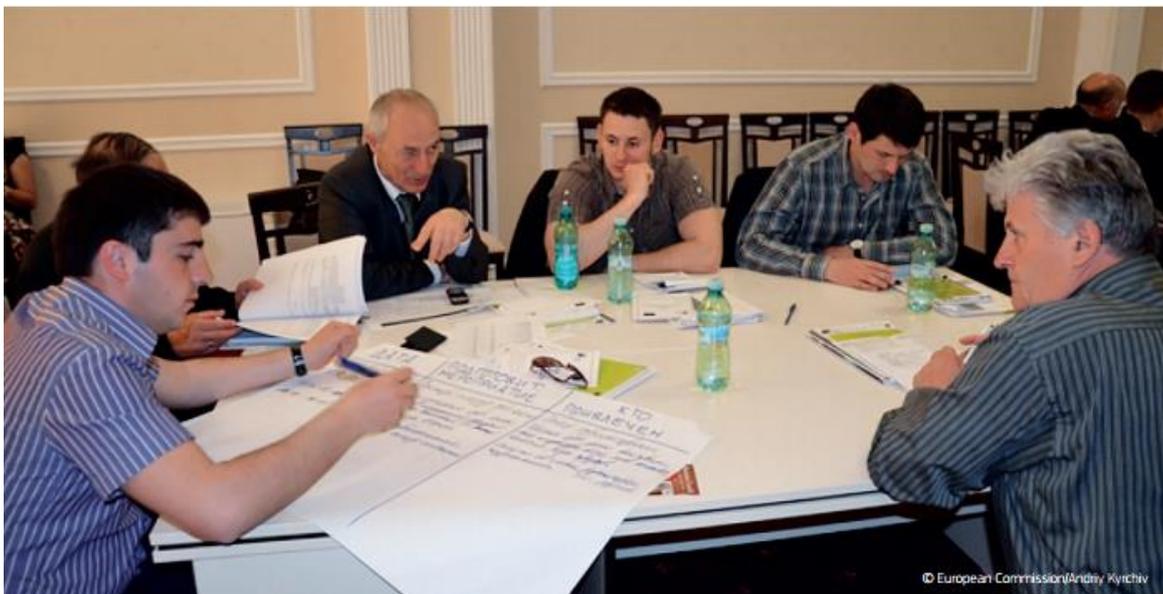
É conveniente aceitar e compreender que a adoção desta perspetiva depende (e muito) de medidas a longo prazo. Não basta a recuperação de um determinado edifício ou a requalificação pontual de um espaço público; não basta retirar os carros do centro histórico e esperar pelas consequências. Se é verdade que a regeneração urbana e o desenvolvimento sustentável das cidades acontece muitas vezes pelo processo de ação/reação, também é verdade que há processos muito mais morosos e complexos que muitas vezes falham senão houver um interesse e um investimento mais comprometidos.

Estes dois projetos demonstram precisamente que é possível e extremamente proveitoso investir numa estratégia de gestão que se baseie na articulação entre a conservação do património cultural e o desenvolvimento das cidades. Confirma-se a mais-valia do trabalho em rede que ambos os projetos promovem, pela possibilidade de partilha de experiências e conhecimentos e pela definição de uma metodologia que resulta de todo este processo e que depois pode ser aplicada noutros contextos.

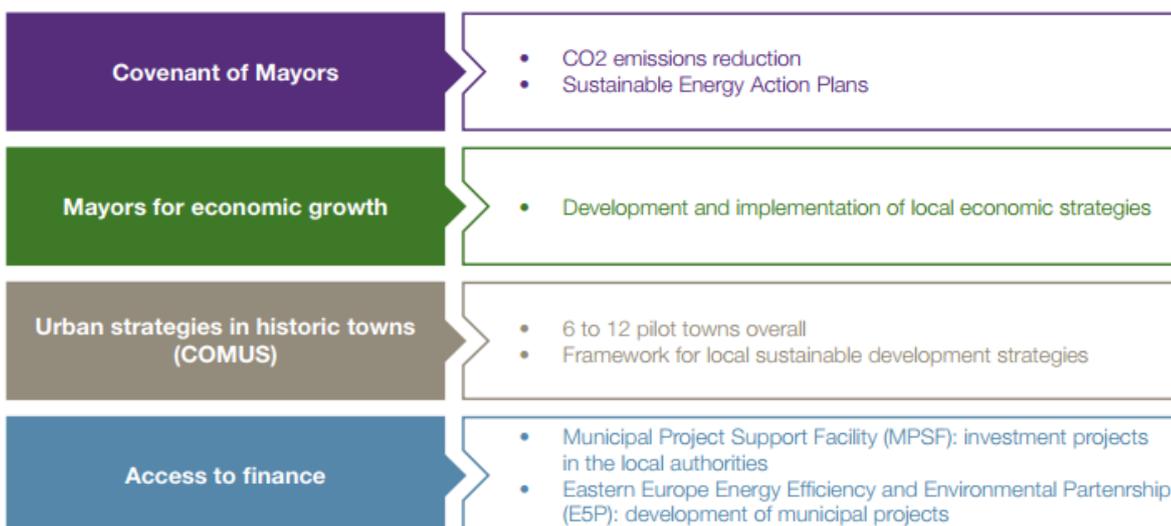
Assim, a participação das diferentes cidades nestes projetos, bem como noutras experiências que envolvam este novo entendimento integrado e participado, permite iniciar

um caminho na direção da sustentabilidade que a HUL almeja, uma sustentabilidade que pressupõe uma gestão baseada na negociação e na participação de todos os atores da cidade, bem como uma gestão de oportunidades que tem em conta a evolução e o crescimento, a mudança e a transformação da dinâmica urbana.

Nesse sentido, urge uma mentalidade orientada para a ação, em que os instrumentos de gestão sejam dinâmicos e estratégicos – muito diferentes dos instrumentos impositivos do planeamento tradicional. Se a abordagem de base tiver este carácter e pragmatismo, o que importa é a metodologia e os critérios de intervenção, mais do que a proposta em si (que como se verifica varia de cidade para cidade) e a implementação das medidas (com resultados mais ou menos imediatos numa primeira instância), porque é o compromisso a longo prazo que permite que se percorra um caminho frutífero e conciliador do património e da cidade enquanto espelho da contemporaneidade.



© European Commission/Andriy Kyrychiv



54. Reunião da Comissão Europeia, em Maio de 2014

55. Diagrama do projeto de desenvolvimento sustentável a nível municipal proposto pelo COMUS

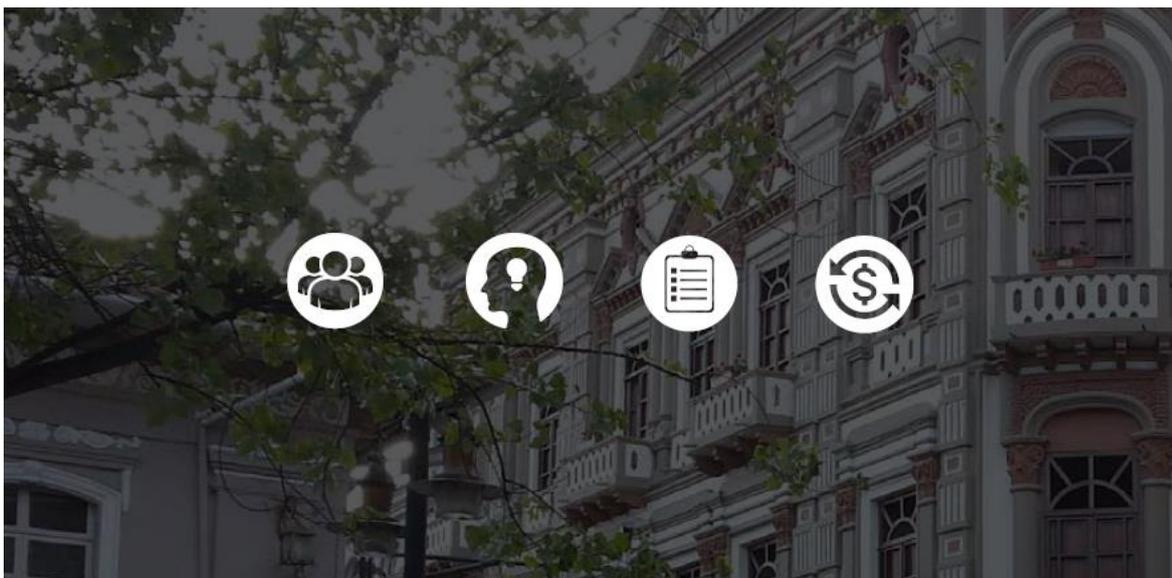
3.2. Um (último) olhar sobre a HUL na Europa

The more you share, the more you can learn from each other's work and improve your own. (GO-GUL)

Por toda a Europa têm sido feitas experiências, têm-se desenvolvido projetos e tem-se trabalhado para a integração da HUL no planeamento e gestão das cidades. Na Europa Central há um projeto a decorrer desde Janeiro de 2015 e com término em Junho deste ano em nove cidades da: Arménia, Bielorrússia, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia. Também liderado por Matthias Ripp, o projeto COMUS (“Community-Led Urban Strategies in Historic Towns”) resulta da parceria do Conselho da Europa e da União Europeia e procura: a) aumentar a importância do património como primeiro (e principal) recurso disponível nas cidades históricas, através da identificação e interpretação das características distintivas das cidades; b) promover uma abordagem integrada através da criação de sinergias entre todos os níveis das autoridades envolvidas, a fim de combinar as suas capacidades na implementação de projetos urbanos comuns baseados no património; c) gerir restrições e pressões urbanas, através da mobilização de meios disponíveis para prioridades identificadas; d) introduzir o debate público e a participação direta dos habitantes nos processos de tomada de decisão, em conjunto com os técnicos; e) aproveitar da melhor forma o tecido urbano existente, com a adaptação e “reciclagem” de edifícios antigos, para promover um novo tipo de modernidade. Este projeto funciona muito à semelhança do HerO, com a elaboração de um plano local para cada cidade designado TRP (*Town Reference Plan*). Contudo, a fase operacional do COMUS é bipartida: existe a determinação de medidas estratégicas de planeamento e a implementação de projetos. Ambos os projetos visam a salvaguarda do património cultural e o desenvolvimento sustentável das áreas urbanas históricas, no entanto, enquanto o ICHMP do projeto HerO está direcionado para a cidade e para a proteção do seu WHS⁴⁴, o TRP do projeto COMUS é mais direcionado para a revitalização de pequenas e médias cidades e seus arredores, em países onde os sistemas de gestão ainda não estão completamente estabelecidos. A metodologia extensa e detalhada de diagnóstico e inspeção permite afirmar que o TRP terá mais potencial e eficiência que o ICHMP, uma vez que só é possível abordar conceitos de “conservação integrada” num contexto com menos *know how*, se os instrumentos de

⁴⁴ O projeto desenvolve-se em países da União Europeia precisamente porque é onde existe uma maior quantidade de sítios classificados. Por esta razão, a capacidade institucional é mais forte e há uma maior predisposição para complementar as medidas de conservação e planeamento que já existem na cidade e que geralmente são bem desenvolvidas e coordenadas.

Development of the HUL Concept



56. Esquema de evolução e aplicação do conceito da HUL, apresentada no *HUL Guidebook*

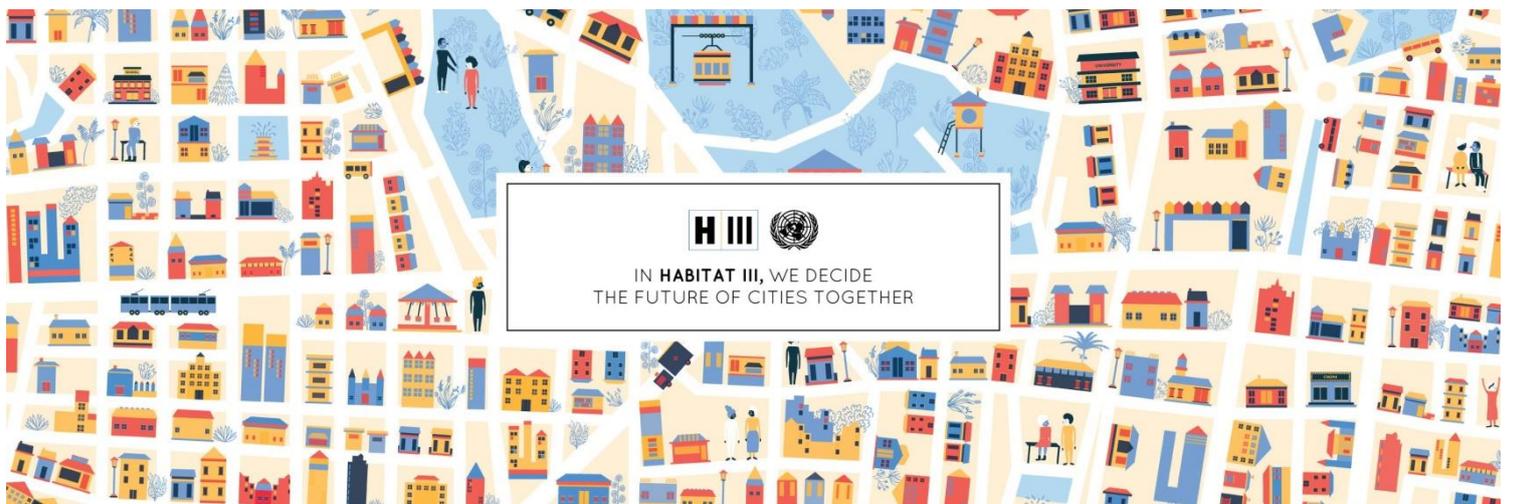
57. O “kit de ferramentas da HUL” inclui ferramentas para o envolvimento da comunidade, ferramentas de conhecimento e planeamento, sistemas reguladores e ferramentas financeiras.

planeamento e gestão forem explícitos e adotáveis por qualquer tipo de instituição, seja ela de que nível for (Labadi & Logan, 2015).

Todavia, se há projetos e experiências devidamente documentados e publicados que podem ser estudados e tidos como modelo, estes representam apenas uma parte do que está a ser feito por todo o mundo. De facto, a recomendação da UNESCO nunca foi decretada “obrigatória” e, conseqüentemente, tem tido uma importância lateral e a sua integração no planeamento das cidades de cada país tem estado completamente dependente dos órgãos de gestão de cada cidade.

Este livre arbítrio e a dispersão decorrente de toda esta realidade manifestam-se numa falta de controlo e de conhecimento das experiências a decorrer, o que motivou a criação, em 2015, da GO-HUL (*Global Observatory on the Historic Urban Landscape*), para maximizar recursos e compilar os vários desafios e problemas que têm sido encontrados em contextos de cidades dinâmicas ou em desenvolvimento. Numa perspetiva conciliadora e convergente, a GO-HUL acredita que a tecnologia hoje permite que as cidades partilhem experiências e, em conjunto, criem soluções para aumentar a eficiência dos recursos (práticas, métodos e ferramentas). O “Observatório da HUL” propõe-se a fazer relatórios periódicos e inspeções, em que compara cidades, regiões e países de todo o mundo partindo da Recomendação aprovada em 2011 e enquadrando-a na evolução das políticas, teorias, práticas e resultados nas cidades – ou, dito de outra forma, as repercussões nas cidades – para melhor conhecer, compreender e avaliar o impacto que efetivamente a HUL teve (e tem tido) no planeamento e desenvolvimento das cidades.

É também neste contexto que surge o *HUL Guidebook: Managing heritage in dynamic and constantly changing urban environments* (Guia Prático para a Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica), numa tentativa de criar uma metodologia que facilite a aplicação da abordagem da HUL e o processo de gestão e planeamento do desenvolvimento urbano e da valorização do património. Esta metodologia assenta no aumento do conhecimento e da capacidade de construção, na consciencialização, compreensão e apreço dos cidadãos pela necessidade de preservar o património cultural e natural, de integrar a função do sítio classificado na vida das comunidades e da sua vivência urbana e ainda no aumento da participação das populações locais e nacionais na proteção do património. Com efeito, recorre-se a uma série de mecanismos para alcançar estes objetivos, nomeadamente estratégias de formação e cooperação regionais e nacionais, investigação e assistência internacional que permita tanto uma formação técnica e construtiva, como uma formação pedagógica das comunidades. O livro elege como público-alvo as autoridades locais,



58. Premissa da Nova Agenda Urbana Mundial
59. Domínios temáticos da abordagem

funcionários do governo, profissionais que operam na área da preservação urbana ou do desenvolvimento urbano, investigadores, consultores e profissionais do ensino, mas sublinha a necessidade de todas as pessoas o conhecerem, bem como a abordagem que ele propõe. Numa realidade em que as cidades são cada vez mais competitivas no que diz respeito à economia, à tecnologia e a modelos de desenvolvimento urbano sustentável, a cultura e o património são recursos que as distinguirão sempre umas das outras e é por essa razão que devem ser preservados (UNESCO, 2016).

*Os valores de uma sociedade e a forma como são expressos constituem a sua cultura. Os recursos culturais são a característica distintiva das nossas cidades.*⁴⁵
(UNESCO, 2016)

É também nesta perspetiva de “*we decide the future of cities together*” que surge a Nova Agenda Urbana Mundial (*Habitat III*), com foco em aspetos como demografia urbana, ordenamento do território e planeamento urbano, ambiente e urbanização, governança urbana e legislação, economia urbana, habitação e infraestruturas básicas (ONU, 2016). Num tempo em que a ONU se preocupa em definir respostas e lança os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável para 2030, a Nova Agenda Urbana Mundial surge como tradução destes objetivos para a cidade, no sentido de clarificar a forma como as cidades entram neste processo para alcançar estes objetivos e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável. Reforçando o entendimento exposto na HUL, os valores naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, internacionais e locais presentes numa cidade devem ser o ponto de partida para a gestão, o planeamento e o desenvolvimento das cidades. Ao invés do que aconteceu com a Recomendação da HUL, o *Habitat III* impõe-se de modo diferente na gestão das cidades, uma vez que implica um compromisso assumido, um protocolo assinado por parte dos países, enquanto parte integrante desta nova abordagem, enquanto elementos concordantes com esta mentalidade e conscientes do maior impacte que ela trará para a sustentabilidade das cidades.

A questão que impera, depois de todas estas experiências, é *Virá a funcionar? Virá a mudar alguma coisa?* ou, se quisermos, *O que mudou?*.

De facto, a abordagem da *paisagem urbana histórica*, primeiro sem esta denominação (Memorando de Belvedere) e depois com a Recomendação da UNESCO, veio propor a revalorização da cidade como património, através de linhas de orientação e conceitos

⁴⁵ Para responder à questão *How can culture and heritage help cities in na era of globalization?*, a UNESCO afirma, no *HUL Guidebook*: «A society's values and the way they are expressed are their culture. Cultural resources are the distinguishing feature of our cities.» (UNESCO, 2016)

importantes para a gestão e a intervenção na cidade contemporânea – designada anteriormente por “cidade da nova era”. Num entendimento holístico e integrado, a cidade passa a ser reconhecida pelo seu cariz ativo e dinâmico, que está continuamente a evoluir e a transformar-se, mas também pela sua riqueza enquanto património e identidade que vai perecendo, tanto por causa do crescimento desmedido e desregulado dos sistemas modernos, como (e sobretudo) pela visão cristalizadora do “património engessado” que ainda permanece e que não consente a ideia de “património em desenvolvimento”. Neste sentido, os projetos e experiências adjacentes, antes e depois do ano de publicação da Recomendação sobre a HUL, possibilitam um processo aberto de experimentação que prevê imprevisibilidade e negociação, demonstrando um dinamismo extraordinário no planeamento das cidades e nas suas políticas urbanas.

Este dinamismo também se verifica ao nível do conhecimento científico – e é, aliás, este dinamismo que estimula tudo o resto – pela vontade incessante de compreender e avaliar este processo de experimentação e retirar daí os melhores exemplos de critérios e princípios de intervenção de acordo com o novo paradigma. Prova disso mesmo é o projeto de investigação em curso que Ana Roders⁴⁶ e Francesco Bandarin⁴⁷ estão a desenvolver para a publicação de um livro intitulado *HUL: 1 recommendation, 5 years, 25 cities, 100 lessons* ainda no decorrer deste ano de 2017.

Importa perceber o balanço de todo este processo de desenvolvimento de estratégias e medidas urbanas e o seu impacte real na vida quotidiana das cidades por todo o mundo. Da mesma forma, Gregory Scruggs acaba de publicar um artigo intitulado “*Six months after Habitat III, is the New Urban Agenda gaining political traction?*” (Abril de 2017), em que se questiona acerca da resistência à mudança.

⁴⁶ Ana Pereira Roders é professora assistente de *Cultural Heritage in Sustainable Transformation* no *Department of the Built Environment* da Universidade de Tecnologia de Eindhoven. A sua investigação científica está muito relacionada com as paisagens urbanas históricas e o papel do património cultural na transformação sustentável, com interesse particular em inspeções e avaliações dos impactes reais nas cidades e nos processos de tomada de decisão. É coeditora do *Journal Cultural Heritage Management Sustainable Development*, é membro de organismos como ICOMOS, IAIA e CIB e é uma das fundadoras da rede de investigadores que promovem e desenvolvem a Recomendação da UNESCO sobre a HUL.

⁴⁷ Francesco Bandarin é o atual Subdiretor Geral da UNESCO para a Cultura (desde 2010) e foi anteriormente Diretor do *World Heritage Centre* da UNESCO (2000-2010). É especialista em arquitetura e planeamento urbano, tendo trabalhado em instituições públicas e privadas ligadas ao património construído, à conservação do património cultural, ao património ambiental e a eventos culturais, bem como a desenho arquitetónico e urbano em países em desenvolvimento.

O correspondente americano das Nações Unidas para a *Citiscopes*⁴⁸ pretende averiguar a trajetória e o alcance que o documento já teve, dada a sua importância e proximidade com dois dos documentos mais importantes e mais atuais sobre estes assuntos: os (17) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas.

Percebe-se a importância que a investigação teórica tem para este tipo de questões fraturantes, como é o desenvolvimento sustentável e integrado, mas de nada vale uma investigação profunda e fundamentada se não se transpuserem as medidas e os princípios teorizados para a complexidade e a multidimensionalidade da gestão das cidades, na prática. Citando Fortuna e Leite a este respeito: «sabe-se como são complexas as repercussões da acentuada urbanização contemporânea, do mesmo modo que se receia a sua futura evolução. As cidades de hoje esbanjam problemas de todos os tipos. Não falta com que nos deixemos de preocupar» (Fortuna & Leite, 2009, p. 7), mas mais do que a preocupação urge ultrapassar o pessimismo e o romantismo e propor estratégias de planeamento e gestão proativas.

Assim, e porque o caminho de que se falava no subcapítulo anterior – o caminho para a sustentabilidade que pressupõe uma gestão baseada na negociação e na participação de todos os atores da cidade (apresentada na HUL) – só se consegue percorrer com uma mentalidade dinâmica e transformadora, é preciso ter consciência destes “problemas de todos os tipos” e encará-los com determinação, tendo presente a importância do património como construção de uma identidade, mas sobretudo como parte integrante e ativa do desenvolvimento sustentável das cidades. A cidade e o património não são mais dois pólos dissociados (e às vezes até opostos) na gestão e planeamento das cidades. A sua articulação é imprescindível para o bom funcionamento das estruturas urbanas.

⁴⁸ A *Citiscopes* é um jornal virtual que pretende divulgar soluções e práticas inovadoras perante a rápida urbanização que se verifica atualmente no mundo e os desafios com que as cidades têm de lidar, nomeadamente no que diz respeito à mudança climática, à pobreza, ao congestionamento (tráfego) e à qualidade ambiental. A intenção é colmatar falhas na transmissão de informações, isto porque os *media* apenas se focam em questões relacionadas com política, decisões do governo, personalidades e desastres. Geralmente há uma falha na cobertura de questões da construção e do planeamento, por isso a *Citiscopes* procura ser um canal de experimentação para técnicos, administradores e qualquer pessoa ligada aos processos de tomada de decisão nas cidades. Usando narrativas fortes que o credibilizam, este jornal chama o leitor à atenção para as questões do desenvolvimento sustentável das cidades: «*Global goals. Local solutions.*» (cf. <http://citiscopes.org>, consultado a 30/06/2017)

Se o património for gerido como uma oportunidade de desenvolvimento económico, social e cultural, como fizeram os projetos analisados, a cidade (também ela património) é valorizada não só pelo seu casco antigo, mas também pela sua vivência urbana contemporânea, num processo em que o turismo e as indústrias criativas têm um papel fundamental e a participação, a capacitação das populações, a investigação e a divulgação do conhecimento promovem a valorização do património e a compreensão dos seus valores.

CONCLUSÃO

Entende-se que a conclusão de uma dissertação ou de qualquer outro documento de investigação deve conter a resposta à pergunta que deu o mote e motivou todo o processo. Ora, neste caso houve duas perguntas que lançaram o trabalho: ***de que forma se gere hoje a cidade enquanto património?*** e ***como se articula esta gestão com o desenvolvimento sustentável?***

Iniciou-se o processo de investigação por perceber o que é, de facto, o património e a razão pela qual é importante considerá-lo no desenvolvimento da cidade. Na verdade, o património não é apenas relevante pela herança tangível que representa para uma sociedade, mas sobretudo pelo carácter intangível da história e da cultura que começaram muito antes do tempo presente e às quais muitas vezes associamos apenas os monumentos e as peças de arte. Enquanto recetores de uma herança que nos é transmitida pela memória e pelas tradições socioculturais, somos responsáveis pela preservação e continuidade deste património. Fala-se aqui de continuidade porque o património está vivo (Terán, 2009) e só com esta consciência é que é possível geri-lo e integrá-lo no desenvolvimento das cidades.

Se o património é identidade e é um produto da sociedade (que se regenera e, por isso, o património está em constante mutação), podemos afirmar que a própria cidade é património, porque também ela é identidade e produto da sociedade. Na sua construção, a cidade tem uma estrutura dependente do contexto e da localização, uma autenticidade durável e genética (Rossa, 2015b). Se quisermos, a estrutura representa o ADN da cidade, aquilo que mais distingue e caracteriza um espaço urbano. A paisagem urbana é precisamente o registo deste ADN, não do espaço físico, mas também da dimensão social, configurada por quaisquer manifestações ou marcas do Homem sobre o território, sociais ou culturais, que constituem os genes desse território, testemunhos da convivência e do intercâmbio cultural (González-Varas, 2008). Se a cidade é património e se transforma continuamente através da construção e transformação físicas e da respetiva ocupação e vivência de pessoas, usos e funções, então a sua gestão e planeamento devem prever intervenções conscientes de que interferimos num processo que já começou muito antes de nós e que continuará a desenvolver-se muito depois da nossa presença – sempre mantendo os valores intrínsecos à cidade que, perdendo-se, comprometem a sua autenticidade.

Esta mudança entende que o património está vivo e que a cidade é património, recusando a perspetiva da conservação pura e da cristalização/musealização dos cascos históricos das cidades, porque só desta forma é possível gerar novas formas de cidade e

respeitar a sua evolução natural, assegurando o carácter e os valores do património que herdámos e que temos a responsabilidade de passar às gerações futuras. Assim, a sustentabilidade do planeamento e das intervenções urbanas está inevitavelmente dependente da dinamização e revitalização do tecido existente, do património intangível, da diversidade cultural, dos fatores socioeconómicos e ambientais e dos valores da comunidade de cada contexto local – as políticas urbanas e os instrumentos urbanísticos de gestão devem revelar que existe a consciência e o reconhecimento do valor da cidade enquanto património e do peso do seu desenvolvimento ao longo do tempo, para assim caminharem para uma abordagem de reabilitação integrada.

Para além do património, o novo paradigma da cidade é também muito marcado pelo turismo e pela era do neoliberalismo (Bismark, 2016). Numa nova lógica de coexistência no espaço urbano (habitante/turista), o turismo tende a apoderar-se do património de uma forma consumista e destrutiva, porque explora-o e comercializa-o precisamente como “peça de arte exposta num museu”. Senão vejamos o exemplo de Veneza, que personifica um dos maiores perigos que as cidades enfrentam hoje em dia com o turismo em massa e o consumo patrimonial levados de tal forma ao extremo que as cidades se transformam em completos parques temáticos. A exploração do mercado associada ao turismo está a afastar dos centros históricos as populações e estes transformam-se, aos poucos, em “condomínios” de turistas - caminha-se para uma perda acentuada de autenticidade e de integridade da cidade enquanto património. O turismo deve ser visto como uma atividade intrínseca às cidades atuais, devendo ser gerido e integrado na sua estratégia de planeamento. É necessário criar mecanismos que o tenham em consideração nas dinâmicas da cidade, para que este não seja um objetivo da intervenção, mas sim uma consequência e uma mais-valia de determinada atuação na cidade. O turismo não pode ser um fim, mas sim um meio para o bom funcionamento da gestão da cidade.

A transformação do entendimento das cidades e do seu planeamento é veiculada pela abordagem da HUL, porque assume que os perigos e desafios a que as cidades hoje têm de dar resposta estão intimamente ligados com os novos pressupostos da “cidade turística”. É fundamentalmente para combater esta realidade e (re)valorizar o potencial do património que a UNESCO define uma série de princípios de intervenção e lança alguns conceitos importantes para o entendimento da cidade da nova era.

Assim, a chave para a gestão da cidade neste novo paradigma é o reconhecimento de que a cidade não é um monumento estático ou um grupo de edifícios, mas está sujeita a forças dinâmicas nas esferas económica, social e cultural que a moldaram e continuam a moldar. A

cidade é, por isso, uma continuidade no tempo e no espaço, na qual inúmeras pessoas deixaram a sua marca e muitas outras continuam a fazê-lo hoje em dia. Nesta lógica, o paradigma da reabilitação urbana integrada que a HUL tem incitado desde 2011 é o maior modelo de integração da gestão do património no desenvolvimento sustentável das cidades, sustentável não só porque os recursos (físicos) escasseiam, mas porque o património consiste nas pessoas e no tecido existente, que só envolvido e abrangido pelas estratégias de planeamento urbano é que favorece um desenvolvimento sustentável das cidades.

De que forma se gere hoje a cidade enquanto património?

A resposta a esta pergunta passa pela inclusão da gestão património e das questões/problemas/desafios do desenvolvimento das cidades no novo paradigma de intervenção, com novas políticas e novas medidas adaptadas e coerentes com a realidade a que devem dar resposta. A HUL é um exemplo desta abordagem, porque considera a cidade em todas as suas dimensões e a “paisagem urbana” como algo dinâmico e em constante desenvolvimento. Assim, cidade e património não são mais elementos independentes e dissociados, mas sim complementos simbióticos de uma linguagem que começa necessariamente a emergir no discurso da sustentabilidade e da conservação dos recursos mais importantes para a dinâmica urbana⁴⁹.

Como se articula esta gestão com o desenvolvimento sustentável?

Num jogo entre salvaguarda/proteção e planeamento/criação em que se pretende enaltecer a identidade e o espírito dos lugares, as experiências que integram a HUL demonstraram que é possível atuar ao nível dos governos locais, das entidades privadas e dos próprios habitantes das cidades, para que haja uma sensibilização e uma preocupação comum para com a gestão do património no desenvolvimento da cidade. Através das ferramentas propostas pela abordagem da HUL do envolvimento cívico e do conhecimento e planeamento da cidade, de sistemas reguladores e de instrumentos financeiros, é possível criar novos métodos de gestão da cidade e do património. As repercussões destas experiências nas cidades têm despoletado uma perspetiva sustentável e sustentada do desenvolvimento integrado, tornando possível a concretização deste novo entendimento da cidade e do novo paradigma de intervenção.

⁴⁹ Apesar da sua mais-valia, a resposta a esta pergunta não corresponde à maioria das cidades que conhecemos. No entanto, esta constatação vem legitimar a pertinência da investigação, uma vez que prova que, ainda que não sejam uma maioria, existem cidades a alterar a sua forma de gerir o planeamento e desenvolvimento articulando cidade e património.

Apesar de o processo de ação/reação na regeneração urbana (com projetos de resultados imediatos na dinâmica urbana) nem sempre ter uma relação direta e causal para com os problemas sociais identificados – isto é, nem sempre a requalificação de um determinado espaço público, por exemplo, melhora ou resolve diretamente os problemas de exclusão social – o desenvolvimento de uma mentalidade integradora baseada na abordagem pragmática e consciente de compromisso a longo prazo permite a intervenção e manutenção dos espaços da cidade através de processos mais morosos e complexos do que os projetos de reabilitação e requalificação mais consistentes e duráveis. Ora, uma perspetiva desta natureza deve ter como principal e primordial objetivo a revitalização da cidade no seu todo, sabendo que a sua autenticidade e integridade não está só no casco histórico, mas em todo o território que é palco de trocas e vivências socioculturais ao longo dos tempos.

A cidade como património está em constante mutação e, se é composta por múltiplos *layers* desenvolvidos ao longo do tempo, isto significa que *layers* novos estão a ser e sempre serão adicionados, por isso a preservação do património nunca mais poderá ser contrária ao desenvolvimento (Veldpaus, Roders, & Colenbrander, 2013). Poderá, por vezes, parecer que que cada vez há menos controlo sobre esta transformação e que os instrumentos de planeamento são cada vez mais “vagos” porque definem objetivos e medidas a longo prazo (senão vejamos e comparemos com os planos de pormenor ou de salvaguarda, que impunham uma rigidez e um rigor que dificilmente tinham em conta todas as variáveis do sistema), mas a verdade é que a gestão dinâmica e o planeamento estratégico não precisam de soluções imediatas e impositivas, uma vez que assentam não apenas na ação mas também na contínua reavaliação do que é proposto e (re)propõe de acordo com a própria dinâmica urbana.

As novas estratégias desta abordagem integrada constituem, por isso, um planeamento cíclico, não estático, que acompanha a evolução e transformação das cidades e atua nesta perspetiva de continuidade, onde o próprio conhecimento já faz parte do planeamento. Numa solução de definição de objetivos a médio e longo prazo, as estratégias integradas e fundamentadas para o desenvolvimento sustentável da cidade estabelecem como prioridade o acompanhamento e controlo das medidas propostas num sistema de ação-reação, equilibrando e combinando o papel das autoridades e organismos de gestão e planeamento com a responsabilidade dos cidadãos e fruidores do espaço urbano.

Enquanto *espelho*⁵⁰, o património e a cidade permitem que identifiquemos vários tempos, várias histórias, várias gerações. Se tivermos presente a facilidade com que a realidade contemporânea vai construindo um culto do património e lutando contra a transformabilidade e a capacidade de evolução que tanto a cidade como o próprio património têm, conseguimos combater a dissociação e desarticulação e promover a conciliação destes dois conceitos, numa leitura integrada de contemporaneidade. Uma mentalidade que integre esta leitura e se disponha a gerir o que liga as várias gerações, numa linha de continuidade que não separa tempos nem histórias, mas (re)conhece-os e respeita-os para criar um novo tempo e uma nova história, preserva a autenticidade e a integridade desta herança que foi sendo enriquecida com o passar dos tempos.

Enquanto espelho de contemporaneidade, o património e a cidade são, no reflexo do tempo presente, o resultado não só de uma história com pequenas estórias, mas de uma identidade dinâmica e aberta que está na base do desenvolvimento da cidade. Este desenvolvimento só é, pois, sustentável se assumir o património como uma oportunidade e integrar a sua gestão com a consciência da evolução e do dinamismo que o próprio conceito de património alberga. Quando transmitirmos a nossa herança às gerações futuras, ela será não só constituída pelo que herdámos dos nossos transmissores, como também pela marca que deixámos na história que continua a ser escrita, geração a geração.

⁵⁰ Choay fala do perigo do «espelho do património» enquanto «comportamento narcísico» (Choay, 1999), porque a tendência é cada vez mais construir uma imagem da identidade humana, por via da acumulação de todas as conquistas e vestígios desse mesmo passar da história, para que se “salve” uma cultura que aparentemente se está a perder. Ora, «esta necessidade imperiosa de uma imagem de si forte e consciente pode ser interpretada como um refúgio das sociedades contemporâneas face a transformações de que não dominam nem a profundidade, nem a aceleração e que parecem pôr em causa a sua própria identidade» (Choay, 1999, p. 212).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- Arantes, A. (2009). “Património Cultural e Cidade”, in Fortuna, C.; Leite, R. P. (orgs.) (2009). *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina
- Bandarin, F. (1979). “The Bologna Experience: Planning and Historic Renovation in a Communist City”, in Appleyard, D. (1979). *The Conservation of European Cities*. Cambridge: MIT Press
- Bandarin, F. & Oers, R. (2015). *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*. New Jersey: John Wiley & Sons
- Bergson, H. (1999). *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes (2ª edição)
- Choay, F. (1999). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70
- Choay, F. (2005). *Património e Mundialização*. Évora: Casa do Sul: Centro de História de Arte da Universidade de Évora
- Choay, F. (2009). *As Questões do Património: antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70
- Connerton, P. (1993). *Como as Sociedades Recordam: O Passado no Presente*. Lisboa: Celta Editora
- Cuppini, G. (2005). “Bologna. Universidade e Território”, in Grande, N. & Lobo, R. (2005). *Cidade e Sofia. Cidades Universitárias em Debate. Actas do Seminário Internacional pela Coimbra 2003: Capital Nacional da Cultura*. Coimbra: e|d|arq – Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 127-133
- Domingues, A. (2006). *Cidade e democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum
- Fortuna, C. & Leite, R. P. (orgs.) (2009). *Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Coimbra: Edições Almedina
- González-Varas, I. (2008). *Conservacion de bienes culturales: teoría, historia, principios e normas*. Manuales de Arte Cátedra. Madrid: Ediciones Cátedra (6ª edição)
- Gotman, A. (1990). “Le present de l’héritage”, in Jeudy, H. P. (1990). *Patrimoines en Folie*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme
- Jeudy, H. P. (1990). *Patrimoines en Folie*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l’homme
- Jorge, J. D. (2003). “A Matéria do Património”, in Ramos, M. J. (coord.) (2003). *A matéria do património: memórias e identidades*. Lisboa: Edições Colibri

- Labadi, S. & Logan, W. (2015). *Urban Heritage, Development and Sustainability: Frameworks, National and Local Governance*. Abingdon: Routledge
- Lopes, F. & Correia, M. B. (2014). *Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte
- Pinto, F. (2003). “Ler o Património”, in Ramos, M. J. (coord.) (2003). *A matéria do património: memórias e identidades*. Lisboa: Edições Colibri
- Portas, N. (1981). “Velhos Centros Vida Nova”, in Bandeira, P. (2005). *Nuno Portas – Os Tempos das Formas*. Volume I. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, pp. 155-170
- Portas, N. (1982). “Nova Política Urbana + 10 Mandamentos do Urbanismo Municipal”, in Bandeira, P. (2005). *Nuno Portas – Os Tempos das Formas*. Volume I. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, pp. 203-226
- Portas, N. (1983). *Conservar renovando ou recuperar revitalizando*. Programa “Coimbra antiga e a vivificação dos centros históricos”. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro
- Portas, N. (1987). “Conceitos de Desenvolvimento Urbano”, in Bandeira, P. (2005). *Nuno Portas – Os Tempos das Formas*. Volume I. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, pp. 105-119
- Portas, N. (1988). “Sobre Alguns Problemas da Descentralização”, in Bandeira, P. (2005). *Nuno Portas – Os Tempos das Formas*. Volume I. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, pp. 227-246
- Portas, N. (1996). “Art Déco e suas Cidades”, in Bandeira, P. (2005). *Nuno Portas – Os Tempos das Formas*. Volume I. Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, pp. 85-93
- Portas, N. (2005). “Bologna. Comentário de Nuno Portas”, in Grande, N. & Lobo, R. (2005). *Cidade e Sofia. Cidades Universitárias em Debate. Actas do Seminário Internacional pela Coimbra 2003: Capital Nacional da Cultura*. Coimbra: e|d|arq – Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 142-145
- Portas, N., Domingues, A., & Cabral, J. (coord.) (2014). *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Ramos, M. J. (coord.) (2003). *A matéria do património: memórias e identidades*. Lisboa: Edições Colibri
- Ribeiro, A. S. (2015). “Memória”, in Rossa, W. & Ribeiro, M. C. (2015). *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 81-94

- Ripp, M. (coord.) (2011). *HerO – Heritage as Opportunity: ‘The Road to Success’. Integrated Management of Historic Towns. Guidebook*. Regensburg: Rotaplan
- Ripp, M. (coord.) (2013). *Moving from Conservation to Management: Introducing the HerMan Project*. Regensburg: Municipality of Regensburg
- Ripp, M. (coord.) (2014). *Moving from Conservation to Management: The HerMan Project Outputs and Results*. Regensburg: Municipality of Regensburg
- Rossa, W. (2015a). *Fomos condenados à cidade.: uma década de estudos dedicados à urbanística*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- Rossa, W. (2015b). “Urbanismo ou o discurso da cidade”, in Rossa, W. & Ribeiro, M. C. (2015). *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 477-519
- Terán, F. (2009). *El Passado Activo: del uso interesado de la historia para el entendimiento y la construcción de la ciudad*. Madrid: Ediciones Akal
- URBACT (2010a). *HerO – Heritage as Opportunity: Local Action Plan of City of Lublin*. Lublin: City Council of Lublin
- URBACT (2010b). *HerO – Heritage as Opportunity: Local Action Plan of City of Sighisoara*. Sighisoara: City Council of Sighisoara
- URBACT (2011a). *HerO – Heritage as Opportunity: Local Action Plan of City of Vilnius*. Vilnius: City Council of Vilnius
- URBACT (2011b). *HerO – Heritage as Opportunity: Local Action Plan of City of Poitiers*. Poitiers: City Council of Poitiers
- URBACT (2011c). *HerO – Heritage as Opportunity: Local Action Plan of City of Naples*. Naples: City Council of Naples
- URBACT (2011d). *HerO – Heritage as Opportunity: Local Action Plan of City of Liverpool*. Liverpool: City Council of Liverpool
- URBACT (2011e). *HerO – Heritage as Opportunity: Local Action Plan of City of Regensburg*. Regensburg: City Council of Regensburg
- Vecchi, R. (2015). “Identidade, Herança, Pertença”, in Rossa, W. & Ribeiro, M. C. (2015). *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 65-80

Dissertações e Provas Finais

- Carneiro, A. (2004). *O património reencontrado - Centro Histórico de Guimarães, Património da Humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania*. Dissertação de

Mestrado em Antropologia orientada pelo Professor Doutor Jean-Yves Durand e apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Gonçalves, A. (2011). *Património Urban(ístic)o e Planeamento da Salvaguarda: os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimonialização da cidade na sua (re)feitura*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura orientada pelo Professor Doutor Walter Rossa e apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Artigos e Publicações

- Aguiar, J. (2014). “Reabilitação ou fraude?”, in *Revista Património*. Nº 2, pp. 56-69
- Bismark, P. L. (2016). “Treze (Tristes) Teses sobre o Turismo”, in *Revista Punkto*. Disponível em http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html e consultada em 06/06/2017
- Landorf, C. (2011). “A sustainable future for the past: managing historic industrial and urban environments”, no âmbito da *SB11 - World Sustainable Building Conference*. Helsínquia
- Oliveira, F. P. (2011). “Expansão vs. Contenção – Nova Cidade/Cidade Antiga – Reabilitar/Renovar: de um Urbanismo de Expansão a um Urbanismo de Contenção (as Novas Exigências ao nível da Gestão Urbanística)”, no âmbito do VIII Congresso Ibérico do Urbanismo: *A mudança do ciclo: um novo urbanismo*. Covilhã
- Solà-Morales, I. (2016). “Património Arquitectónico ou Parque Temático”, in *Revista Punkto*. Disponível em <http://www.revistapunkto.com/2016/12/patrimonio-arquitectonico-ou-parque.html> e consultada em 06/06/2017
- Távora, F. (1992). “Coisa Mental”, entrevista conduzida por Jorge Figueira, in *Unidade*. Porto: Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, pp. 100-106
- Veldpaus, L., Roders, A. P., & Colenbrander, B. J. F. (2013). “Urban Heritage: Putting the Past into the Future”, in *The Historic Environment*. Vol. 4, nº 1, pp. 3-18

Cartas e Convenções

CIAM (1933). Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno: IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, in Lopes, F. e Correia, M. (2014) *Património cultural: critérios e normas internacionais de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico

- CE (1975a). Carta Europeia do Património Arquitectónico, in Lopes, F. e Correia, M. (2014) *Património cultural: critérios e normas internacionais de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico
- CE (1975b). Declaração de Amesterdão: Congresso sobre o património arquitectónico europeu, in Lopes, F. e Correia, M. (2014) *Património cultural: critérios e normas internacionais de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico
- CE (2005). Convenção de Faro: Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural, disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/cartas-e-convencoes-internacionais-sobre-patrimonio/>, consultado em 03/07/2017
- CEU (2003). Nova Carta de Atenas: A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI. Lisboa
- CIB (1999). *Agenda 21 on sustainable construction: CIB Report Publication 237*. Rotterdam
- ICOMOS (1964). Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios: II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, in Lopes, F. e Correia, M. (2014) *Património cultural: critérios e normas internacionais de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico
- NSG (1999). Belvedere Memorandum
- ONU (1987). *Reporto f the World Commission on Enrironment and Development: Our Common Future* (Brundtland Report). Oxford: Oxford University Press
- ONU (2016). *Habitat III: New Urban Agenda: United Nations Conference on Housing and Sustainable Urban Development*. Quito
- SIM (1931). Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos: I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, in Lopes, F. e Correia, M. (2014) *Património cultural: critérios e normas internacionais de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico
- UNESCO (1968). Recomendação sobre a Preservação de Bens Culturais Ameaçados por Obras Públicas ou Privadas, in Lopes, F. e Correia, M. (2014) *Património cultural: critérios e normas internacionais de protecção*. Casal de Cambra: Caleidoscópico
- UNESCO (2003). Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Paris
- UNESCO (2005). *Vienna Memorandum on World Heritage and Contemporary Architecture – Managing the Historic Urban Landscape*. Paris
- UNESCO (2011). *Recommendation on the Historic Urban Landscape*. Paris, disponível em http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

UNESCO (2013a). *New Life for Historic Cities*. Paris, disponível em

<http://whc.unesco.org/document/123441>

UNESCO (2013b). *Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Património Mundial*.

Paris, disponível em <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>, consultado em 22/11/2016

UNESCO (2016). *The HUL Guidebook*. Áustria

Conferências

Smith, L. (2017). “Heritage and the politics of recognition”, conferência proferida no âmbito do projeto Patrimónios de Influência Portuguesa, a 2 de Março, na Universidade de Coimbra

CRÉDITOS DAS IMAGENS

1. <https://revistadehistoria.es/catulo-y-lesbia-de-la-pasion-al-despecho/>, consultado em 04/07/2017
2. Bandarin, 1979, p. 178
3. Bandarin, 1979, p. 181
4. Bandarin, 1979, p. 182
5. Bandarin, 1979, p. 186
6. Bandarin, 1979, p. 183
7. Bandarin, 1979, p. 181
8. Bandarin, 1979, p. 185
9. <http://www.museumofthecity.org/project/haussmann-and-revival-of-paris/>, consultado em 04/07/2017
10. <http://www.museumofthecity.org/project/haussmann-and-revival-of-paris/>, consultado em 04/07/2017
11. Fotografia da autora
12. Fotografia da autora
13. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Templo em Carnac, Egipto* (fotografia de Pedro Levi Bismark)
14. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Imagem da Marca “Porto”*
15. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Porto Welcome Center. Quadro de eventos* (fotografia de ©ViajeComigo)
16. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Porto. D’Bandada* (fotografia de Porto lazer)
17. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Turistas sentados numa mesa na Praça de São Marcos, durante cheias em Veneza* (fotografia de Associated Press)
18. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Sarcelles, arredores de Paris*
19. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Souvenir numa loja do Porto* (fotografia de Alamy stockphoto)
20. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Publicidade no site Airbnb*

21. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Disco de Fernando João, Gosto do Povo e do Sol*
22. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *PIGS* (fotografia de Claire Fontaine)
23. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *What is freedom?* (fotografia de Claire Fontaine)
24. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Projecto em Ponte guapo Isidoro, Sevilha, Recetas Urbanas*
25. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Manifestação em Nápoles*,
26. http://www.revistapunkto.com/2017/01/treze-tristes-teses-sobre-o-turismo_18.html, consultado em 04/07/2017, *Turistas* (fotografia de João Abel Manta)
27. Aguiar, 2014, p. 64
28. Aguiar, 2014, p. 65
29. CIB, 1999, p. 76
30. Portas, Domingues, & Cabral, 2014, p. 222 (fotografia da autora)
31. UNESCO, 2013a, pp. 12-13
32. Bandarin, 2015, p. 48
33. UNESCO, 2013a, pp. 6-7
34. <http://www.revistapunkto.com/2016/12/patrimonio-arquitetonico-ou-parque.html>, consultado em 04/07/2017, *Notre-dame de Paris* (fotografia de Martin Parr)
35. <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/viagens/39379/turismo+predatorio+obriga+jovens+a+deixar+veneza+ao+dificultar+acesso+a+emprego+e+moradia.shtml#>, consultado em 05/07/2017, *Ponte della Paglia* (fotografia de Lauchlin Wilkinson)
36. <http://www.oportoencanta.com/2014/04/porto-cidade-de-aguas.html>, consultado em 05/07/2017
37. Bandarin, 2015, p. 42
38. UNESCO, 2013a, pp. 16-17
39. CIB, 1999, p. 100
40. <http://urbact.eu/>, consultado em 05/07/2017
41. <http://urbact.eu/urbact-another-paradigm-european-cities>, consultado em 05/07/2017
42. URBACT, 2010a, p. 2
43. URBACT, 2010b, p. 10
44. URBACT, 2011a, p. 11

45. URBACT, 2011b, p. 2
46. em cima: URBACT, 2011c, p. 3
ao meio: URBACT, 2011c, p. 11
em baixo: URBACT, 2011c, p. 15
47. URBACT, 2011d, p. 2
48. URBACT, 2011d, p. 5
49. URBACT, 2011d, p. 7
50. URBACT, 2011d, p. 24
51. URBACT, 2011e, p. 10
52. URBACT, 2011e, p. 13
53. URBACT, 2011e, p. 8
54. https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/neighbourhood/pdf/riga/20150518_flagship_smd.pdf,
consultado em 05/07/2017
55. https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/neighbourhood/pdf/riga/20150518_flagship_smd.pdf,
consultado em 05/07/2017
56. UNESCO, 2016, p. 9
57. UNESCO, 2016, p. 16
58. <http://habitatiii.dgterritorio.pt/>, consultado em 05/07/2017
59. <http://habitatiii.dgterritorio.pt/>, consultado em 05/07/2017